

Demonstrações Financeiras

2020



ÍNDICE

Relatório da Administração

- Mensagem da Administração	1
- Perfil da Companhia	3
- Composição Acionária	3
- Relacionamento com Acionistas	4
- Conjuntura Econômica	4
- Governança Corporativa	5
- Regulação	13
- Mercado de Energia	14
- Comercialização de Energia	14
- Desempenho Operacional	15
- Investimentos	18
- Desempenho Econômico-Financeiro	22
- Alienação de Bens	27
- Relacionamento com Auditores Independentes	27
- Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	28
- Gestão da Tecnologia da Informação	29
- Gestão de Pessoas	32
- Fornecedores	37
- Programas e Projetos Sociais	38
- Responsabilidade Ambiental	39
- Programa do Reassentamento de Itaparica	41
- Cultura	41
- Prêmios e Reconhecimentos	41
- Informações de Natureza Social e Ambiental	42

Demonstrações Financeiras

- Balanço Patrimonial	
Ativo	45
Passivo e Patrimônio Líquido	46
- Demonstração do Resultado	47
- Demonstração do Resultado Abrangente	48
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	49
- Demonstração do Fluxo de Caixa	50
- Demonstração do Valor Adicionado	51
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	52
- Composição dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva	157
- Parecer dos Auditores Independentes	158
- Parecer do Conselho Fiscal	167

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Desafio, reinvenção, superação. O ano de 2020 certamente deu um novo e bem mais intenso significado a estas palavras. No início de março, aquilo que há apenas um mês parecia um problema limitado e distante se impôs sobre todo o Brasil - e, portanto, sobre todos os setores da economia e a vida de cada um de nós.

A Chesf se impôs desde o começo cumprindo sua missão de não deixar de prover a sociedade com este bem tão essencial que é a energia elétrica. O nosso maior foco foi assegurar a integridade dos nossos sistemas de geração e transmissão, de forma a manter o fornecimento sem sobressaltos.

Foi preciso agir rápido. Cerca de dois terços dos nossos empregados foram colocados em esquema de trabalho remoto. Na parte essencialmente operacional, redesenhamos todas as nossas estruturas e métodos de trabalho de forma a acomodar as medidas de distanciamento social e higiene que mantiveram os nossos colaboradores em segurança durante todo o ano.

Graças à eficiente atuação das nossas equipes ligadas à área de Tecnologia da Informação, novas ferramentas e plataformas de gestão dotadas de inteligência artificial e business intelligence foram implantadas com um projeto de transformação digital. A Chesf trouxe também inúmeras inovações na sua gestão corporativa, desenvolvendo ferramentas e processos. Foram implantados o Programa Atraso Zero, que aumentou a eficiência do suprimento da empresa, a tecnologia com georreferenciamento das ocupações irregulares, o PayCheck, uma ferramenta de controle das despesas com pessoal, com acompanhamento por categorias e análise preditiva, além do Programa 5.0, voltado para o desenvolvimento e gestão de pessoas.

Os resultados de 2020 apresentam uma Chesf que conseguiu transpor as barreiras e limitações impostas pela pandemia, se reinventando e criando alternativas que viabilizaram o atingimento de suas metas operacionais e também econômico-financeiras. Feitos notáveis foram realizados, como o menor indicador de parcela variável da série histórica e o índice de disponibilidade operacional de transmissão, que em 2020 fechou em 99,96%, além da Parcela Variável (PV) na nossa base consolidada, que fechou em apenas 1,14% da receita, caracterizando-se como outra marca histórica. Da mesma forma, na geração a disponibilidade das nossas usinas hidroelétricas ficou acima das metas estabelecidas, agregando novas receitas e possibilitando a exportação de energia a partir do Nordeste, que em época de crise hídrica nas regiões sul e sudeste, contribuiu de forma significativa para o atendimento aos consumidores do país.

Sem descuidar dos necessários protocolos de segurança tanto para os nossos colaboradores quanto para aqueles de terceiros, cumprimos todos os nossos planos originais não só de operação e manutenção de instalações, mas também de obras. A Chesf implantou em 2020 mais de 220 km de linhas de transmissão e cerca de 200 MVA em capacidade instalada de transformação. Na geração, por sua vez, foram colocados em operação comercial o Parque Eólico de Pindaí (o que adiciona mais 110 MW para o sistema) e o Parque Eólico de Casa Nova A. No total, realizamos investimentos de cerca de 700 milhões de reais.

Graças às nossas ações em prol do enxugamento de gastos e melhor gerenciamento dos seus recursos, a Chesf pôde reduzir as suas despesas operacionais durante o ano. Além disso, conseguimos completar, no final do exercício, a transferência para o poder público do Hospital Nair Alves de Souza (HNAS), um negócio que não faz parte do nosso escopo.

Atualmente, o que se vislumbra é um mercado cada vez mais competitivo. Para garantir a sua perenidade e sustentabilidade neste cenário, a Chesf tem hoje em seu Planejamento Estratégico três grandes pilares: a maximização da rentabilidade dos seus investimentos e dos ativos que se encontram em operação, o aumento da liquidez financeira e o faturamento com novos negócios baseados em fontes limpas de energia.

Queremos ser uma empresa reconhecida pelas suas soluções inovadoras e rentáveis em energia e por contribuir cada vez mais com a sociedade. Signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2009, a Chesf atualmente monitora um total de nove Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ainda dentro do plano dos chamados aspectos ESG – a sigla para environmental, social and corporate governance, ou meio-ambiente, social e governança – devemos destacar o salto em governança que a Chesf e as outras empresas Eletrobras, de forma integrada, deram em 2020. Criamos ou revisamos uma série de políticas referentes a questões que vão desde acordos judiciais e indicações para cargos de gestão até patrocínios, segurança de barragens,

comunicação e engajamento com nossos públicos de relacionamento.

Louvamos a capacidade do nosso quadro de empregados, que, mesmo em um cenário econômico e social adverso, jamais esmoreceu ou deixou de encarar os consideráveis desafios com os quais nos deparamos. Foi graças a eles que a Chesf conseguiu navegar com segurança – e com um ótimo desempenho – pelo turbulento ano de 2020.

Por fim, necessário se faz registrar um especial agradecimento ao ex-presidente Wilson Ferreira Junior, que por quase cinco anos conduziu a Eletrobras e o Conselho de Administração da Chesf, promovendo a reestruturação do Grupo Eletrobras com ênfase na governança, conformidade e disciplina financeira, sempre buscando a excelência operacional. Os resultados alcançados no exercício que finda, detalhados no presente Relatório da Administração, são frutos de incansável trabalho realizado durante o seu mandato, que se encerrou em 15 de março próximo passado. Ao ex-presidente manifestamos nosso reconhecimento e sinceros agradecimentos, pelo aprendizado, pela determinação e dedicação de esforços para promover o crescimento sustentável da Chesf, sendo um exemplo de liderança que se incorpora à cultura organizacional e assegura a consolidação de um modelo exitoso de gestão.

Boa leitura!

Fábio Lopes Alves
Presidente da Chesf

Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta
Presidente do Conselho de Administração

2. PERFIL DA COMPANHIA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945 e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidráulica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99% da produção total de energia em 2020. Este parque gerador tem 10.347,43 MW de potência instalada, sendo composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas por 09 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 57,0 bilhões de metros cúbicos de água e 3 usinas eólicas.

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS	-	10.262,33
Sobradinho	São Francisco	1.050,30
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,60
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,00
Paulo Afonso I	São Francisco	180,00
Paulo Afonso II	São Francisco	443,00
Paulo Afonso III	São Francisco	794,20
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,40
Xingó	São Francisco	3.162,00
Funil	de Contas	30,00
Pedra	de Contas	20,01
Boa Esperança	Parnaíba	237,30
Curemas	Piancó	3,52
EÓLICAS	-	85,10
UEE Casa Nova II	-	32,90
UEE Casa Nova III	-	28,20
UEE Casa Nova A	-	24,00
TOTAL		10.347,43

Parque de Geração da Chesf

Além desse sistema de geração, composto por 15 usinas e 12 subestações elevadoras, a Chesf possui um sistema de transmissão com abrangência em 8 (oito) estados do Nordeste e composto por 129 subestações (sendo 10 de propriedade de terceiros onde a Chesf possui ativos), representando cerca de 38% das instalações operacionais de transmissão do Grupo Eletrobras, totalizando uma capacidade de transformação de 69.719,7 MVA (geração + transmissão), além de 21.491,94 km de linhas de transmissão de corrente alternada, nas tensões de 500, 230, 138 e 69 kV, que tem a finalidade de transportar tanto a energia gerada pelas usinas próprias quanto a recebida do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Chesf está investindo em geração solar possuindo 3,67 MWp implantados em mini e micro geração.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPE.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Chesf, no montante de R\$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% à União Federal, 0,075% à demais acionistas.

4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.gov.br, link “Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, presencial e endereçamento eletrônico.

5. CONJUNTURA ECONÔMICA

Em 2019, apesar de ter registrado a menor taxa de crescimento dos últimos três anos, a economia brasileira foi capaz de manter o perfil de expansão iniciado em 2017 após a recessão ocorrida entre 2014 e 2016. O ano de 2020, entretanto, impôs grandes desafios a todas as economias ao redor do mundo: a crise sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 e a crise econômica resultante tanto desta crise sanitária como das medidas necessárias para sua contenção. Assim, a produção de bens e serviços no Brasil encerrou 2020 registrando uma retração de 4,1%. Ainda sob controle, a inflação encerrou o ano em 4,52% – excedendo, pelo segundo ano consecutivo, o centro da meta (4%), mas permanecendo dentro do limite, que suporta até 1,5 ponto percentual acima do centro.

Como resultado da forte retração da indústria e do setor de serviços, pela ótica da oferta, e do consumo das famílias e do investimento em capital fixo, pela ótica da demanda, a economia brasileira registrou uma contração de 4,1% em 2020 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre os efeitos mais severos da pandemia de Covid-19 sobre a produção, o setor automobilístico chegou a interromper as atividades nos meses de maio e junho e os serviços de alimentação e alojamento, por exemplo, oscilaram durante todo o ano de acordo com a flexibilização permitida pelas autoridades públicas em resposta ao estágio da pandemia. Embora uma recuperação de 7,7% na atividade econômica tenha sido registrada no terceiro trimestre, esta não foi suficiente para cobrir as duas quedas sucessivas de 1,5% e 9,7% ocorridas no primeiro e no segundo trimestres, respectivamente, nem será suficiente para garantir um resultado positivo no fechamento do ano de acordo com as projeções.

O mercado de trabalho também oscilou fortemente em decorrência das medidas de contenção da pandemia, seguindo os movimentos de fechamento e reabertura da economia determinados pelas autoridades e a possibilidade de suspensão temporária de contratos permitida pela flexibilização das regras trabalhistas durante a crise sanitária. Com o mercado deteriorado pela destruição de postos de trabalho e pelo crescimento da informalidade, o ciclo de queda do desemprego iniciado em 2018 foi interrompido: a taxa média de desocupação encerrou o ano em 13,5%, contra 11,9% em 2019.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou novo crescimento em 2020, encerrando o ano em 4,52%. O patamar está acima tanto da meta de 4% estabelecida pelo Banco Central do Brasil – apesar de ainda estar dentro do limite estabelecido, que vai até 1,5 ponto percentual acima do centro – como da expectativa divulgada pelo próprio Banco Central no mês de junho, quando os efeitos da pandemia já estavam disseminados, de que o indicador encerraria o ano em 1,53%. A pressão inflacionária foi impulsionada no segundo semestre e decorreu principalmente da alta nos preços dos alimentos (14,09%) e da energia elétrica (9,14%), após a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ter antecipado a volta da bandeira vermelha de janeiro de 2021 para dezembro de 2020 em razão da baixa dos reservatórios.

Apesar da conjuntura econômica desfavorável, o ano de 2020 foi positivo para a estratégia de agregação de novas receitas para a CHESF. No mês de maio, o processo de incorporação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Transmissora Delmiro Gouveia (TDG) foi aprovado em Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia. Essa incorporação deve agregar R\$ 31,4 milhões em Receita Anual Permitida (RAP), de acordo com os valores estabelecidos pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020, para o ciclo tarifário 2020-2021. Além disso, as obras de Transmissão concluídas ao longo de 2020 acrescentaram R\$ 21,8 milhões ao faturamento anual da Companhia, também de acordo com os valores estabelecidos pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725/2020. No segmento de Geração, a Usina de Energia Eólica (UEE) Casa Nova A foi energizada em fase de teste em setembro de 2020. A venda da energia produzida pela UEE deve agregar cerca de R\$ 12 milhões por ano à receita da CHESF.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

6.1 ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

O mais alto órgão da estrutura de governança é a Assembleia Geral de Acionistas, cujas principais funções são:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, bem como fixar a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre alienação de ações do seu capital social ou de suas controladas, abertura ou alteração do capital social, venda de valores mobiliários, se em tesouraria, venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe, emissão de debêntures conversíveis em ações;
- deliberar sobre operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa, sobre permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- deliberar sobre reforma do Estatuto Social, dentre outras.

6.2 CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é permanente, composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Os membros do Conselho Fiscal observam a seguinte composição: um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal, um membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia, e um membro e respectivo suplente indicados pela Eletrobras.

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização de atos de gestão e dispõe de regimento interno que norteia seu funcionamento. Reúne-se mensalmente e, extraordinariamente, mediante a convocação do Presidente do Conselho.

6.3 ADMINISTRAÇÃO

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, ambos com atribuições previstas em lei e no Estatuto Social.

O Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, é formado por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Os membros do Conselho de Administração observam a seguinte composição: um membro é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento, Desenvolvimento e Gestão, um membro é eleito representante dos empregados, um membro é indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente, e quatro membros indicados pela Eletrobras, dentre os quais dois são independentes.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Chesf, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. Reúne-se mensalmente e, extraordinariamente, mediante a convocação do Presidente do Conselho.

O Conselho de Administração conta com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras conforme estabelece a Lei nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16 que a regulamenta.

A Diretoria Executiva é constituída por um Diretor-Presidente e até cinco diretores, respeitando o mínimo de três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com

prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, devendo ser brasileiros, residentes e domiciliados nos pais.

A Diretoria Executiva, órgão executivo de administração e representação, é responsável, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, por assegurar o funcionamento regular da Chesf. Reúne-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente.

COMITÊS DE ACESSORAMENTO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Instituído pela Eletrobras, o Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade tem o objetivo de analisar e emitir recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pelas empresas do Sistema Eletrobras, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselheiros fiscais.

Instituído pela Eletrobras, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários - CAE, com atuação extensiva às empresas controladas, tem o objetivo de analisar e emitir recomendações sobre trabalhos de auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, supervisão, riscos a serem assumidos pela Companhia, controles internos e gestão de riscos e gestão financeira, conforme previsto em Regimento Interno.

6.4 GESTÃO DA ÉTICA

A Chesf adota o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Companhia, bem como, no relacionamento dos seus colaboradores com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos. A Comissão de Ética tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, por meio da realização de ações de comunicação e capacitação, além do atendimento a consultas formuladas sobre aspectos de ética, bem como apuração das denúncias recebidas.

Anualmente, no contexto do Plano de Educação Corporativa, em parceria com a área de treinamento, são realizadas ações educacionais e de comunicação que buscam desenvolver os temas relacionados a ética, integridade, prevenção ao assédio moral e sexual, gênero e raça, direitos humanos, mediação de conflitos e escuta transformadora.

6.5 OUVIDORIA

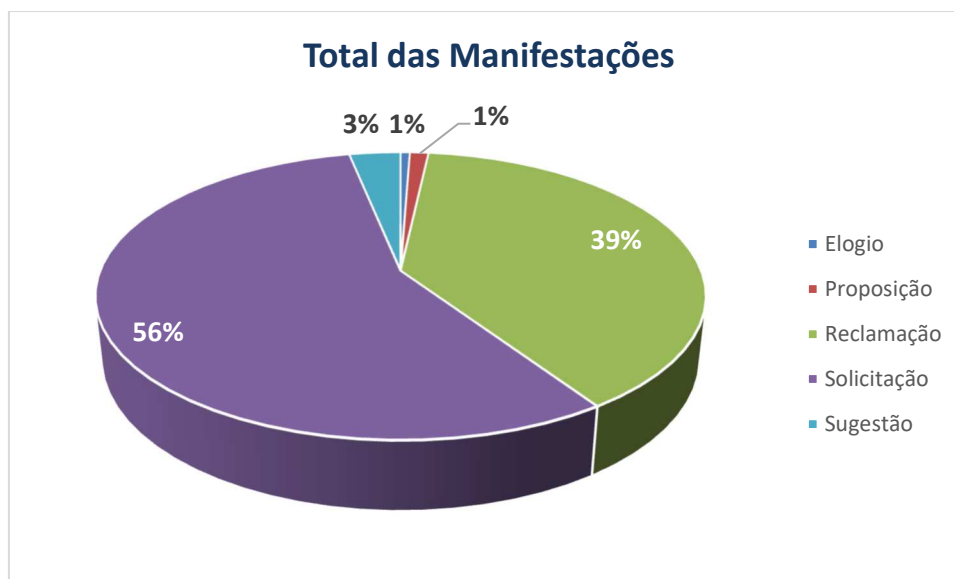
A Ouvidoria é um canal de comunicação entre a Chesf e seus públicos de relacionamento, interno ou externo, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, dando suporte à melhoria contínua dos processos de trabalho e a busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética.

6.5.1 ESTATÍSTICA DAS MANIFESTAÇÕES DE OUVIDORIA

No ano de **2020**, foram recebidas 755 demandas pela Ouvidoria, sendo 685 (90,7%) através do Sistema de Ouvidoria e 70 (9,3%) endereçadas ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

6.5.2 MANIFESTAÇÕES CLASSIFICADAS POR TIPO

As demandas são classificadas como: proposição, elogio, reclamação, solicitação e sugestão. O gráfico a seguir apresenta o percentual das manifestações por tipo no ano de **2020**.



6.5.3 MANIFESTAÇÕES POR ASSUNTO

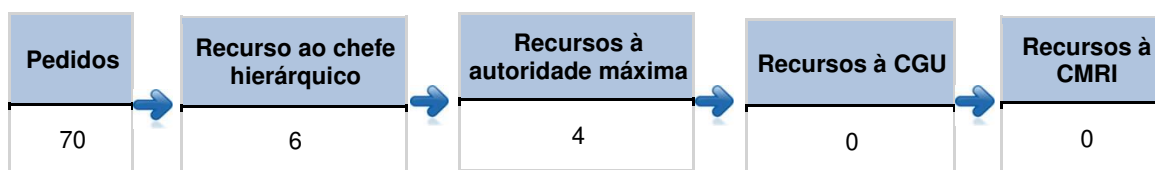
Em 2020, 85% dos assuntos recebidos pela Ouvidoria provenientes dos públicos de relacionamento da Chesf versaram sobre temas que dizem respeito a Recursos Humanos, Área de Servidão, Suprimento, Fundiário, Serviços Gerais e Operação e Manutenção.

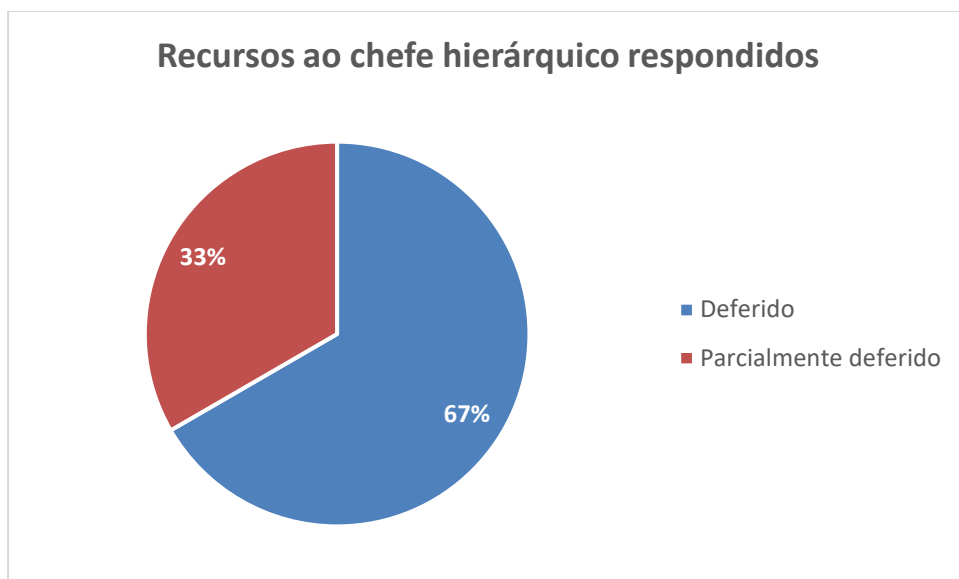
6.5.4 SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, assegurando a qualquer cidadão demandar informações produzidas ou custodiadas pela Chesf, de interesse particular, coletivo ou geral. Realiza a gestão dos pedidos de informação dos cidadãos, por meio do Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU.

Em 2020, houve o atendimento a 99% dos pedidos de informação recebidos pelo SIC, sendo 1% em andamento com pedido de prorrogação dentro do prazo.

Quadro geral dos recursos





6.5.5 CANAL DE DENÚNCIAS DAS EMPRESAS ELETROBRAS

As empresas Eletrobras disponibilizam a todos o Canal de Denúncias Eletrobras. Tal ferramenta permite que qualquer pessoa possa trazer à empresa, voluntariamente, suspeitas de irregularidades ou de atos ilícitos de seu conhecimento. Trata-se de um instrumento muito importante no contexto de funcionamento de seu Programa de Integridade, pois permite que a Companhia tenha ciência de problemas e possa tomar as devidas ações corretivas.

A coordenação e a gestão do tratamento dessas denúncias são realizadas pelo Comitê do Sistema de Integridade – CSI, formado por representantes da *holding* e demais empresas Eletrobras.

Foram registradas 79 novos protocolos de denúncias no ano de 2020 pelo Canal de Denúncias Eletrobras.

6.5.6 DESTAQUE 2020

No ano de 2020, a Ouvidoria Chesf destaca as seguintes realizações:

- Aperfeiçoamento do conteúdo disponível em página da Ouvidoria no Portal.
- Realização de 2 ciclos de reuniões Bate Papo com os Gabinetes.
- Disponibilização dos resultados da Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria no Portal da Chesf, em 03/11/2020.
- Aplicação da Pesquisa de Percepção dos Serviços da Ouvidoria em face do Conselho de Administração da Chesf.
- Incremento do percentual de respondentes à Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria aplicada em face dos usuários dos nossos serviços.
- Realização de 21 treinamentos online.
- Formação em Mediação.

6.6 APURAÇÃO DE DENÚNCIAS E INFRAÇÕES

A Assessoria de Apuração de Denúncias e Infrações – ACA, criada em 2019, com subordinação hierárquica ao Conselho de Administração da Chesf, tem como atribuição precípua atender às demandas recebidas da Coordenação de Apuração de Denúncias da Eletrobras – CAID, ou diretamente do Comitê do Sistema de Integridade – CSI, ambos sediados na Eletrobras *holding*, realizando a denominada fase interna da apuração de denúncias e de infrações ao Programa de Integridade, às normas, contratos e manuais e/ou legislação que envolvam colaboradores da Chesf. Os resultados das apurações realizadas pela ACA são materializados em relatórios que são encaminhados para a CAID, a fim de serem pautados para deliberação nas reuniões do CSI.

No exercício de 2020 foram concluídas 43 (quarenta e três) apurações de denúncias. Todas foram deliberadas pelo CSI, com os seguintes resultados:

6.7 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Chesf está vinculada ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal - SFC, em suas respectivas áreas de jurisdição, e tem por finalidade atuar de forma independente e objetiva na avaliação (assurance) e na consultoria, a fim de adicionar valor e melhorar as operações da organização. Auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

A estrutura da Auditoria Interna é composta pela Superintendência de Auditoria e por dois departamentos: Departamento de Auditoria Interna e Departamento de Atendimento aos Órgãos de Controle.

O planejamento das atividades da Auditoria Interna é consubstanciado no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT. O PAINT/2020 foi elaborado em conformidade com os instrumentos normativos e estatutários vigentes no final do exercício de 2019. Assim, em consonância com as determinações normativas, o PAINT/2020 foi submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE para análise e aprovação.

No exercício de 2020, a Auditoria Interna concluiu 19 Relatórios de Auditoria, nos quais foram registradas 125 recomendações. Todos os relatórios foram encaminhados à gestão da Companhia, para o desenvolvimento de ações em atendimento às recomendações emitidas, e disponibilizados aos Conselhos de Administração e Fiscal. O atendimento das recomendações emitidas pela Auditoria Interna é acompanhado pela gestão da Companhia e por esses colegiados. Ainda, os relatórios emitidos pela Auditoria Interna podem ser requisitados, a qualquer momento, pela CGU.

6.8 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Sustentabilidade Empresarial na Chesf tem como objetivo estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental. Dentre essas diretrizes estão a priorização da produção de energia limpa e renovável, o uso racional de recursos, atuar como agente indutor da eficiência energética, ter compromisso com a ética e a transparência, respeitar os direitos humanos, agregar valor para as partes interessadas, garantir condições de trabalho e de bem-estar adequadas aos colaboradores.

Em 2020, destacamos as seguintes ações do Comitê de Sustentabilidade:

- Monitoramento das metas e ações da Agenda 2030 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- Acompanhamento do Programa Sustentabilidade 4.0
- Desempenho no ISE B3 acima da meta em 4 das 5 dimensões, em especial na Dimensão Ambiental, alcançado pela primeira vez a média global da carteira.
- Monitoramento dos projetos estratégicos de sustentabilidade empresarial incluídos no PNG-2020-2024:
 - Responsabilidade social Lagos do São Francisco
 - Gestão de Fornecedores
 - Programa Conta Zero
 - Reflorestamento Voluntário
 - Direitos Humanos
 - Implantação dos Planos de Ação de Emergência (PAE)
 - Revisão Periódica de Segurança de Barragens

A companhia manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso - COP, aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, à Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, ao Compromisso da Eletrobras com Mudanças Climáticas, ao Compromisso Empresarial Brasileiro para a Biodiversidade, lançado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS e a Carta Aberta - Setor Privado apoia Precificação de Carbono no Brasil elaborada pela IEC.

Em 2020 houve adesão ao Programa na Mão Certa, da Childhood Brasil que tem como principal objetivo promover uma ampla união de esforços para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

A Chesf publicou o seu Relatório Anual de Sustentabilidade, em linha com as orientações do Relato Integrado - IR e com os padrões GRI Standards, opção Essencial, disponível no link sustentabilidade-2019.chesf.gov.br. Participou, ainda, ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da holding e para as respostas aos questionários do *Dow Jones Sustainability Index* - DJSI e do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3.

6.9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos da Chesf tem sido cada vez mais sistematizada e incorporada à gestão empresarial e está baseada no conhecimento dos gestores das áreas de negócio sobre os riscos inerentes aos seus processos, que permite tratar as incertezas que possam afetar os objetivos estratégicos da companhia.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel fundamental na gestão de riscos, aprovando os documentos que orientam o processo e mantendo o acompanhamento sistemático dos resultados das análises de riscos.

Os princípios e diretrizes da gestão de riscos estão estabelecidos na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e sua metodologia, alinhada com a *holding*, abrange as etapas de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos de diversas naturezas.

Em 2020, destaca-se a aprovação de uma nova matriz de riscos corporativa, revisada com a participação das áreas de riscos de todas as empresas Eletrobras e aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração de cada empresa. A nova matriz traz uma visão mais objetiva dos principais riscos corporativos, permitindo maior foco nas análises realizadas junto aos proprietários dos riscos.

Adicionalmente às atividades de gestão de riscos corporativos, o ambiente de controles internos da Chesf também é fortalecido por meio da certificação SOx, que é realizada anualmente para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, necessária para que a *holding* mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque - NYSE. A certificação SOx também contribui para o aprimoramento dos processos empresariais, ao verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da companhia e identificar pontos de melhoria.

A certificação SOx abrange as etapas de revisão anual da documentação dos processos de negócios, TI e governança, previamente definidos no escopo, e os testes de eficácia dos controles internos, realizados pelas auditorias interna e externa. A área de controles internos apoia as áreas de negócios de forma permanente na revisão dos seus processos, visando ao contínuo aprimoramento e à implantação das melhores práticas.

A cada ciclo de certificação SOx, é estabelecido um programa de remediação das deficiências (*gaps*) apontadas pelas auditorias interna e externa no ciclo anterior, com planos de ação definidos pelos gestores responsáveis e monitorados de forma permanente pela área de controles internos. A remediação dos *gaps* também é acompanhada por meio de indicadores estabelecidos no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, mantido entre a Chesf e a Eletrobras.

As deficiências registradas no âmbito da SOx são reportadas de forma sistemática para a alta administração da Chesf (Diretoria e Conselhos de Administração e Fiscal), especialmente as que são classificadas com maior nível de gravidade, assegurando assim o forte comprometimento de todos os gestores envolvidos na melhoria do ambiente de controles internos da companhia.

Tanto o processo de controles internos quanto o de gestão de riscos são reportados periodicamente ao Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário da Eletrobras - CAE, que é responsável pela supervisão desses temas em todas as empresas Eletrobras e emite diretrizes para alinhamento e melhoria dos processos.

6.10 INTEGRIDADE

A Chesf adota o Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, também chamado de “Programa Eletrobras 5 Dimensões”, que vem sendo aprimorado a cada ano com novas políticas, procedimentos e iniciativas desenvolvidas com a participação das áreas de integridade de todas as empresas Eletrobras, que formam a Comissão Diretiva de Compliance - CDC, fórum permanente de discussão sobre as melhores práticas de integridade corporativa.

No ano de 2020, as ações de comunicação e treinamento tiveram um importante papel no sentido de reforçar orientações acerca de questões de integridade e ética junto aos gestores e colaboradores. Destaca-se a conclusão do treinamento *online* “Integridade e Cultura Ética”, promovido pela Universidade Corporativa das Empresas Eletrobras – UNISE, que foi lançado no final de 2019 e novamente disponibilizado em 2020 em duas ocasiões, alcançando um percentual de realização pelos empregados da Chesf de 99%. Além disso, foi lançada uma websérie de integridade nas empresas Eletrobras, com vídeos animados que abordaram temas importantes para conhecimento de todos os empregados, como conflito de interesses, oferta e recebimento de brindes e presentes, segurança da informação e estrutura do Código de Conduta Ética e Integridade. Foi disponibilizada, ainda, uma cartilha orientativa sobre conflito de interesses para os empregados, incluindo exemplos práticos. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) também foi tema de ações de sensibilização, adequações normativas e de um novo treinamento para todos os empregados, lançado em novembro de 2020 e que se estenderá até 2021.

Considerando o objetivo do Programa de Integridade de disseminar os principais conceitos e diretrizes de forma ampla para diversos públicos de relacionamento, também foram produzidos vídeos e cartilhas sobre o tema integridade para sensibilização de terceiros, como fornecedores e parceiros em Sociedades de Propósito Específico (SPE).

Mesmo diante dos desafios ao longo de 2020, frente à situação de pandemia e adequação dos colaboradores e dos processos de trabalho ao ambiente virtual e remoto, cabe ressaltar que os processos de avaliação de integridade foram mantidos na Chesf sem impactos negativos, incluindo todos os segmentos de avaliação como fornecedores, indicações de membros de governança para SPEs e outros terceiros, tendo inclusive aprimorado alguns pareceres de integridade, em alinhamento com as diretrizes da *holding*. Como ações de comunicação durante a pandemia, destaca-se a disponibilização de documentos orientativos como o Guia de boas práticas de integridade corporativa no relacionamento e comunicação com clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros externos, reiterando as condutas éticas esperadas mesmo em ambiente remoto.

No âmbito do Programa de Integridade, pode ser destacado também, em 2020, o aprimoramento do processo de apuração e tratamento de denúncias, que ganhou mais agilidade e maturidade com a criação de áreas de apuração de denúncias e infrações nas empresas Eletrobras. Na Chesf, a área foi criada no final de 2019 e atua de forma integrada e sob coordenação da área de apuração de denúncias da *holding*, em apoio ao Comitê do Sistema de Integridade (CSI), colegiado formado por representantes de todas as empresas Eletrobras, responsável pela gestão e tratamento de denúncias.

Em dezembro de 2020 foi realizada a Semana de Integridade e Cultura Ética, evento anual promovido pela Eletrobras, que foi realizado pela primeira vez no formato virtual e com a participação de representantes de todas as empresas Eletrobras como palestrantes, além de convidados externos, tendo como público-alvo todos os colaboradores e palestras específicas voltadas a gestores e aos membros de governança das empresas e suas coligadas. Foram abordados temas muito relevantes para o fortalecimento da cultura de ética e integridade, como fatores de risco de fraude e corrupção, conflito de interesses, ética e diversidade, assédio no trabalho e conduta ética no ambiente virtual e redes sociais. Durante o evento, foi lançada a nova versão do Código de Conduta Ética e Integridade das empresas Eletrobras, marcando os 10 anos do lançamento do primeiro Código de Ética único do grupo. O texto foi atualizado, principalmente, para incluir os aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as exigências dos órgãos de fiscalização e outras diretrizes que refletem a maturidade alcançada pelo Programa de Integridade.

Além do Código de Conduta Ética e Integridade, principal documento norteador da atuação ética, íntegra e transparente nas empresas Eletrobras, há algumas políticas corporativas já estabelecidas que estão mais diretamente vinculadas ao Programa de Integridade, como a Política Anticorrupção e a Política de Administração de Conflito de Interesses. Para desdobramento dessas políticas estratégicas em documentos táticos, foi aprovado na Chesf, no início de 2020, o Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, que detalha os mecanismos de integridade adotados nas empresas do grupo para evitar situações de fraude/corrupção e de conflito

de interesses. Outros Regulamentos complementares estão previstos para implantação no início de 2021, que vão assegurar a formalização de procedimentos de avaliação de integridade aplicados em vários processos, bem como a consolidação do monitoramento do Programa, por meio da aplicação de sistemática de levantamento, apuração e repositório de informações necessárias para a análise e o controle da efetividade dos mecanismos implantados.

O Programa Eletrobras 5 Dimensões, do qual a Chesf faz parte, está em contínua evolução e prevê a implantação de novas iniciativas com o objetivo de fortalecer ainda mais os mecanismos de integridade corporativa já adotados nas empresas do grupo. Cabe ressaltar que as principais ações e projetos da área de integridade são reportados trimestralmente à Diretoria Executiva e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

6.11 PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O Planejamento Estratégico da Chesf é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação de cenários, dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando ao aprimoramento da gestão empresarial e ao atingimento das metas e dos resultados propostos, considerando uma perspectiva de longo prazo. O processo é fruto de um trabalho colaborativo e resultante da integração de esforços da Diretoria, das lideranças estratégicas e principais stakeholders. Em sua elaboração, são levadas em consideração as perspectivas de autoridades públicas, de agentes do Setor e de diversos públicos de interesse.

Diante das mudanças ocorridas nos ambientes interno e externo da Chesf nos últimos anos e da necessidade de desenvolvimento de conteúdo estratégico de longo prazo, visando o crescimento nos próximos 15 anos, a Chesf vem implementando um trabalho de reposicionamento da Empresa em sintonia com as diretrizes estratégicas da Eletrobras para alcançar os seguintes objetivos:

Implantação e acompanhamento do planejamento estratégico de longo prazo da Chesf que norteie a Organização para o seu crescimento nos próximos 15 anos, utilizando a projeção de cenários e diagnóstico interno;

Proposição e implantação de metodologia de governança e gestão da estratégia;

Implantação do processo de monitoramento contínuo para alcance da estratégia.

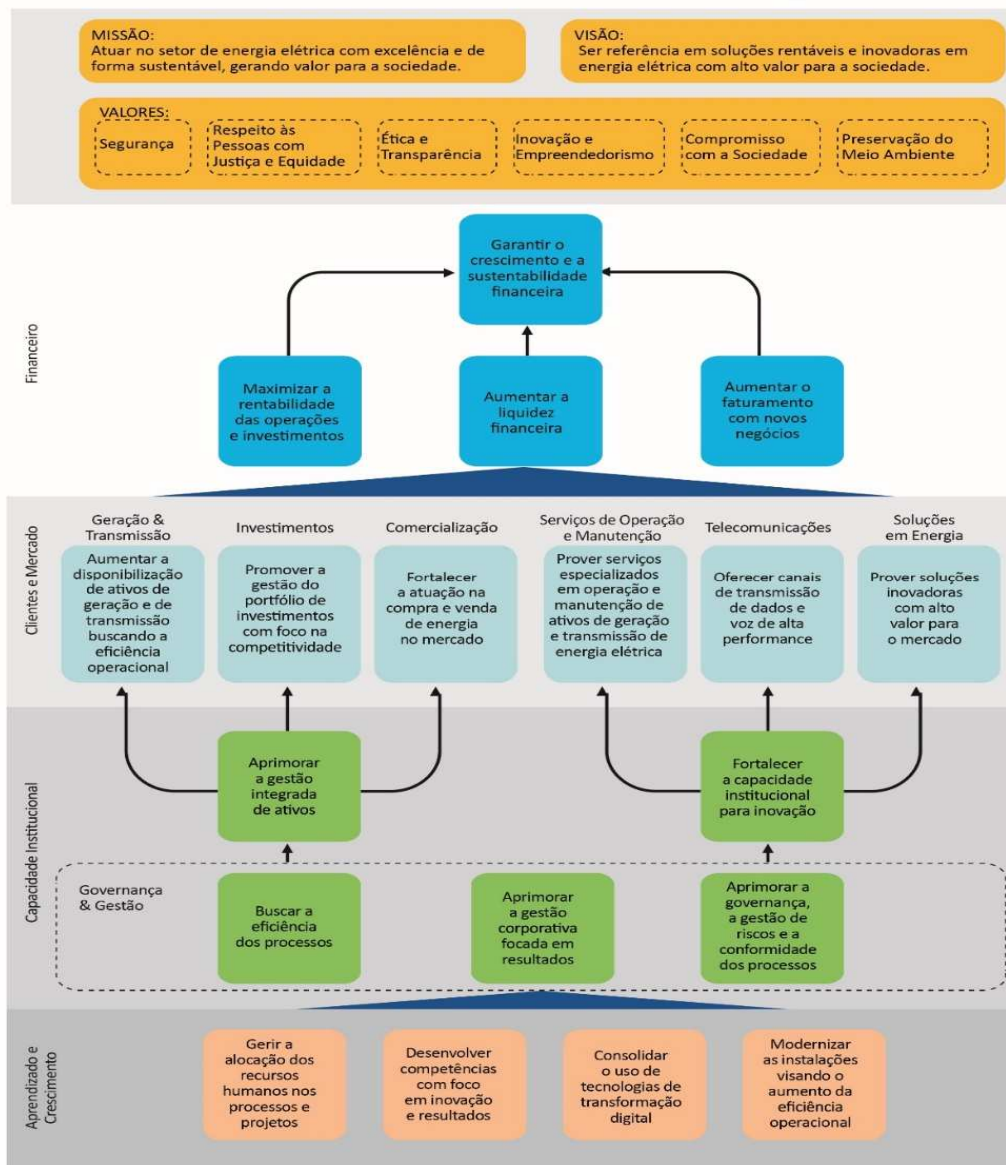
Como resultado do trabalho do Planejamento Estratégico, previsto nos instrumentos normativos da Empresa, implantamos um Mapa Estratégico que considera os principais desafios do atual cenário do Setor Elétrico nacional.

Este planejamento estratégico é elaborado em consonância com o Plano Estratégico da Eletrobras e de seu Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG). Atualmente, os instrumentos utilizados para o planejamento são o Mapa Estratégico da Chesf, o Plano de Negócios e Gestão (PNG) e o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE). Esses instrumentos são institucionalizados por meio de apreciação e aprovação em Reunião de Diretoria Executiva e com Deliberação do Conselho de Administração.

O monitoramento do Planejamento Empresarial da Chesf é realizado mensalmente por meio de reuniões da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, para monitoramento do Plano de Negócios e Gestão (PNG). Além deste acompanhamento, periodicamente também são realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia onde são acompanhados os Objetivos, Indicadores e Projetos do Planejamento Estratégico de Longo Prazo da Companhia. Dessa forma, a Chesf realiza o controle dos desvios entre as metas e os resultados apurados, atuando sobre ocorrências e melhorando o desempenho empresarial.

Apresentamos, abaixo, o Mapa Estratégico da Chesf para o ciclo de 2020-2035.

MAPA ESTRATÉGICO - Chesf 2020-2035



7. REGULAÇÃO

A gestão da Regulação na Chesf consiste em integrar os processos regulatórios com as diversas áreas da Companhia, promovendo a articulação com os órgãos reguladores (ANEEL e ANA), associações setoriais (ABRATE e ABRAGE), Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Ministério de Minas e Energia – MME, dentre outros.

Criada em outubro de 2018, a Superintendência de Regulação, vinculada à Diretoria de Operação, ampliou e fortaleceu suas competências em gestão de contratos de transmissão, gestão integrada de ativos e aspectos regulatórios. Os resultados sólidos e significativos alcançados no período, no segmento de geração e transmissão, reforçam a importância, para a companhia, do fortalecimento da área de Regulação.

Nesse sentido, merecem destaques em 2020:

- Redução em 22,5% no valor das multas aplicadas pela ANEEL, trazendo uma economia de mais de R\$ 1,6 milhão. Esse fato deve-se aos recursos administrativos apresentados pela Chesf e, principalmente, às ações preventivas e o cumprimento de compromissos pactuados com a ANEEL através de Planos de Resultado que resultou, inclusive, no arquivamento de 07 (sete) Processos Administrativos Punitivos;

- Incremento em R\$ 54 milhões na receita de geração das usinas cotistas da Chesf, decorrente da atualização da Taxa de Remuneração do segmento de Geração. Salienta-se que a atualização da Taxa de Remuneração, dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, foi amplamente discutida na Consulta Pública ANEEL nº 026/2019, tendo a Chesf participado ativamente do processo;
- Destaca-se o aumento de aproximadamente R\$ 75 milhões na Receita Anual de Geração (RAG), do ciclo 2020/2021, confirmada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746/2020, decorrente do bom desempenho das usinas cotistas, Complexo de Paulo Afonso, Boa Esperança, Luiz Gonzaga e Xingó, no ano de 2019;
- No processo de revisão da receita de Operação e Manutenção (O&M) do segmento de Transmissão, a Chesf foi considerada, pela ANEEL, a empresa mais eficiente do grupo Eletrobras. Ademais, a efetiva participação da Chesf na Audiência Pública ANEEL nº 41/2017, possibilitou o aumento da receita de O&M na ordem de R\$ 40 milhões;
- Incremento no quantitativo de Contratos de Transmissão formalizados totalizando, ao final de 2020, 1.675 contratos vigentes firmados com diversos agentes, sejam transmissores, geradores, distribuidores ou consumidores. Ademais, foi implantada a assinatura eletrônica para todos os Contratos de Transmissão que proporcionou maior rastreabilidade ao processo reduzindo o tempo de formalização e, principalmente, os custos com impressão;
- Coordenação dos processos de revisão tarifária dos Contratos de Concessão de Transmissão nº 017/2009 e nº 018/2009, do ciclo 2020, que atingiram uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 27,7 e R\$ 8,5 milhões, respectivamente, representando um incremento de receita 2,38% e 2,47%;
- Levantamento e priorização dos requisitos regulatórios e das melhores práticas de Gestão de Ativos para revisão de processos, de modo a permitir maior integração e integridade nas informações sobre o ciclo de vida dos ativos, considerando os aspectos de planejamento de novos empreendimentos, operação, manutenção e imobilização de ativos;
- Reconhecimento da parcela “controversa” da remuneração prevista na Portaria MME nº 120/2016 que contribuiu para o aumento, da ordem de R\$ 670 milhões, da RAP do Contrato de Concessão de Transmissão nº 061/2001.

8. MERCADO DE ENERGIA

Em 2020, o consumo de energia elétrica no Brasil foi de 474.231 GWh, registrando queda de 1,6% em relação a 2019, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética - SPE. Desse consumo, a região Nordeste participa com 17,12%, cujo montante corresponde 81.183 GWh, ficando 2,4% abaixo do consumo realizado em 2019. Dentre as classes de consumo o residencial foi o único a registrar crescimento (+4,1%). A classe industrial recuou 1,1%; a comercial registrou queda de 10,5% e a classe outros consumos reduziu 2,3%, em relação ao ano anterior. Tratando-se do consumo por região geográfica, destaca-se a região Norte com crescimento de 4,8% e o Centro-Oeste com taxa de 1,2%, em relação ao ano anterior. Já as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, registraram queda em seus mercados de energia elétrica de, respectivamente, 2,4%, 2,8% e 1,2%, na comparação com o ano de 2019. Este resultado reflete a crise sanitária e o impacto das medidas de isolamento em todo o país, que visaram conter a disseminação do coronavírus e levaram ao fechamento temporário de diversos setores econômicos, impactando no consumo de energia e na economia do país.

A carga de energia elétrica no submercado Nordeste (Região Nordeste menos o Estado do Maranhão) atingiu 10.816 MW médios em 2020 e apresentou redução de 2,1% em relação ao ano anterior. Sua participação na carga do Sistema Interligado Nacional – SIN representa 16,2% e, para atender esse mercado a geração hidráulica da Chesf contribuiu com 39,39%.

9. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2020, as vendas de energia corresponderam ao montante de 49.370 GWh, distribuídos entre 26 estados do Brasil e mais o Distrito Federal. Desse montante, 44.821 GWh (90,8%) foram comercializados no regime de cotas. O restante, 4.549 GWh (9,2%), foi destinado ao ACL (consumidores industriais livres, consumidores industriais

atendidos no âmbito da Lei 13.182, de 03 de novembro de 2015, e aos comercializadores) e ao ACR (distribuidoras). Já as compras de energia totalizaram 2.031GWh, fazendo parte da estratégia de comercialização da Empresa.

10. DESEMPENHO OPERACIONAL

Vivenciamos em 2020 um momento excepcional e sem precedentes, diante da pandemia causada pela Covid-19, adotando diversas medidas e ações preventivas, conforme protocolo de saúde e segurança, visando a proteção dos empregados da Companhia e a continuidade da prestação dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica. A Chesf empreendeu todos os esforços visando cumprir todos os procedimentos de operação e manutenção, atendendo no segmento de transmissão o Plano Mínimo de Manutenção estabelecido pela ANEEL, conforme Resolução Normativa nº 669, de 14 de julho de 2015, e no segmento de geração realizando todas as manutenções necessárias, incluindo as inspeções e ensaios para garantia da segurança das barragens.

A Companhia gerou 35.769 GWh em 2020 e 20.734 GWh em 2019, apresentando uma elevação de 73%. Esse resultado ocorreu em razão do aumento expressivo de geração nas usinas da bacia do São Francisco, de Sobradinho a Xingó, sendo favorecido pelas condições hidrológicas. Os valores de afluência observados no período úmido 2019/2020 foram significativamente melhores do que os verificados nos períodos úmidos anteriores. O principal reservatório da Região Nordeste, Sobradinho, atingiu o armazenamento de 93,84% em meados de maio de 2020, e em 31 de dezembro, chegou a 46,39% do seu volume útil. As condições de armazenamento do reservatório da usina de Sobradinho, possibilitou durante todo o período seco de 2020, atuar na faixa de Operação Normal, conforme Resolução ANA nº 2.081/2017, possibilitando o atendimento à demanda do Sistema Interligado Nacional – SIN, conforme diretrizes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A Chesf tem investido continuamente nas instalações de transmissão e geração, na busca de ganhos de confiabilidade e disponibilidade, visando à melhoria do seu desempenho operacional, por meio de um plano plurianual. Este plano contempla a implantação de melhorias e modernizações nos ativos de Transmissão e Geração, e que no ano de 2020 foram realizados 366 eventos, contemplando equipamentos de usinas, subestações, linhas de transmissão, proteção, automação e telecomunicações

Destaca-se que, de acordo com o seu planejamento empresarial, a Chesf vem implantando um novo modelo para instalações teleassistidas, que migraram para a estratégia de atendimento local por profissionais capacitados a desenvolver atividades tanto de Operação como de Manutenção - O&M. Ao final de 2020, foram totalizadas 74 subestações operadas e mantidas pela Chesf neste novo modelo.

Tal iniciativa vem no sentido de dotar a Companhia de um modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado, promovendo ajustamento do seu capital humano a uma realidade de desempenho técnico e econômico, em função das exigências crescentes da sociedade por melhoria dos serviços prestados e redução dos custos associados.

Com isso, a Companhia espera melhorar o atendimento às manutenções de pequeno porte, reduzindo assim a dependência de mobilização de equipes centralizadas, bem como acelerar o restabelecimento provocado por indisponibilidades de natureza simples em ativos, além de complementar as equipes centralizadas nas manutenções de grande porte.

Todas estas ações se refletem nos Indicadores Operacionais, que em 2020 superaram as suas metas, conforme planejado, mesmo diante das restrições impostas pela pandemia.

O resultado em 2020 para o indicador de Parcela Variável – PV foi o melhor do histórico da empresa, mantendo a evolução do indicador. Como fatores relevantes na redução da Parcela Variável em 2020, destacam-se a reversão de R\$ 899 mil, mediante recursos administrativos junto ao ONS, as compatibilizações das intervenções e a disseminação do conhecimento através do fórum mensal de parcela variável.

No ranking das maiores empresas de transmissão que compõem o Sistema Interligado Nacional – SIN, a Chesf ficou entre as seis melhores, destacando-se dentro do grupo Eletrobras como a segunda melhor.

O indicador de Robustez do Sistema apresentou o segundo melhor resultado dos últimos 5 anos, mantendo o resultado em 94,84%.

O Indicador de Disponibilidade Operacional de Geração, apresentou o resultado acima da meta, mantendo o valor de disponibilidade em 1,12.

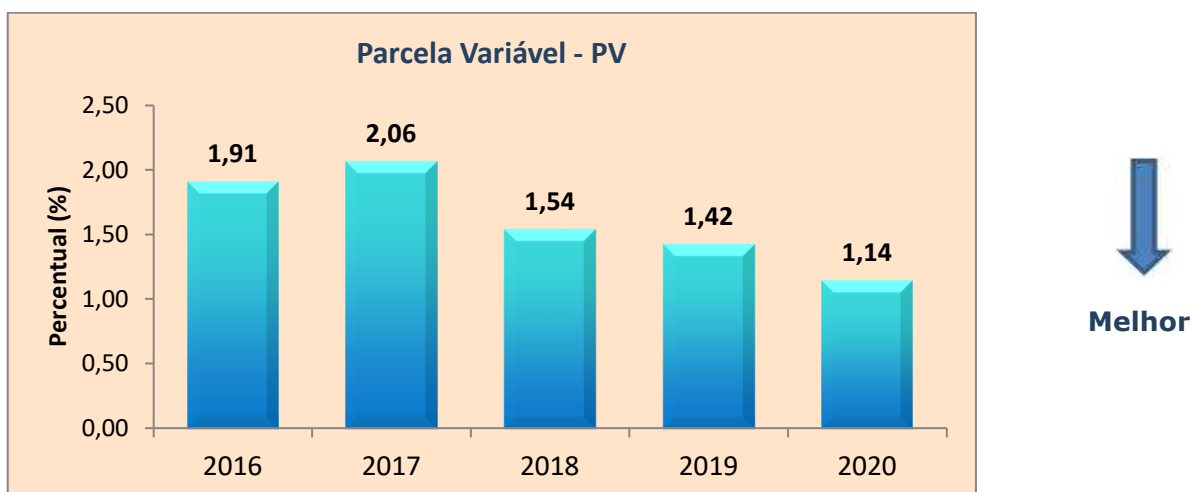
O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou o segundo melhor resultado do histórico, refletindo um ótimo desempenho no serviço prestado e mantendo o valor de disponibilidade em 99,96%.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Transformadores apresentou o resultado acima da meta de 99,83%, mantendo o valor de disponibilidade em 99,90%.

Esses bons resultados operacionais são fruto da eficácia dos Programas de Manutenção, de iniciativas de compatibilização de intervenções e da modernização e melhorias implantadas nas suas instalações, visando à eficiência e à maximização da rentabilidade das operações.

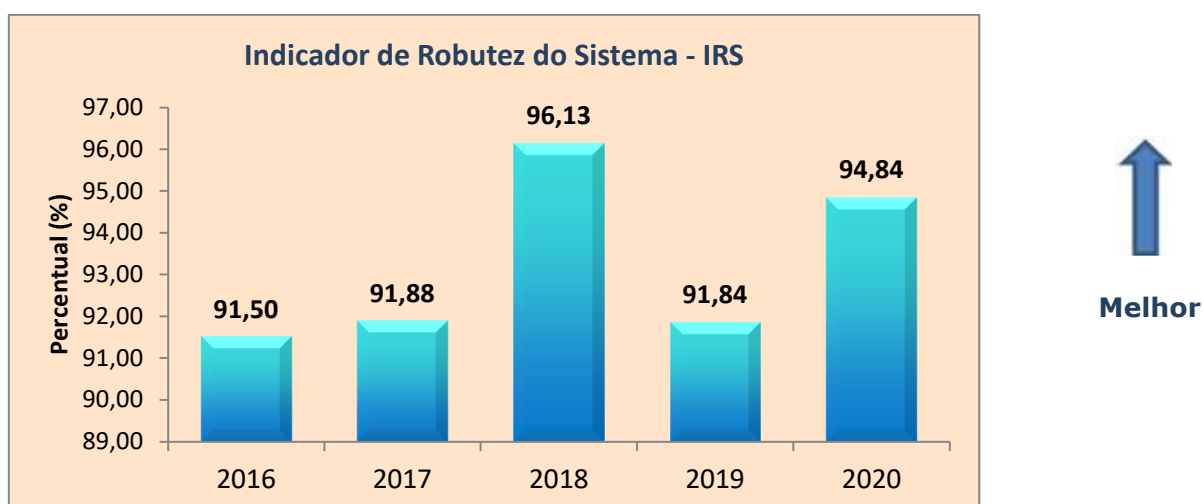
10.2 PARCELA VARIÁVEL – PV

Indica o percentual de desconto da Receita Anual Permitida (RAP) das Funções de Transmissão, devido a indisponibilidades dos equipamentos da Rede Básica das concessões da Chesf, conforme legislação Aneel.



10.3 INDICADOR DE ROBUSTEZ DO SISTEMA – IRS

Avalia a capacidade da Rede Básica da Chesf em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores (perda de carga).



10.5 DISPONIBILIDADE OPERACIONAL – DO

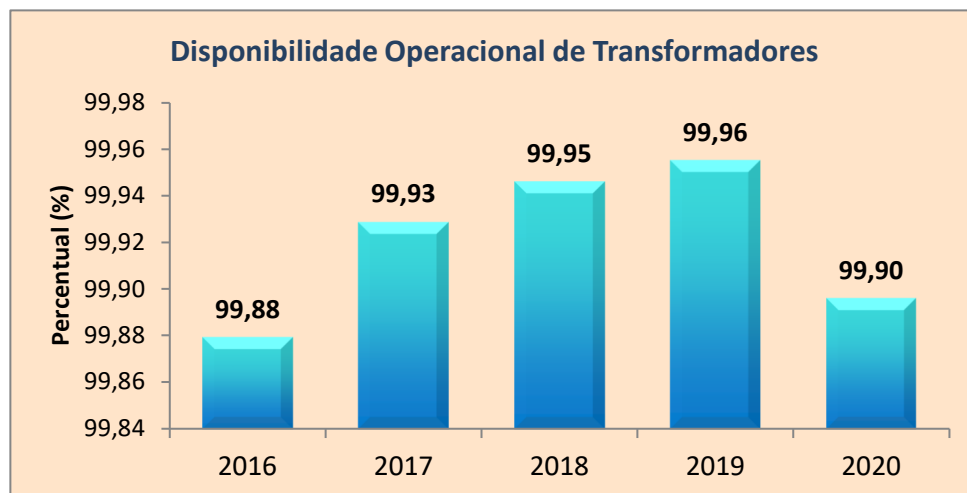
Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



Melhor



Melhor



Melhor

11. INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de ativos próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico - SPE.

11.1 INVESTIMENTO EM ATIVOS PRÓPRIOS

No ano de 2020, os investimentos corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 613,2 milhões, uma redução de 0,8% em relação ao ano de 2019. Este montante está assim distribuído: R\$ 69,9 milhões em geração de energia; R\$ 459,9 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 83,4 milhões em outros gastos de infraestrutura. O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf ao longo dos últimos cinco anos.



11.1.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

A Chesf investiu em 2020 o montante de 50,1 milhões nas usinas hidrelétricas, sob concessão e em regime de cotas, para manter os níveis operacionais de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda. Foi contratado e iniciado o Projeto Básico para implantação dos sistemas digitais e modernização das unidades geradoras na UHE Sobradinho. Os serviços de elaboração do Projeto Executivo e da execução das obras estão em andamento desde o mês de julho, tendo o contrato sido assinado em abril de 2020. Foi concluída a licitação para implantação dos sistemas digitais e modernização das unidades geradoras da UHE Paulo Afonso IV, com previsão de assinatura do contrato em março de 2021. Foram ainda executados diversos serviços de adequação e manutenção no Sistema de Geração em operação, objetivando a eliminação de pendências técnicas, legais e ambientais, além de substituição de equipamentos e componentes por obsolescência ou final de vida útil.

As atividades relacionadas aos novos empreendimentos hidrelétricos estiveram temporariamente paralisadas em 2020, tendo em vista a baixa atratividade, no momento atual, dos aproveitamentos hidrelétricos estudados pela Chesf no Submédio e Baixo São Francisco, bem como no Rio Parnaíba e seus afluentes. Dessa mesma forma estiveram os estudos dos impactos técnicos, operativos e ambientais para a implantação de máquinas reversíveis na UHE Luiz Gonzaga. Presentemente, o foco da Companhia está sendo dado aos estudos de novos empreendimentos eólicos e solares (fotovoltaicos), objetos de outras Ações da LOA.

Na área de Geração Térmica, a Usina Térmica de Camaçari, localizada no município de Dias D'Ávila, no Estado da Bahia, teve sua concessão extinta em 05 de outubro de 2018 por meio da Portaria MME 420/2018. Em 2018, a Chesf iniciou um processo para cadastramento de empresas interessadas em firmar parceria através da Chamada Pública Chesf nº 001/2018, publicada no dia 05/10/2018, com vistas à viabilização de negócio em sociedade,

utilizando os ativos remanescentes da extinta concessão desta UTE. Muito embora este processo não tenha atingido o objetivo esperado, de fazer parceria nos moldes de uma SPE para implantar no local uma nova termelétrica, ele propiciou a apresentação de uma proposta à Chesf, já em 2019, por uma das empresas que participaram da etapa final de negociação da Chamada Pública, sugerindo o arrendamento dos bens e instalações da UTE Camaçari. Após as negociações com esta empresa e as devidas aprovações, a Chesf assinou um contrato de arrendamento dos bens e instalações da UTE Camaçari por um período de 15 anos. Em 2020 foram iniciadas as adequações necessárias para a entrada em operação da UTE Camaçari, parte da responsabilidade das locatárias.

Quanto à Geração Eólica, após a realização de diligência no parque Eólico de Casa Nova I-A (27 MW) e Casa Nova I-B (27 MW), para levantar os custos necessários para a conclusão e energização desses dois parques, a Companhia iniciou um processo que permitiu a assinatura de um contrato com um fornecedor para finalizar a implantação e colocar em operação o Parque Eólico de Casa Nova I-A (27 MW). Os serviços tiveram seu início em novembro/2019 e o início de operação comercial em outubro de 2020. Atualmente este parque opera comercialmente trazendo receitas para a Companhia. Também foram realizadas em 2020 ações para a contratação dos serviços necessários para a conclusão do Parque Eólico de Casa Nova I-B (27 MW), cujo processo deve ser similar ao de Casa Nova I-A, com previsão de assinatura de contrato no 1º semestre de 2021. No âmbito da prospecção e desenvolvimento de novos projetos eólicos próprios, já foi iniciado o processo para aprovação interna do projeto da Usina Eólica de Frei Damião I, na Paraíba, com potência instalada de 110 MW, com previsão de conclusão até 2023 e assim possibilitar a disputa da venda de energia desses projetos em futuros leilões a serem promovidos pela Aneel no ambiente regulado (ACR) ou também no mercado livre (ACL).

“Na área de Geração Solar, em 2020 a Companhia avançou com a conclusão do desenvolvimento de dois parques de geração fotovoltaica: UFV Bom Nome (29,7 MWac) e UFV Lapa Solar I (100 MWac), situados, respectivamente, nos municípios de São José do Belmonte, em Pernambuco, e Bom Jesus da Lapa, na Bahia. A implantação futura desses projetos também depende do sucesso na venda de energia em futuros Leilões no ACR ou mesmo em venda direta no ACL. Com igual objetivo, a Companhia permanece nas áreas de estudos e efetua medições em 17 estações solarimétricas, instaladas no semiárido nordestino, visando desenvolver projetos próprios de geração solar com tecnologias fotovoltaicas ou heliotérmicas. Essas medições propiciarão o desenvolvimento de novos projetos solares ao longo dos próximos anos.

Outra ação na área de Geração Solar que a Chesf vem desenvolvendo é a implantação de painéis solares em suas Subestações em estados do Nordeste, para geração própria de energia, substituindo parte do suprimento oriundo das Distribuidoras. A primeira instalação foi concluída no início de 2018, a planta fotovoltaica da SE Messias, com 125 kWac, em Alagoas. A partir desta exitosa iniciativa, a Chesf concebeu em 2018 o Programa Conta Zero, replicando essa iniciativa para outras instalações próprias. Em 2019, teve início a implantação dos 2,3 MWac em Subestações de 5 estados (AL, CE, PB, PI e RN) e a previsão é de que estejam todos concluídos no ano de 2021. Em alguns casos, por meio da associação com sistemas de armazenamento, a confiabilidade e a segurança operativa dessas instalações poderão ser ampliadas. Outros projetos na área de geração solar relacionados ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+I) da Companhia serão detalhados em item específico deste Relatório.”

11.1.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Em 2020 destacamos a capacidade de adaptação da Chesf à crise de saúde mundial do novo Coronavírus. A crise gerada pela pandemia, além da saúde e impactou todas as áreas da sociedade, inclusive o desempenho nas obras de expansão e melhorias do sistema de transmissão.

Com a rápida adequação dos processos e diante dessa nova realidade, implementação de todos os protocolos de saúde e segurança, especialmente, considerando as equipes de obra, foi necessário desenvolver um novo planejamento de ações para manter os níveis adequados de serviços. Diante disso, em 2020 a companhia realizou investimento na ordem de 459,9 milhões e na tabela abaixo destacamos os projetos concluídos de maior relevância.

Descrição dos empreendimentos concluídos
LT 230 kV Russas II /Banabuiu
LT 230 kV Banabuiu / Fortaleza I C2 - Secc. para SE Aquiraz II
LT 230 kV Banabuiu / Fortaleza I C1 - Secc. para SE Aquiraz I
Recapitação da LT 230 kV Camaçari II / Cotegipe
SE BANABUIÚ - 2º TR 230/69 kV – 100 MVA
Serviços auxiliares da SE Goianinha - 4º TR 230/69 kV - 100 MVA
SE ITABAIANA - 3º TR 230/69 kV – 100 MVA
LT 500 kV Luiz Gonzaga / Paulo Afonso IV - Recapitação 37,4 km da LT e substituição EL e IB nas SE

A conclusão dos projetos de ampliação e reforço de transmissão garantiu acréscimo de 200 MVA na Rede Básica, além da energização de 225 km de linhas de transmissão.

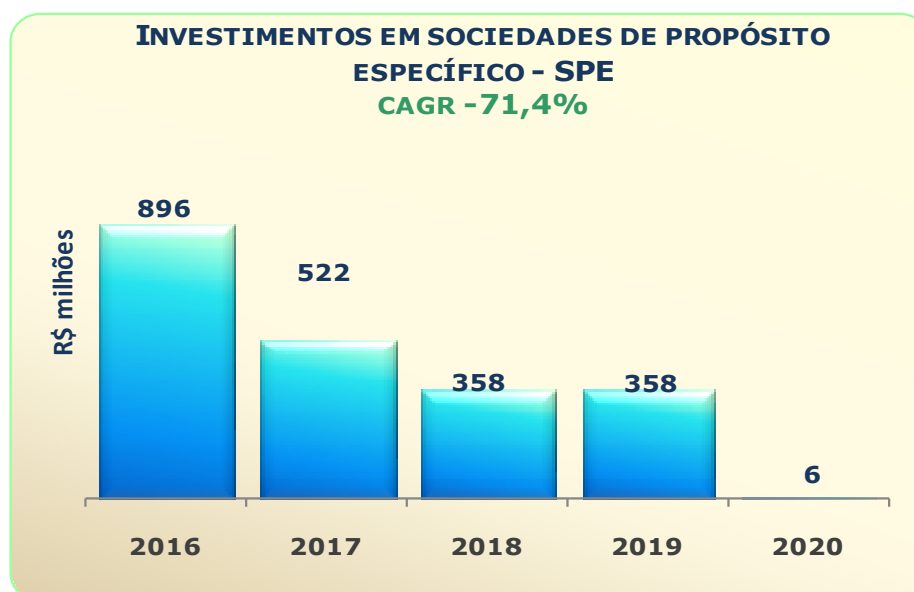
Além da conclusão dos empreendimentos destacados, a Chesf realizou a importante energização a vazio de 30 km da LT 230 kV Pau Ferro/Santa Rita que ocorreu no dia 21/11/2020. Este ativo tem a previsão de energização total e em carga no final de janeiro de 2021, com isso a companhia concluirá o escopo total do contrato de Contrato de Concessão nº 017/2009 do Leilão ANEEL 001/2009.

A Chesf concluiu 4 projetos importantes de atendimento à região do Ceará, melhorando e ampliando o fornecimento de energia na região, e destaca a energização da linha de transmissão de aproximadamente 112 km de extensão que atravessa 5 municípios deste Estado. A expansão, objeto do contrato de concessão nº 018/2012 oriundo do lote B do leilão Aneel 003/2012, aumentou a confiabilidade do sistema elétrico, evitando sobrecarga no primeiro circuito LT 230kV Russas/Banabuiu, considerando o potencial previsto na região conectada nas subestações Russas II, Mossoró II e ICG Mossoró III.

Em 2021 o desafio é maximizarão de receita dos investimentos realizados, tendo como base a estratégia de implantar os novos empreendimentos autorizados no prazo e concluir os contratos de concessão e resoluções autorizativas pendentes. Além disso, é previsto iniciar o processo de mapeamento e avaliação das oportunidades em leilões de transmissão, seguindo uma metodologia de critérios técnicos de seleção e priorização em conjunto com a Holding.

11.2 INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

No ano de 2020, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) totalizaram apenas R\$ 6,0 milhões. A redução ocorrida nos aportes de recursos em SPEs, deu-se em razão da conclusão das construções desses empreendimentos e sua entrada em operação comercial. O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf em SPE ao longo dos últimos cinco anos.



11.2.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de geração por meio de SPE, em um total de 15.848,98 MW de potência instalada, correspondentes a 2.750,19 MW equivalentes, conforme quadro a seguir.

	SPEs	LOCAL	MW	PART.	MW Equiv.	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GERAÇÃO HIDRÁULICA	Energética Águas da Pedra S.A.	Aripuanã/MT	261	24,50%	63,95	ago/11
	ESBR Participações S.A.	Porto Velho/RO	3.750,00	20,00%	750	nov/16
	Norte Energia S.A.	Altamira/PA	11.233,10	15,00%	1.684,97	dez/15
	Companhia Energética SINOP	Sinop/MT	401,88	24,50%	98,46	out/19
GERAÇÃO EÓLICA	Complexo Eólico Vamcruz	Serra do Mel/RN	93	49,00%	45,57	nov/15
	Complexo Eólico Pindaí I	Pindaí/BA	68	99,95%	67,97	set/19
	Complexo Eólico Pindaí II	Pindaí/BA	26	99,97%	25,99	set/19
	Complexo Eólico Pindaí III	Pindaí/BA	16	83,01%	13,28	nov/19
Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs			15.848,98		2.750,19	
Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.645,98						
Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 203 MW						
Nota: posição em 31/12/2020.						

O complexo eólico de Pindaí entrou 100% em operação no ano de 2020.

11.2.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de transmissão por meio de SPEs, em um total de 3.554 km, correspondentes a 1.159,57 km equivalentes a sua participação, conforme quadro a seguir.

	Empreendimento	Local	km	Part.	km Equiv.	Início Operação
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	LT 500 KV Teresina II – Sobral III – Fortaleza II, SE Teresina II, SE Sobral III, SE Fortaleza II.	CE/PI	546	49,00%	267,5	jan/06
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	LT 600kV Porto Velho – Araraquara II; Estação Retificadora – 500/600 kV – 3150 MW; Estação Inversora – 600/500kV – 2950 MW.	RO/MT/MS/SP	2.375	24,50%	581,9	ago/13
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	LT 500 KV Luis Gonzaga – Garanhuns, LT 500 KV Garanhuns – Campina Grande III, LT 500 KV Garanhuns – Pau Ferro, LT 230 KV Garanhuns – Angelim I, SE Garanhuns, SE Pau Ferro.	PE/PB	633	49,00%	310,17	nov/15
Total de Linhas de Transmissão em operação – SPE			3.554,00		1.159,57	
TOTAL GERAL			3.554,00		1.159,57	

A SPE Transmissora Delmiro Gouveia - TDG foi incorporada pela Chesf em 12.05.2020.

12. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2016 a 2020.

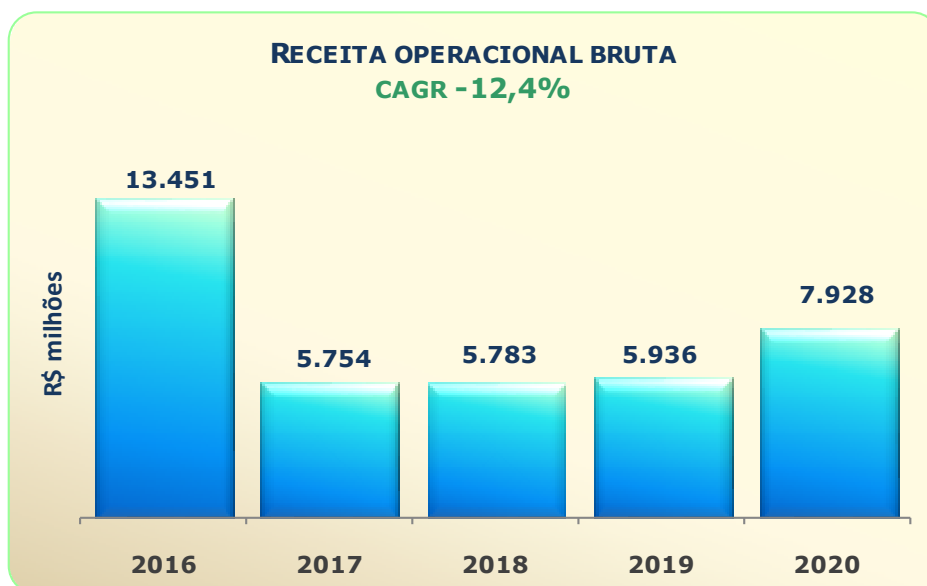
12.1 RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou no exercício de 2020 um lucro de R\$ 2.108,6 milhões (R\$ 2.833,4 milhões em 2019), representando uma redução de 25,6% em relação ao ano anterior.



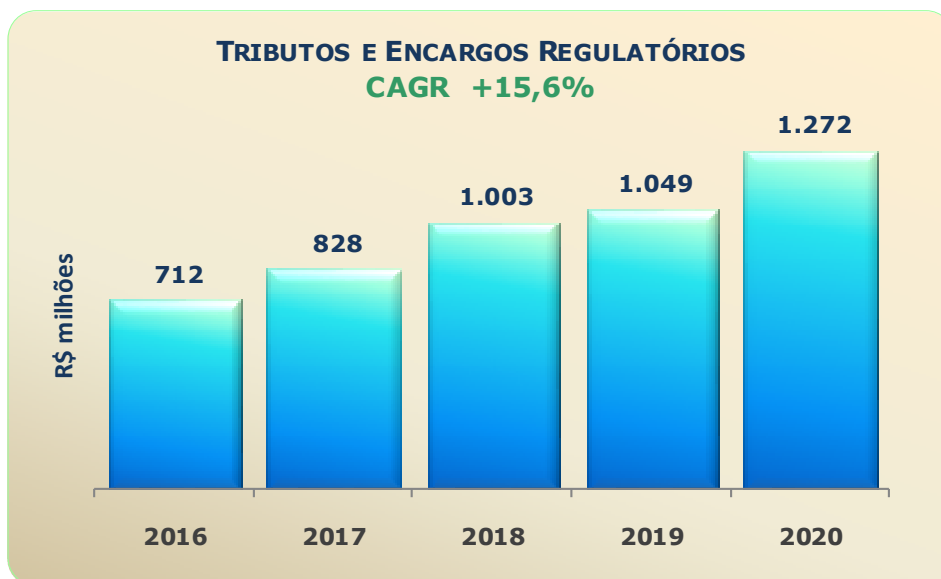
12.2 RECEITA OPERACIONAL BRUTA – ROB

A Companhia registrou em 2020 uma receita operacional bruta de R\$ 7.928,3 milhões (R\$ 5.936,0 milhões em 2019), apresentando um crescimento de 33,6% em comparação ao exercício anterior. Dentre os indicadores que contribuíram para esse desempenho estão o crescimento em relação ao ano anterior, das receitas com fornecimento, suprimento e operação e manutenção de usinas (R\$ 450,1 milhões); crescimento das receitas com operação e manutenção do sistema de transmissão (R\$ 266,1 milhões); e crescimento das receitas financeiras da concessão (R\$ 1.199,1 milhões).



12.3 TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATORIOS SOBRE VENDAS

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 1.272,2 milhões no ano de 2020 representando um aumento de 21,3% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 838,7 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais e R\$ 433,5 milhões a encargos regulatórios.



12.4 RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA - ROL

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou um crescimento de 36,2% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 4.886,9 milhões em 2019, para R\$ 6.656,1 milhões em 2020. Os indicadores responsáveis por este crescimento são os mesmos que afetaram à ROB.



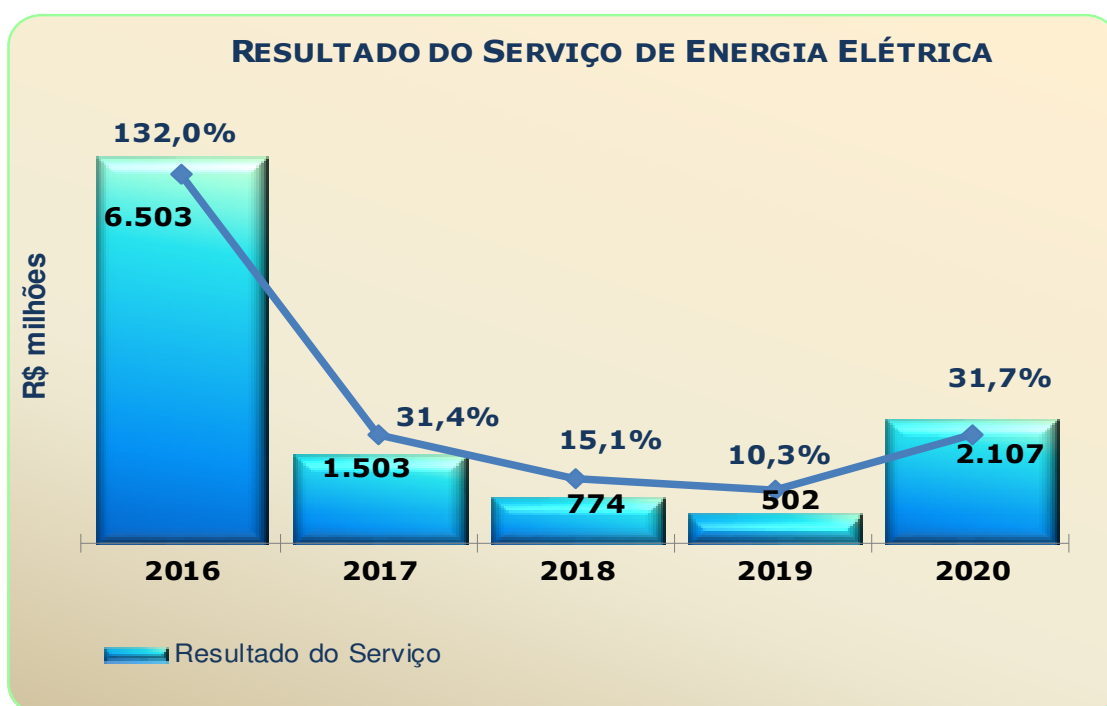
12.5 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 4.549,0 milhões no exercício de 2020, representando um aumento de 3,74% em relação ao exercício anterior.



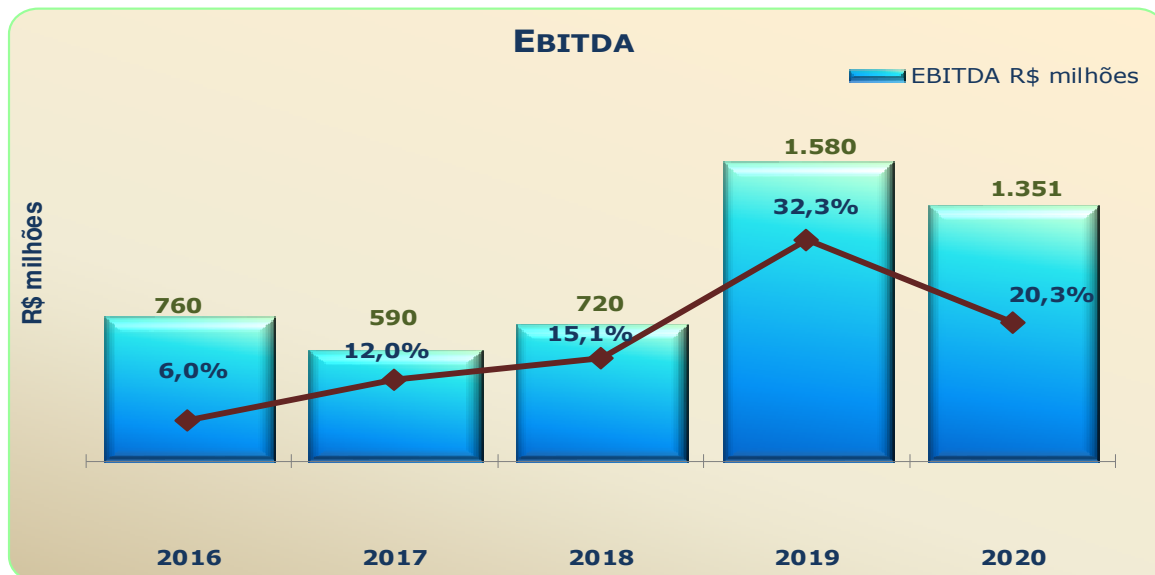
12.6 RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E MARGEM OPERACIONAL

O resultado do serviço (EBIT) foi positivo em R\$ 2.107,1 milhões, representando um crescimento de R\$ 1.605,5 milhões em relação ao montante obtido em 2019. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 10,3% em 2019, para 31,7% em 2020.



12.7 GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi de R\$ 1.351,3 milhões em 2020, contra o montante de R\$ 1.580,0 milhões em 2019. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 20,3% em 2020, contra 32,3% obtida em 2019.



Demonstração do EBITDA	(R\$ milhões)	
	2020	2019
Lucro líquido	2.109	2.833
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	269	(2.034)
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	(275)	(94)
(+) Depreciação	147	112
(-) Receita RBSE - Portaria MME nº 120/2017	(2.284)	(351)
(=) EBITDA	(35)	467
(+) Receitas financeiras	458	246
(+) Provisões para contingências	731	417
(+) Provisão/Reversão Impairment	(219)	(75)
(+) Provisões para perdas em investimentos	(58)	262
(+) Outras Provisões - GAG Melhoria	107	147
(+) Contrato oneroso	57	8
(+) Outras Provisões	310	108
(=) EBITDA Ajustado	1.351	1.580

12.8 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do exercício foi de R\$ 275,0 milhões em 2020, contra o montante de R\$ 93,8 milhões registrados em 2019, representando um crescimento de R\$ 181,2 milhões.

Receitas (despesas) financeiras	(R\$ milhões)		
	2020	2019	2018
Resultado de aplicações financeiras	72,4	61,0	28,7
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	294,9	133,8	154,2
Outras variações monetárias ativas	75,7	44,5	11,3
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(81,3)	(96,3)	(207,4)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(6,9)	(1,2)	(11,5)
Outras receitas (despesas) financeiras	(79,8)	(47,9)	(17,2)
(=) Resultado financeiro líquido	275,0	93,8	(42,0)

12.9 FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

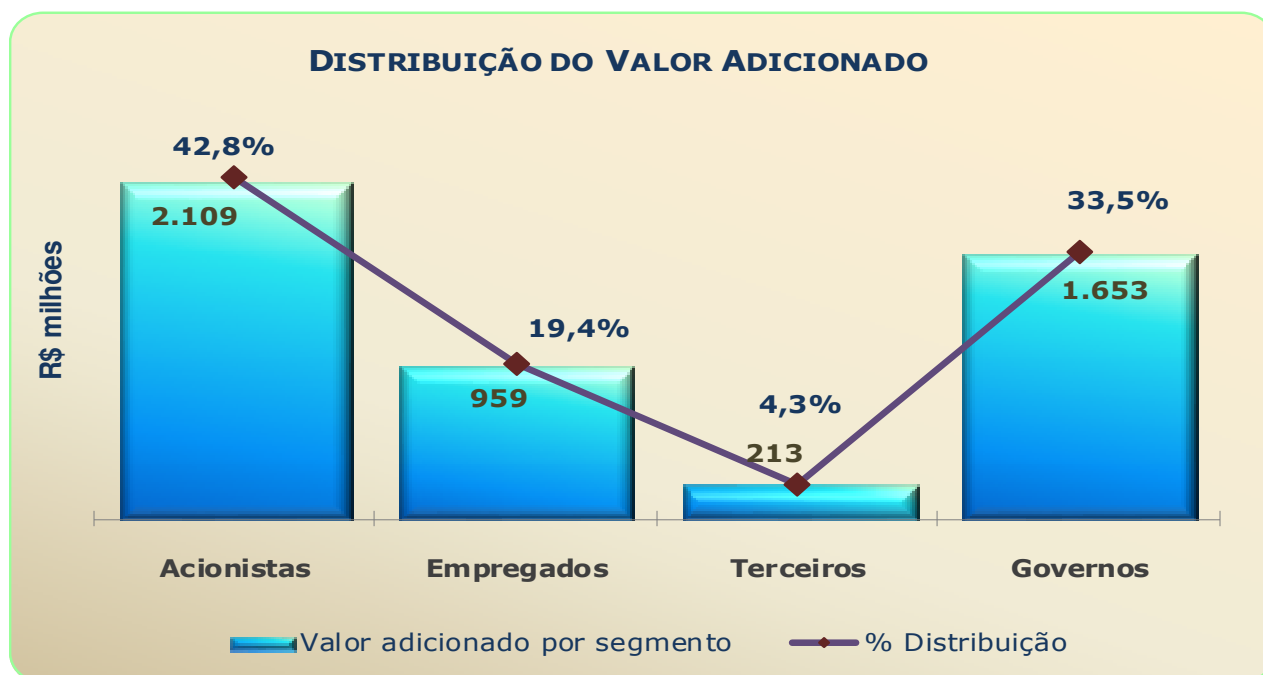
O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com instituições financeiras, encerrou no exercício de 2020 com R\$ 1.252,8 milhões, uma redução de 6,0% em relação à 2019.

A posição da dívida líquida (financiamentos, empréstimos e debêntures, deduzidos das disponibilidades) apresentou ao final do exercício, o saldo negativo de R\$ 885,3 milhões, que demonstra a condição superavitária de caixa e equivalentes de caixa em relação ao endividamento bruto da companhia, conforme demonstrado a seguir:

Financiamentos, Empréstimos e Debêntures			
Dívida Bruta	(R\$ milhões)		
	2020	2019	Δ%
Curto prazo – moeda nacional	239,3	229,2	4,4
Longo prazo – moeda nacional	1.013,5	1.103,9	(8,2)
Dívida Bruta Total	1.252,8	1.333,1	(6,0)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.138,1	1.207,8	77,0
Dívida líquida	(885,3)	125,3	(806,3)

12.10 VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2020 foi de R\$ 4.933,2 milhões, contra R\$ 3.400,7 milhões gerados em 2019, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (19,4%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (33,5%); terceiros (4,3%); e lucro aos acionistas (42,8%).



13. ALIENAÇÃO DE BENS

A Companhia, como um dos produtos de seu planejamento estratégico, vem adotando através de sua Política de Alienação, a transferência do domínio ou a propriedade de seus bens móveis ou imóveis, atualmente não vinculados ao negócio da Companhia, a terceiros, de forma definitiva ou temporária e de maneira gratuita ou onerosa, objetivando reduzir seus custos operacionais e ampliação de sua receita.

Nesse cenário, a Companhia concluiu, no exercício de 2020, a transferência integral da administração do Hospital Nair Alves de Souza, localizado no município de Paulo Afonso/BA, para o Poder Público.

Outra ação alinhada com a diretriz de desmobilização foi a alienação, através da dação em pagamento, do imóvel denominado "Clube Santana" situado no município de Sobradinho/BA, para a compensação de valores de IPTU devidos à municipalidade citada. Foram realizadas negociações com o município para compensação dos débitos com o valor atualizado do imóvel. O montante da operação foi de R\$ 1,442 milhão.

Além dos pontos acima, a Chesf realizou no exercício de 2020 a venda de bens móveis inservíveis. Foram realizados três leilões, totalizando o valor de R\$ 6,011 milhões.

14. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que a auditoria, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, durante o exercício de 2020, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados em contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, com início dos trabalhos no exercício de 2019.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

15. PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

No âmbito de seu Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I), a Companhia desenvolve os seguintes projetos nas áreas de Geração Solar e Eólica, com seus respectivos avanços em 2019:

1. CRESP – Centro de Referência em Energia Solar de Petrolina

Complexo com diversas tecnologias solar: fotovoltaica e heliotérmica, além de desenvolver pesquisa de integração da solar com eólica e armazenamento de energia.

a) Tecnologia Fotovoltaica sobre o solo (3 MWp).

A Planta Básica do CRESP de 2,5 MWp encontra-se em operação e compõe o programa Conta Zero da Chesf. A Segunda Etapa engloba a Planta Tecnológica de 0,5 MWp, que será composta por diversas tecnologias fotovoltaica (Terceira Geração) e sistema de fixação, rastreamento e concentração, teve o processo de contratação concluído em julho de 2020, quando teve seu início..

b) Tecnologia Fotovoltaica Flutuante no reservatório da UHE Sobradinho (2,5 MWp);

Em agosto de 2019 a Chesf inaugurou a primeira etapa do projeto, correspondendo a uma planta fotovoltaica flutuante de 1 MWp. A planta encontra-se em operação e integrada à Usina Hidroelétrica de Sobradinho, atendendo à carga dos serviços auxiliares da usina. Foi dado continuidade aos estudos ambientais, analisando aspecto da flora e fauna marinha local. No terceiro trimestre de 2019 na planta de 1 MWp, teve início os estudos técnicos de avaliação da tecnologia. Em 2020 foi dado início à segunda etapa de implantação desse projeto que totalizará 2,5 MWp, quando totalmente concluído. Este projeto, com características inéditas no país, faz parte do P&D+I aprovado pela Aneel intitulado “Exploração de Energia Solar em Lagos de Usinas Hidrelétricas”.

c) O CRESP também será contemplado com plantas termosolares de concentração, incluindo a tecnologia de Torre Central e a tecnologia de calha parabólica. Essas tecnologias serão estudadas no Projeto de P&D das Heliotérmicas, através do convênio entre a Chesf e o CEPEL, iniciado em dezembro de 2020, que visará à elaboração de uma Chamada Pública para a contratação da empresa executora e instituições de pesquisa da Planta Termossolar de Calha Parabólica, com previsão de publicação no primeiro semestre de 2021..

2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na temática da Energia Eólica;

A Chesf estuda linhas de pesquisa voltadas à melhoria no processo de conversão, bem como a sua integração ao sistema elétrico e com outras fontes limpas de geração, como a fotovoltaica e o armazenamento de energia. Foi lançado em 2018 uma Chamada Pública para projetos inovadores que desenvolvam tecnologias e estudos de plantas híbridas englobando as seguintes áreas temáticas abaixo relacionadas, entre outras:

- Desenvolvimento de equipamentos e sistemas voltados a melhoria no processo de conversão de energia;
- Monitoramento e controle dos fatores críticos da indisponibilidade;
- Otimização da produção de energia e controle de curva de potência;
- Operação conjunta com sistemas de geração solar (parques híbridos);
- Análise da complementariedade com a geração hidráulica e outras fontes;
- Integração da geração híbrida com sistemas de armazenagem de energia;
- Redução dos impactos mais críticos da intermitência na geração;
- Análise das potencialidades para despacho em horário de ponta;
- Previsibilidade no suprimento de energia (diária, semanal, mensal e anual).

Como resultado deste trabalho, a Chesf em 2020 iniciou o processo de contratação de dois projetos de P&D+I na temática de Eólica, denominados: ; 1) Otimização de Sistemas de Energias Renováveis com Armazenamento de Alto Desempenho, (projeto em contratação); e 2) Sistema Híbrido (Eólica e Solar) com armazenamento de energia..

Em 2020, a Chesf também contemplou em sua relação de Projetos de P&D três outros projetos, denominados: 4) Arranjo Técnico para Aumento da Confiabilidade e Segurança Elétrica Aplicando Armazenamento de Energia por Baterias e Sistemas Fotovoltaicos ao Serviço Auxiliar de Subestações 230/500 kV (projeto em contratação); (5)

Reator Saturado para Compensação Reativa em Sistemas de Extra-Alta Tensão (projeto contratado); e (6) Ações de Emergência ao COVID-19 (projeto contratado).

Para o alcance destes resultados e dos vindouros, o total investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2020, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas Energia - MME e também nos projetos de pesquisa a nível institucional executado pelo CEPEL, atingiu o montante de R\$ 89,3 milhões.

Com foco na carteira de projetos ANEEL, a Chesf investiu R\$ 14,2 milhões em 8 projetos de pesquisa enquadrados nos seguintes temas:

Temas de investimento P&D	R\$ mil
Fontes Alternativas de Geração de Energia Elétrica	12.415,02
Planejamento e Operação de Sistemas de Energia Elétrica	672,47-
Novos Materiais e Componentes	2,77
Outros	1.103,32
Total Geral	14.193,58

16. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os recursos de Tecnologia da Informação – TI têm se tornado nos últimos tempos imprescindíveis para a execução dos processos que suportam os negócios empresariais.

Na Chesf, a infraestrutura, os serviços e os sistemas de TI estão presentes em todas as áreas da empresa, desde a operação e manutenção do sistema elétrico, engenharia, além das atividades e procedimentos realizados pelas áreas administrativas e financeiras, possibilitando que as equipes desenvolvam seu trabalho com maior produtividade e segurança.

A Superintendência de Tecnologia da Informação – SGI da Chesf, vem atuando nos pilares que suportam a visão estratégica dos segmentos de TI e criação dos instrumentos para torná-la realidade. A fim de alcançar o alinhamento das iniciativas constantes no Plano Diretor de TI – PDTI e no Planejamento Estratégico de TI – PETI, aos objetivos estratégicos empresariais, além da implantação dos instrumentos constantes do modelo de governança de TIC das empresas Eletrobras, foram estabelecidos direcionamentos estratégicos, dentre os quais destacamos os principais: fomento na utilização de tecnologias disruptivas impulsionadoras da Transformação Digital, possibilitando uma alavancagem nos resultados das diversas áreas de negócio da empresa e a aceleração da Cultura Analítica.

Neste contexto, ressalta-se que foram realizados investimentos no montante de R\$ 50 milhões. Dentre as principais ações destacam-se: o desenvolvimento de soluções para tratamento analítico avançado de dados, baseadas em plataforma de Business Intelligence (BI), Business Analytics (BA) e o desenvolvimento de soluções preditivas através de plataforma de Ciência de Dados - Data Science, possibilitando assertividade nos processos de tomada de decisão; a implantação de soluções baseadas em Robotic Process Automation (RPA), Inteligência Artificial, Machine Learning e ChatBot através de plataformas de automação e de interação cognitiva; a implantação de novos serviços em nuvem e consolidação da utilização das soluções já disponibilizadas para a empresa, como a plataforma Microsoft 365, que vem possibilitando um grande ganho nos processos de comunicação, colaboração e produtividade, agregando mobilidade e integração de toda a empresa; contribuição para implantação de novas funcionalidades e modernização da arquitetura do sistema integrado de gestão SAP ERP-IU, em consonância com o Plano de Negócios da Holding Eletrobras. Por fim, está em andamento a implantação de novos sistemas como o da Solução Jurídica com inteligência artificial, Comercialização de Energia, Gestão Tributária, Gestão de Contratos da Transmissão, Gestão Imobiliária, Gestão da cadeia de Suprimentos, Gestão Territorial, dentre outros.

Como desdobramento da estratégia de TI no sentido de ampliar a capacidade de entrega de soluções de Transformação Digital, está prevista a realização de parcerias e contratação das empresas do Porto Digital em Recife.

Foram desenvolvidos e entregues à Companhia 42 novos sistemas de informação (incluindo mobile), robôs e soluções analíticas, melhorando e automatizando importantes processos empresariais, além de consolidar o processo de tomada de decisão assertiva por todo o corpo gestor da empresa através de inteligência analítica de dados.

No segmento de inteligência analítica (Analytics), foram disponibilizadas diversas soluções a partir da plataforma Qlik Sense (BI / BA) consolidando o processo de tomada de decisão assertiva por todo o corpo gestor da empresa, dentre as quais ressaltam-se:

- O PayCheck para o monitoramento e controle das contas de Pessoal, solução desenvolvida a partir da Inteligência Analítica e Ciência de Dados, utilizando técnicas matemáticas, estatísticas e de modelagem preditiva, para gerar informações estratégicas a partir de diversas fontes e elevada quantidade de dados. Além disso esta solução vem possibilitando o controle detalhado de todas as contas de Pessoal (PMSO), viabilizando assertividade na tomada de decisão e um salto na Gestão da empresa, com reflexos diretos sobre a Excelência Operacional. A Chesf sequenciará a evolução do PayCheck nas empresas do Grupo Eletrobras, coordenação dos trabalhos iniciada em 2020, alinhada com a expansão funcional desta solução na empresa;

- Ampliação do Sistema Analítico para Redução de Custeio – BARC, importante ferramenta para controle de gastos com a conta de Pessoal gerenciável do PMSO, na qual são monitoradas as rubricas de periculosidade, hora-extra, sobreaviso, penosidade, insalubridade e adicional de condução em serviço. Ganhos exponenciais como melhor visibilidade dos processos, automatização da geração de relatórios e acompanhamento de indicadores (KPIs), fazem parte desta solução;

- Ampliação do Sistema Analítico para acompanhamento do orçamento base zero, com a visão de agrupamento por pacotes e subpacotes. Esta solução trará um grande ganho para visibilidade, controle, comparação e eficientização de todas as etapas do processo orçamentário;

- AtrasoZero_BI, solução analítica que embasa o Programa Atraso Zero no Suprimento da Chesf. para acompanhamento online de todas as etapas da cadeia de suprimentos. A partir desta solução é possível controlar os tempos envolvidos em cada etapa do workflow, os responsáveis, os setores e principalmente o acompanhamento dos indicadores para a obtenção do atraso zero nos processos aquisitivos;

- A construção e disponibilização de soluções analíticas para atendimento aos oito macroprocessos do CSC (Infraestrutura e Serviços Gerais, TI, RH, Suprimento, Logística, Contabilidade, Finanças e Jurídico);

- A Base Analítica para auxílio ao Trabalho Remoto – BATR, solução que monitora a utilização das principais aplicações, incluindo as de comunicação e colaboração corporativa em nuvem-MS365.

- Parcela Variável Econômica e Financeira – PV, Plano de Desligamento – SAPPE / Anper, Indicadores do SAM, Plano de Manutenção e Ordem de Manutenção,

- Painel de Controle de Treinamentos do RH;

- Painel para acompanhamento do orçamento de investimento previsto x realizado (Curva S).

No tocante aos sistemas implantados, destacamos:

- Consolidação de Dados da Gestão de Ativos – BDGA; Envio de Informações em Tempo Real para a Agência Nacional de Águas - ANA – ANAService; Gestão da Construção de Linhas de Transmissão - SG-LT; Plataforma de Geoprocessamento – ArcGIS; Gestão do Plano de Obras – SIPOS; Plataforma de Fornecedores; Publicação de Editais - e-Edital; Monitoramento dos Prazos Contratuais; Publicações Judiciais; Gestão de Horas Extras da DO; Registro de Ocorrências de Segurança do Trabalho – CIOC.

- Robôs Implantados:

- Credenciamento em Periculosidade; Baixa de Recebimento via Depósito em Conta; Geração de Relatório de Despesas de Viagem para a Transparência Pública; Extensão de Material; Download de Faturas da Rede Básica de Transmissão; Recebimento de Cotas; Pagamento de Verba de Manutenção Temporária de Itaparica – VMT; Auditoria de Viagens Corporativas; Atualização das Informações dos Painéis do CSC.

- Aplicativo Mobile Implantado: Monitoramento Remoto das Águas.

Estão previstos no segmento analítico as seguintes ações:

Ampliação da Solução PayCheck com a incorporação do gerador de cenários e das contas de Material, Serviços de Terceiros e Outros (MSO) visões custeio e investimento; Implantação de novas funcionalidades no BATR, BARC, Atraso Zero e OBZ.

No segmento econômico-financeiro, conduzido pela Diretoria Financeira, teremos a ampliação dos sistemas de acompanhamento das contas de custeio e de investimento, agregando novas funcionalidades e pontos monitorados. Dentre os ganhos que podem ser observados estão uma melhor visibilidade da alocação de recursos, além da automatização da geração de relatórios e acompanhamento de indicadores (KPIs).

Serão desenvolvidos também soluções analíticas envolvendo a margem de contribuição das instalações com estudo de rateios contábeis para custos diretos, indiretos, atividades, receitas e características técnicas que possibilitem comparações como estratégia gerencial e Revisão Tarifária 2023, automação do fluxo de caixa, monitoramento dos projetos de investimento (planejado, realizado, prazos regulatórios, conformidade e rentabilidade) com pontos de inspeção, controle e automação das informações consolidadas - ICS.

No segmento conduzido pela Diretoria de Engenharia, teremos a ampliação do sistema de monitoramento dos empreendimentos da transmissão – CMET, agregando novas funcionalidades e pontos monitorados. Dentre os ganhos que podem ser observados com a implantação desta solução estão um melhor controle dos empreendimentos em relação aos desvios em relação as datas legais para entrada em operação da ANEEL.

No segmento de operação e manutenção do sistema elétrico, conduzido pela Diretoria de Operação, teremos a ampliação e consolidação da Inteligência Analítica e Ciência de Dados a partir do desenvolvimento de novos painéis analíticos de simulação de parcela variável, acompanhamento do sistema de gestão da manutenção, confiabilidade de subestações, usinas e linhas de transmissão, monitoramento de medições em equipamentos e barragens, dados hidrológicos, desligamento por erro humano - IDEH, variação de tensão de curta duração - VTCD, acompanhamento da receita anual permitida - RAP, robustez do sistema (NEIC, IRS, RAP, BISE), gestão e acompanhamento das análises de ocorrências (RO, RA, NA e PE), desligamentos forçados de equipamentos e linhas de transmissão, acompanhamento dos pontos de conexão (PRODIST), integração e correlação dos dados (incidente e NDEH) / (notas de manutenção e PV), execução de manutenção preventiva pela operação - IEMP, acompanhamento de incidentes - CIN, acompanhamento das notas de manutenção, recomendações - IAR, relatório diário de ocorrência e Sinopse, programa diário de produção - PDP, evolução soluções analíticas baseadas nos módulos SAP-PM e SAP-WCM e base de dados de instalações de transmissão - BDIT.

Soluções analíticas serão desenvolvidas também para atendimento aos indicadores de disponibilidade dos canais ONS (DONS), disponibilidade dos canais de Voz Ponto a Ponto (DCPP), disponibilidade de telessupervisão das instalações (DTSI), disponibilidade das funções da transmissão, índice de sucesso de telecomandos (ISTC), índice de disponibilidade dos centros de supervisão (ISCS), disponibilidade de unidades geradoras, solicitação de intervenção de urgência - ISIU, solicitação de intervenção conforme emitida pela manutenção - ISCM, execução das manutenções corretivas (EMC), divergências entre Leituras de Corrente - RDTC e divergências entre Leituras de Tensão - RDTP, solicitação de intervenção-SI, atendimento de ordem de manutenção, índice conformidade das medições de linhas de transmissão – ICLT e monitoramento da telessupervisão.

Serão desenvolvidos painéis de acompanhamento analítico do Plano de Negócios e Gestão – PNG da Chesf, em alinhamento ao PDNG da Eletrobras, possibilitando o controle e a tomada de decisão assertiva, nos diversos segmentos de negócio da Companhia.

Será consolidada a utilização da Sala de Situação (videowall), ambiente de convergência das diversas soluções analíticas responsáveis para subsidiar o monitoramento e a tomada de decisão pela alta gestão da empresa.

Referente à manutenção de sistemas de informação, o indicador “Atendimento às demandas de manutenção de sistemas” apresentou 95,52% de realização (SGM e CRM)

Como parte da estratégia da TI para acelerar e consolidar a utilização de soluções em nuvem, teremos a continuidade da análise do ambiente computacional interno (On-Premises), que tem por objetivo identificar os ativos de TI (hardware/software) que podem ser migrados para a nuvem (cloud), incluindo infraestrutura, plataformas e serviços de TI. A partir destes direcionadores teremos a migração do servidor de arquivos (File Server), o Portal Corporativo, a Intranet e todas as aplicações e arquivos setoriais do SharePoint Chesf, para a nuvem, possibilitando maior produtividade, mobilidade, escalabilidade, segurança e disponibilidade, consolidando a estratégia de Transformação Digital da Chesf.

No tocante à Segurança Cibernética, a Chesf vem tratando o tema com elevada importância, alinhado com as estratégias de negócio da empresa, considerando que falhas desta natureza podem comprometer informações sensíveis, serviços administrativos ou infraestruturas críticas que suportam sistemas de informação, administrativos ou operacionais, podendo impactar diretamente nos resultados da empresa.

Relativo ao segmento de segurança e privacidade dos dados teremos a implantação das políticas de classificação da informação através de recursos de DLP (Data Loss Prevention) já inseridos na plataforma Microsoft 365. Para garantir a segurança das informações na nuvem, implementaremos ferramentas de segurança CASB (Cloud Access Security Broker), juntamente com serviços de suporte para monitoramento do ambiente de segurança (cyber security).

A infraestrutura computacional da Chesf teve importantes avanços proporcionados pela atualização tecnológica de equipamentos que dão suporte ao gerenciamento de banco de dados, ambiente de armazenamento de dados e servidores. Dentre elas ressaltamos a substituição do firewall e atualização de seu firmware, resultando num aumento de disponibilidade e desempenho da segurança cibernética de TI, na confidencialidade e integridade das informações empresariais e na melhoria do controle de ameaças.

Foi realizada a contratação de um segundo link de internet em 600mbps e um equipamento balanceador, que estão em fase de implantação. Este novo arranjo possibilitará maior disponibilidade, agilidade e confiabilidade nos processos empresariais e serviços em nuvem (Cloud).

Como reflexo das melhorias realizadas na infraestrutura tivemos também importantes ganhos nos serviços dependentes da Internet, como, vídeoconferência, correio eletrônico, dispositivos móveis, ferramentas de comunicação e colaboração, além da utilização de diversos serviços em nuvem (Saas).

Do ponto de vista da relação com o cliente interno, a Central de Atendimento de TI foi centralizada no CSC da Eletrobras, que é responsável pelo atendimento de 1º Nível. Para os atendimentos de 2º nível, os números registrados foram relevantes, tendo sido resolvidos 18.061 chamados, dos quais 15.932 dentro do prazo estabelecido, o que corresponde a um índice de realização de 88%. Para os Atendimentos de Melhorias em Sistemas em Produção, tivemos 675 Mudanças em Sistemas, sendo 669 no prazo que corresponde a um percentual de atendimento de 99%.

17. GESTÃO DE PESSOAS

Em 31 de dezembro de 2020, a Chesf contava com uma força de trabalho (quadro efetivo de pessoal) de 3.162 empregados, composta por 3.156 do quadro próprio e 6 requisitados de órgãos ou empresas da Administração Pública. Do total, havia 580 mulheres e 2.582 homens.

No mesmo período, o índice de turnover foi de 0,79%. Houve 8 admissões (por determinação judicial) e 42 desligamentos, dos quais 12 pelo Plano de Demissão Consensual – PDC. Este faz parte das iniciativas previstas no Desafio 23: “Excelência Sustentável”, do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2019-2023) das Empresas Eletrobras.

O Sistema de Gestão de Desempenho – SGD, em sua etapa de avaliação do Ciclo 2019, foi retomado no início de 2020. Para este ciclo, foram utilizadas as metas empresarial e de equipe e as competências vinculadas aos cargos dos empregados. Como inovação, tem-se o uso do sistema informatizado SAP, que trouxe maior acessibilidade aos

usuários finais. Paralelamente, vem ocorrendo a remodelagem do SGD para o ciclo de 2021, com elaboração em conjunto com as demais empresas Eletrobras de novas competências e evidências, mais aderentes à realidade do mercado.

Foi aprovada a Política de Seleção e Nomeação Gerencial das Empresas Eletrobras, que tem como objetivo estabelecer critérios e diretrizes para o preenchimento de vagas em nível gerencial, por meio de processo seletivo a ser realizado de forma íntegra, meritocrática. Os primeiros processos serão realizados em 2021.

Durante o ano de 2020, também foi retomada a oferta do Programa de Estágio da Chesf. Ao oferecer oportunidades de estágios, a Companhia cumpre seu papel de desenvolvimento junto à sociedade. Destaca-se que a cultura empresarial permanece sendo permeada por valores dos estagiários – inovação, proatividade, entusiasmo – que são tão comuns no início da formação profissional. Por meio de um pregão eletrônico realizado no fim do ano de 2019, foi contratado o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE como agente integrador e foram ocupadas 60 vagas disponíveis nas mais diversas formações acadêmicas.

Outro destaque implementado em 2020 foi o trabalho focado no desenvolvimento organizacional, utilizando como ferramenta o Personal Development Analysis – PDA. Durante o ano, foi ampliado o número de profissionais da Superintendência de Gestão de Pessoas certificados nessa metodologia e, a partir daí, foram realizadas análises de 227 perfis comportamentais. A ferramenta foi aplicada na seleção dos estagiários, no suporte à mobilidade das pessoas, em trabalho específico em unidade organizacional na localidade de Teresina e na reestruturação organizacional em unidade específica na Sede, em Recife. Foi implementada também um projeto específico para desenvolvimento de gestores do Centro de Serviços Compartilhados – CSC e no mapeamento de perfis dos empregados do DGCL, em Recife.

Aliado à inovação inerente ao trabalho, ressalta-se que os feedbacks recebidos das áreas clientes validam a importância de sua aplicabilidade, além de proporcionar maior engajamento das equipes aos resultados organizacionais e, principalmente, promover o desenvolvimento individual e das equipes envolvidas.

No período de 05 a 09 de outubro de 2020, ocorreu a I Olimpíada de Inovação da Eletrobras que teve como objetivo incentivar a execução de projetos inovadores capitaneados pelos próprios empregados, por meio da identificação de problemas ou oportunidades. O projeto liderado pela Chesf, o “VALORIZE e SE”, foi um dos quatro selecionados para prototipação, que tem como principal propósito estimular um ambiente de trabalho saudável, despertar sentimentos de valorização e de pertencimento, transmitir energia positiva, além de encurtar distâncias ao valorizar os outros e se valorizar.

O “VALORIZE e SE” é um jogo virtual que permitirá aos empregados participantes o registro de elogios a qualquer profissional da Companhia, em reconhecimento ao trabalho prestado por seu colega, sem restrição entre equipes e níveis hierárquicos. Junto com o elogio, o empregado doa pontos, denominados elétrons, que podem se transformar em prêmios.

17.1 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos empregados os seguintes benefícios, com vistas à melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de seus empregados: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Reembolso com Despesas de Uniforme e Material Escolar; Auxílio Educacional Ensino Superior para Empregados; Atendimento Médico e de Enfermagem nos Ambulatórios da Empresa; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Auxílio Óculos e Lentes; Assistência à Pessoa com Deficiência; Complementação de Auxílio-doença; Auxílio Funeral; Pecúlio por Morte ou Invalidez, decorrente de acidente de trabalho; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Seguro de Vida em Grupo; e Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf. As condições dos benefícios estão estabelecidas em acordo coletivo de trabalho e em instrumentos normativos.

Em 2020, a Chesf cumpriu as exigências solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) com a finalidade de tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa das empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União, nos benefícios Plano de Assistência Patronal (Relatório CGPAR 22) e Previdência Privada (Relatório CGPAR 09).

17.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O investimento contínuo na formação de seus empregados é uma premissa para a Companhia. O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Estratégico como seu principal norteador, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais, por meio de variadas formas de ações educacionais, como cursos, palestras, oficinas e seminários, dentre outras. O valor total aplicado em Educação Corporativa foi de R\$ 2.456 mil. O investimento médio por empregado foi de R\$ 769,35.

Em 2020, o número de horas de treinamento por empregado foi de 21,43 horas, correspondendo a 1,12% das horas de trabalho. Foram computadas 225 ações educacionais, contemplando 68.415 horas e atendendo 2.111 empregados, representando 66,11% do quadro de pessoal.

Visando melhoria contínua de processos e aprimoramento profissional dos seus empregados, foram ministradas 2.928 horas em cursos de longa duração (Graduações, Especializações, Mestrados e Doutorados), 1.065 horas em congressos, seminários e simpósios, 3.283 horas em cursos de idiomas, além de 62.349 horas nas demais ações educacionais. Na perspectiva das ações de conformidade (Ética, Compliance, Conflito de Interesses, Assédio, Equidade de Gênero e Raça), foram realizadas inúmeras ações educacionais, tais como: Código de Conduta Ética e Integridade, Gestão e Apuração da Ética Pública, Assédios: Atenção Organizações – On Line, Gestão e Apuração Ética Pública Avançado, XXI Seminário Ética na Gestão e Enfrentamento ao Assédio Moral no trabalho.

Com apoio do Serviço Nacional da Indústria – Senai e outras empresas e com instrutoria interna, são feitos cursos técnicos, tais como: NR-10 Básico; NR-10 Complementar; NR-10 Reciclagem Integrada; NR-33 Espaço Confinado Supervisor, NR-33 Espaço Confinado Trabalhador e NR-05 Cipa. Além desses, existem outras ações educacionais de cunho técnico, com foco nos negócios da Companhia, como: Termografia, Curso Básico de Telecomunicações, Metrologia e Proteção de Sistemas Elétricos de Potência, Operação de Drones e Certificação de Operadores.

O acompanhamento dos indicadores de educação corporativa é feito trimestralmente, comparando as horas frequentadas pelos empregados, com as metas estipuladas em nosso Planejamento Educacional no início do ano. Para cálculo dos indicadores de educação corporativa, é considerado o número de empregados ativos em dezembro do ano anterior (neste caso, 2019). Dessa forma, o QP considerado seria de 3.193 empregados.

Tais resultados foram possíveis devido ao aumento no uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferências, cursos online (síncronos e assíncronos), a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, as parcerias com instituições diversas para ações gratuitas, ampliação de cursos fornecidos na plataforma de educação da empresa e a divulgação de ações online gratuitas. Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações educacionais da Companhia.

17.3 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19, trazendo imenso impacto e redirecionamento das ações de Saúde e Segurança do Trabalho. Até meados de março de 2020, ações programáticas vinham sendo realizadas costumeiramente, a exemplo do Exame Médico Periódico, da Feira de Orgânicos, do Centro de Promoção da Saúde, na Sede e em Salvador, da Ginástica Laboral, do treinamento de primeiros socorros e da campanha de prevenção relativa ao carnaval em toda a Empresa. Quando declarada a referida pandemia, uma série de novas ações precisaram ser planejadas, enquanto outras, redirecionadas.

Diversas ações de prevenção e monitoramento da Covid-19 foram implementadas. Foi estabelecido protocolo para controle de risco, sendo mantidos em atividade presencial os empregados que desenvolvem atividades essenciais, enquanto outra parte dos empregados foi encaminhada ao trabalho remoto e um terceiro segmento passou a trabalhar presencialmente em modalidade de rodízio. Passou a haver o mapeamento e o monitoramento epidemiológico, por teleatendimento, dos empregados em suspeita de adoecimento, a partir do aparecimento de sintomas da Covid-19 e do acompanhamento dos casos confirmados até seu desfecho. O monitoramento foi aprimorado a partir da implantação do aplicativo “DSS Transform Check-in Saúde em Dia”, em parceria com as

demais empresas Eletrobras e a consultoria DuPont, permitindo ao empregado registrar diariamente a presença ou a ausência de sintomas associados à Covid-19, objetivando rastrear novos casos de contaminação, evitando assim a propagação do vírus na Empresa e propiciando o início de tratamento imediato.

Tendo como foco a saúde dos empregados e prestadores de serviço em regime presencial, foram elaborados protocolos de medidas de prevenção e de contingência diante da ocorrência de casos suspeitos, como desinfecção do ambiente e isolamento de casos e contactantes. Foi realizado processo de educação em saúde, com envio de cartilhas, realização de testes rápidos para detecção do novo coronavírus, visitas a ambientes de trabalho, bem como ações preventivas com distribuição de máscaras de tecido, álcool a 70%, implantação de sensores de aferição de temperatura por aproximação na entrada dos locais de trabalho, instalação de dispensadores de álcool em gel em toda a Empresa, sinalização, cartazes e cartilhas educativas. O material educativo enfatizou os procedimentos de utilização e higienização de máscaras com dupla ou tripla proteção e periodicidade de substituição, higienização correta das mãos, orientações quanto à importância do distanciamento seguro de 1,5m a 2,0 m de outras pessoas, uso e cuidados de segurança na manipulação do álcool a 70%, medidas específicas para higienização nos locais de trabalho e dos materiais de escritório, telefones celulares e cuidados gerais com refeições e higienização dos alimentos. E, ainda, medidas de prevenção para as empresas contratadas, campanhas de prevenção nas instalações e visitas aos restaurantes para checagem e garantia das condições de higiene dos alimentos para empregados em trabalho presencial. A campanha também foi disseminada por meios de comunicação eletrônica da Empresa, como Chesf Hoje, Jornal Mural e um portal específico na Intranet e na Internet, agregando todos os comunicados e orientações sobre prevenção ao novo coronavírus para conhecimento de todos os empregados. Também foi elaborada uma cartilha e um protocolo de recomendações específicas para empresas contratadas, cujos serviços permaneceram em execução. Vale ressaltar que para o procedimento de testagem e atendimentos presenciais, foram adquiridos Equipamentos de Proteção Individual específicos à equipe médica e de enfermagem de toda a Empresa, como *face shield*, máscara N95, aventais descartáveis, entre outros.

Os demais empregados, de atividades não essenciais presencialmente, permaneceram em trabalho remoto entre os meses de março a julho, quando começaram a retornar em ondas, conforme grau de risco de agravamento de condições de saúde, em caso de contaminação pelo novo coronavírus, causador da Covid-19. No retorno à atividade presencial, foi feito novo processo educativo, testagem rápida e entrega de kits individuais com máscaras de tecido e álcool 70%. Até o final de 2020, os empregados classificados como de maior vulnerabilidade – acima de 60 anos ou com a presença de fatores de risco e comorbidades – permaneceram ainda em trabalho remoto.

Entre as campanhas programáticas, foi realizada a vacinação de gripe H1N1, durante a pandemia, atendendo a 1.000 empregados em toda a Empresa, sendo dada prioridade aos empregados em trabalho presencial. Além disso, em Salvador, houve vacinação de sarampo para 28 empregados classificados na faixa etária alvo, dos 20 aos 49 anos.

Em 2020, as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho também deram suporte às ações de sanitização geral dos postos de trabalho, quanto à ocorrência de casos suspeitos ou confirmados da Covid – 19, dos veículos de uso da Empresa para transportes dos empregados e das auditorias e fiscalizações na Chesf e junto às empresas contratadas, para garantir que as medidas de prevenção definidas pela Chesf contra a Covid-19 fossem seguidas.

Em Paulo Afonso, os kits de primeiros socorros foram repostos. Também ocorreram palestras virtuais relativas ao Programa de Conservação Auditiva – PCA ao público das usinas hidroelétricas. Na regional Norte, foram implantados os Diálogos de Saúde, abordando questões psicossociais, de qualidade de vida e reforçadas as ações de prevenção a Covid-19. Os Diálogos de Saúde são realizados em pequenos grupos, pelo aplicativo Teams, permitindo maior interação entre os participantes. Na Sede, foram realizadas Intervenções Psicossociais em Equipe, também utilizando ferramenta de videoconferência.

Especificamente em relação ao tema da Saúde Mental, os atendimentos psicossociais precisaram ser realizados por meio de sistema de videochamada, a fim de garantir o distanciamento social preconizado, ao mesmo tempo preservando a prestação do serviço durante a pandemia. Para ampliar a porta de entrada e estimular a busca de apoio emocional diante da crise mundial, foi implantada a Rede de Apoio Psicossocial, em parceria com as empresas Eletrobras, por meio da qual empregados de qualquer Empresa Eletrobras passaram a poder agendar eletronicamente seu atendimento com Psicólogo ou Assistente Social da Rede.

Em parceria com a Eletrobras, também foram oferecidas duas turmas de Mindfulness realizadas por meio de videoconferências e custeadas pelos empregados. O Mindfulness promove o controle do estresse, a melhoria da atenção, entre outros benefícios, sendo um grande aliado à saúde mental dos praticantes.

O Projeto “Arte e Expressão – Promovendo Saúde Mental no Dia a Dia”, em sua terceira edição, também precisou se adaptar à realidade on-line, oferecendo oficinas de fotografia e desenho artístico em perspectiva oferecidas por empregados da Chesf. Também fizeram parte da programação palestras virtuais abordando temas relativos à Saúde Mental, como autoconhecimento, controle do estresse, empatia, escuta ativa, com profissionais renomados com Tania Mujica e Vanessa Barros. O Projeto contou com mais de 300 participantes das diversas localidades da Empresa.

Ainda durante o período da pandemia, houve continuidade das ações de saúde e segurança do trabalho, tanto de forma presencial como remota; em algumas situações até mesmo incrementadas, pela própria necessidade de sua natureza essencial. Entre essas ações destacam-se: a) realização, de forma remota, de ações previstas no Projeto de implantação do Sistema Integrado de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional nas instalações de geração da Chesf, conforme Norma ISO 45.001:2018, com participação dos segmentos envolvidos; b) desenvolvimento do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho das empresas Eletrobras, por meio da consultoria DuPont; c) Prevenção de Desligamentos por Erro Humano – DEH, incluindo a realização de 3 turmas de Capacitação na modalidade à distância síncrona, contemplando empregados da Sede e Regionais.

Vale salientar o destaque na assessoria ao funcionamento e desenvolvimento das ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA, nas inspeções, auditorias e monitoramento do cumprimento dos protocolos contra a Covid-19 na Empresa, como também a inovação da realização da Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT, digital, realizada por meio da Plataforma Teams, em diversas localidades, engajando muitos empregados e com olhar também voltado para a transformação digital, abordando temas relacionados sobre Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho em Tempos de Pandemia. Dentre as palestras virtuais oferecidas em parceria com as CIPA e o Comitê de Gênero, diversos temas foram abordados como Câncer de mama; Câncer de próstata; Alimentação Saudável, Atividade Física na Melhoria da Imunidade; Medidas de Prevenção à Covid-19 e Perspectivas de Futuro; Dependência digital, Saúde Emocional, sempre com a presença de profissionais de saúde conceituados, como o infectologista Julio Croda, o médico do trabalho Erico Higino e o psicanalista Bruno Severo. Outros temas também foram tratados nas SIPAT, como: Projeto Prevenir +; Trabalho em Espaço confinado; Prevenção ao Erro Humano.

Após período de suspensão, de março a outubro, houve a retomada dos Exames Médicos Periódicos – EMP, atendendo ao público que trabalha constantemente em área periculosa. A relação de exames foi reduzida de modo a minimizar a exposição a ambientes com grande risco de contágio como clínicas médicas e laboratórios de análises clínicas. Por este mesmo motivo, não foi indicado o EMP aos demais empregados.

De forma inovadora, foi dado início ao serviço de Ginástica Laboral On-line, permitindo empregados de qualquer localidade, estando na Chesf ou em trabalho remoto, participar dessa atividade que contribui para a redução de adoecimento osteomuscular, promove bem estar, melhoria do clima e incentiva a prática de atividades físicas.

Em 2020, a Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento (TFAT) fechou o ano com um valor de 2,48, inferior ao limite de tolerância especificado para a Empresa, de 2,73. A Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes Típicos com Afastamento (TGAT), por sua vez, fechou o ano de 2020 com um valor de 25, o segundo menor dos últimos 20 anos, abaixo de 119, estabelecido como limite tolerável para este indicador.

Ainda em 2020, o Projeto de Prevenção de Desligamento por Erro Humano – DEH recebeu o Prêmio de Inovação da Chesf, reconhecendo a atuação do grupo multidisciplinar, de várias áreas da Companhia, que atua na melhoria dos processos de análise das perturbações no Sistema Eletroenergético, buscando a redução dos DEH, além da prevenção de acidentes do trabalho, e tendo já alcançado resultados significativos. Da mesma forma, o Projeto de P&D “Metodologia para Aplicação de Soluções de Controle e Monitoramento On-Line de Ruído em Usina Piloto da Chesf”, desenvolvido com a Universidade Federal do Pará – UFPA também recebeu o Prêmio de Inovação da Companhia, com a implementação da solução na Usina de Paulo Afonso IV, com grande potencial de expansão para outras usinas da Empresa e do Setor Elétrico.

17.4 RESPEITO A DIVERSIDADE E A EQUIDADE DE GÊNERO

As ações de promoção à equidade de gênero e raça na Chesf, são realizadas na Sede e Regionais, com a participação e orientação do Comitê de Gênero e Raça, que atua há mais de dez anos nesses temas.

Em 2020, a área de Responsabilidade Social Empresarial e o Comitê de Gênero e Raça atuaram de forma unificada na Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma das vertentes do Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça da Chesf, esse ano devido a pandemia a campanha foi somente eletrônica com o intuito dos empregados refletirem sobre a proteção da infância e juventude e sobre o papel da Empresa no relacionamento com a sociedade.

Todas as ações previstas no Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça para serem realizadas em 2020 aconteceram:

- Campanha de Carnaval com o tema Não é Não – Importunação Sexual é Crime, realizada eletronicamente (descanso de tela, página na intranet, e-mails marketing, Jornal Mural, Chesf Hoje, divulgação nas mídias sociais da Chesf) teve o objetivo de divulgar a Lei 13.781/18 e sensibilizar os homens para brincar o carnaval sem importunar as mulheres;
- Campanha de conscientização no Mês da Mulher, realizada campanha eletrônica, palestra Desafios do Empreendedorismo no Século XXI e a sessão Pipoca & Conhecimento, com a apresentação do filme “Eu não sou um Homem Fácil”, para os empregados refletirem sobre a importância da humanidade e do feminino nas relações;
- Campanha Agosto Lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra as mulheres, realizada campanha eletrônica com o tema “Você não está Isolada”, nas mídias sociais a Chesf se colocou contra a violência doméstica em um momento de extrema vulnerabilidade das mulheres.

O Comitê de Gênero e Raça da Chesf promove, anualmente, de 25 de novembro a 10 de dezembro, a Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher – uma mobilização anual, praticada simultaneamente por diversos atores da sociedade civil e poder público engajados nesse enfrentamento. Constou da programação deste ano, a palestra realizada via Teams, “Masculinidades”, com Ismael dos Anjos, produtor do documentário O Silêncio dos Homens. Foi muito elogiada e teve o objetivo de fomentar diálogos que podem humanizar, provocar empatia, educar e inspirar os homens, pensando num processo de transformação dentro da premissa da equidade de gênero e raça. O Comitê em parceria com a Comissão de Ética promoveu ainda a palestra “O que você precisa saber sobre assédio moral”, com Nelson Perissé, da Petrobras, especialista na temática que foi destaque no Diálogos de Gestão, com o objetivo de sensibilizar as lideranças na forma de gerenciar pessoas para consolidação de uma cultura de respeito às diferenças e para a prevenção e combate do assédio moral. No Brasil, a Campanha acontece desde 2003 e, para destacar a dupla discriminação vivida pelas mulheres negras, as atividades aqui começaram em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. As mulheres negras são as que estão na base da pirâmide social e, por conta disso, são as maiores vítimas da violência de gênero. A Chesf repudia qualquer tipo de violência contra a mulher.

No Outubro Rosa e no Novembro Azul, a área de saúde da Empresa fez ampla campanha eletrônica com o corpo funcional e palestras foram realizadas, com o apoio do Comitê de Gênero e Raça.

17.5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Em 13 de julho de 2011, a Chesf foi a primeira das empresas do Sistema Eletrobras a instituir um Comitê de Acessibilidade e Inclusão, ferramenta que atua dentro da corporação para equalizar as necessidades e demandas dos empregados com deficiência à política econômica, financeira e aos objetivos estratégicos da Companhia.

A Companhia conta com um Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência (PAPD). No programa, podem fazer uso dos benefícios o empregado com deficiência (PcD) ou os dependentes com deficiência de qualquer outro empregado da empresa.

Atualmente, dos 144 empregados com deficiência, 120 estão inscritos no programa – sendo 93 homens, 27 mulheres; 25 com deficiência auditiva; 78 com deficiência física; 16 com deficiência visual; e 01 com deficiência múltipla. Quanto aos dependentes, 224 estão inscritos.

18. FORNECEDORES

Na gestão dos seus negócios, a Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona, entre os quais seus fornecedores de bens e serviços, parceiros

importantes para o seu negócio. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos e de integridade, atualizando-os periodicamente sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos, com o intuito de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos.

Nos processos de seleção e contratação dos seus fornecedores, as áreas de suprimento da Chesf consideram critérios socioambientais específicos, que buscam atender aos preceitos da sustentabilidade, da conformidade legal e da integridade, exigindo que os fornecedores adotem padrões éticos e de responsabilidade socioambiental compatíveis com aqueles que a Companhia pratica. Por intermédio de diretrizes que estabelecem princípios e compromissos de conduta empresarial em suas relações, a Chesf realiza as seguintes ações:

- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que tomou ciência do conteúdo da cartilha “Princípios e Compromissos de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, disponível no portal da Companhia na internet;
- Exige em seus contratos que os fornecedores não empreguem menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos; bem como que não possuam empregados executando trabalho degradante ou forçado; além de exigir o respeito a legislação ambiental aplicável.

No tocante à adoção de boas práticas de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimento, a Chesf segue o Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobras.

Além disso, na Chesf, todos os prestadores de serviços possuem condições adequadas de segurança e saúde em seus locais de trabalho, observadas através das exigências estabelecidas em nosso Plano de Segurança do Trabalho, bem como exige a apresentação de comprovantes de pagamentos efetuados em contraprestação dos serviços executados, de entrega do vale transporte e auxílio alimentação, de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, comprovante de frequência e a relação de empregados desligados, quando houver, visando a garantia de condições dignas de trabalho.

Em consonância com o Programa de Integridade Eletrobras 5 Dimensões, a Chesf aplica cláusulas anticorrupção em seus contratos, além de promover a análise de *due diligence* de integridade em contratações que se enquadram nos critérios de risco determinados pela Eletrobras.

Oriundos de processos licitatórios, foram assinados 471 contratos com 331 fornecedores, totalizando R\$ 1,49 bilhão.

19. PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

A Chesf apoia e realiza iniciativas e projetos de investimento social privado de forma estratégica, com o objetivo de contribuir com a redução da desigualdade social e com o desenvolvimento sustentável de seus territórios de convivência. Em 2020, foram investidos mais de R\$ 36 milhões em projetos e ações sociais, destinados para as áreas de Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Geração de Trabalho e Renda, beneficiando milhares de pessoas.

Consciente dos impactos de suas decisões e atividades nas comunidades e localidades onde atua, a Companhia adota sempre um comportamento ético, agindo com transparência e levando em consideração as expectativas de seus grupos de interesses.

Os projetos sociais apoiados pela Chesf em 2020 foram:

- Projeto Lagos do São Francisco, executado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa Semiárido, nos municípios de Pariconha, Olho D'Água dos Casados, Delmiro Gouveia e Piranhas (AL), Paulo Afonso, Rodelas e Glória (BA), Petrolândia e Jatobá (PE), Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória (SE). O objetivo do projeto é promover ações de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias e de capacitação de técnicos, estudantes, produtores e pescadores, de modo a fortalecer a infraestrutura das atividades agropecuárias, assegurando um nível de produtividade que permita a melhoria da renda dos produtores e reprodutibilidades das unidades produtivas das comunidades dos municípios situados no entorno das barragens do Complexo de Paulo Afonso e as UHEs de Itaparica (Luiz Gonzaga) e Xingó;

- Projeto Lago de Sobradinho, executado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – Embrapa Semiárido, que abrange os municípios Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado (BA), localizados no entorno da Usina de Sobradinho, que vem trazendo uma significativa melhoria na qualidade de vida das comunidades beneficiadas com a implantação de Campos de Aprendizagem Tecnológica e de treinamento. Esse projeto promove o repasse de conhecimento e de tecnologia para convivência com a seca para produtores agropecuários e pescadores que moram no entorno da barragem de Sobradinho;
- Projeto social executado pela Chesf no Hospital Nair Alves de Souza, de atendimento na área de saúde assistencial, beneficiando toda população dos 22 municípios num raio de 250 quilômetros da cidade de Paulo Afonso (BA), onde está situado o Complexo de Paulo Afonso.

Em 2020, o Programa de Voluntariado Empresarial da Chesf, formado por empregados da Companhia, expandiu sua atuação para todas as regionais da Empresa, promovendo campanha de arrecadação e distribuição de cestas básicas e kits de higiene e limpeza para famílias em condições de vulnerabilidade social, em todo o Nordeste, e também para dez Instituições de Longa Permanências de Idosos (ILPI) em Recife, municípios da região metropolitana e Salvador, beneficiando 255 idosos.

Na campanha do Natal Solidário foram arrecadadas 485 cestas básicas que foram entregues para empregados terceirizados e famílias de comunidades e, 1.031 brinquedos para crianças, moradoras de comunidades do entorno das suas instalações. Para estas ações, a Chesf contou com a parceria da ONG Comitê da Cidadania dos Chesfianos de Recife e da ONG Comitê da Cidadania dos Chesfianos de Salvador.

Também participou da Campanha Banho do Bem, em parceria com a ONG PROSOL, com doação itens de higiene pessoal para moradores de rua do Recife (PE). Por meio da Campanha Doar Faz Bem, arrecadou 80 cestas básicas que foram destinadas à ONG GTP+ (Grupo de Trabalho em Prevenção Positivo) que atende mulheres soropositivas em Recife.

Em virtude da vulnerabilidade da população diante da pandemia do novo coronavírus, a Chesf destinou R\$ 120 mil para doações de cestas básicas as comunidades do entorno de suas instalações na região Nordeste.

Além das medidas e protocolos para garantia dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica essenciais para o Brasil, a Chesf também contribuiu com o combate à Covid-19 por meio de doação à campanha Salvando Vidas, capitaneada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Para essa campanha, a Chesf aportou R\$ 3 milhões, que foram destinados a hospitais do Sistema Único de Saúde, localizados no Nordeste, para aquisição de kits de proteção para o profissional de saúde, como touca, óculos de proteção, máscara cirúrgica, avental de manga longa, luvas, oxímetro de pulso, estetoscópio e aparelho de pressão.

Em 2020, a Chesf destinou recursos financeiros por meio de leis incentivos fiscais no valor de R\$ 1.350.000,00 para os Fundos Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa. Por meio destes fundos, projetos são apoiados na área de Saúde e Educação.

20. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Chesf tem fundamentado a instalação e operação de seus empreendimentos com práticas socioambientais, que tem como princípio explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais respeitando os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Gestão Ambiental, em consonância com as Diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras.

A empresa conta com unidades organizacionais dedicadas à busca da conformidade ambiental de seus empreendimentos, com equipe multidisciplinar e orçamento específico, além de contratos com fornecedores e consultorias especializadas para a realização dos Programas Ambientais.

A Chesf busca manter a regularidade do licenciamento ambiental de seus negócios, tendo obtido, neste exercício, mais de 20 autorizações e licenças que garantiram a regularidade dos novos empreendimentos, bem como de seus reforços e melhorias. Além disso, para a manutenção da regularidade ambiental dos ativos em operação da empresa, em 2020 foram promovidos, tempestivamente, 101 processos de renovação de licenças.

Dentre as licenças emitidas em 2020, cabe o destaque para a Licença de Operação da Central Geradora Eólica Casa Nova A, a Licença de Operação da Linha de Transmissão 230kV Banabuiú/Russas – C2 e a Renovação da Licença de Operação do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso.

No que concerne ao processo de Educação e Comunicação Ambiental, a Chesf executou o Plano de Ação Socioambiental (PAS) na área de influência do Complexo Paulo Afonso e UHE Xingó, assim como o Programa de Educação Ambiental (PEA) na LT 500 kV Luiz Gonzaga/Milagres, no corredor de linhas em operação que vai desde a SE Paulo Afonso, passando pela SE Bom Nome até a SE Milagres. Além disso, foram realizadas ações de educação ambiental e comunicação social nas comunidades do entorno das obras da LT 230kV Banabuiú/Russas - C2, da LT Pau Ferro/Santa Rita II, da LT 230kV Mossoró II/Açu II – C2 e da LT 230kV Paraíso/Açu II – C3.

É fundamental salientar que as ações relacionadas aos Programas de Educação e Comunicação Social foram fortemente impactadas pela Pandemia da COVID-19, que impôs restrições à possibilidade de reunir pessoas para as atividades. Desta forma, algumas atividades sofreram modificações no seu formato e outras foram postergadas para serem realizadas assim que as condições sanitárias e de segurança sejam normalizadas.

A Chesf também promoveu campanhas educativas de rádio referentes ao Controle de Queima de Cana de Açúcar e de Mato, além de visitas técnicas, palestras e entrega de materiais educativos a Usinas e Fornecedores, contemplando, com as essas ações, os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão.

No que se refere à Gestão da Biodiversidade, a Chesf assegura a operação do Viveiro Florestal de Xingó, tendo em 2020 alcançado a produção de 75.276 mudas de espécies nativas da caatinga. Um dos destaques das ações do Viveiro é a pesquisa voltada à reprodução em escala da coroa-de-frade (*Melocactus* sp.), que em 2020 procedeu com a continuidade dos cuidados e manutenção das 5.000 unidades em fase de conclusão e mais 4.000 em germinação, espécie protegida considerada em extinção. Ressalta-se que são necessários em média 3 anos para se obter uma muda de coroa de frade com diâmetro de 10 cm. Além disso, foram doadas 30.133 mudas a diversas instituições para plantio nas margens de rios e riachos na bacia do Rio São Francisco. Em função da pandemia COVID-19 no ano de 2020 não foram agendadas visitas por instituições no Viveiro Florestal de Xingó.

Em 2020, a Chesf deu continuidade ao Projeto de Revegetação da Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco em Capela/SE, foram restaurados 10 hectares de áreas degradadas na Unidade de Conservação com o plantio de 20 mil mudas. As ações de 2020 consistiram na manutenção do Projeto. Na Estação Ecológica de Aiuaba no Ceará, a Chesf deu continuidade ao reflorestamento de 61,6 hectares que demandaram 56 mil mudas.

Os programas são desenvolvidos por empresas/instituições contratadas e seus resultados são gerenciados e analisados por especialistas da Chesf e, após validação, são encaminhados aos órgãos ambientais competentes para o devido acompanhamento.

Em 2020, foram executados outros programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água como o de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados no Rio Parnaíba, no reservatório de Boa Esperança, e no Rio São Francisco, nos reservatórios de Sobradinho-BA, Itaparica PE/BA, Complexo Paulo Afonso-BA e Xingó-AL/SE, além do trecho Baixo. Adicionalmente também no último trecho do São Francisco foi realizado o Monitoramento da Cunha Salina. O Programa de Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão (Qualidade de Água, Macrófitas, Cunha Salina e Processos Erosivos). A Chesf deu continuidade ao processo de recuperação das áreas degradadas no entorno dos Reservatórios de Sobradinho, Xingó e Boa Esperança. Em relação à piscicultura, foram realizados peixamentos com espécies nativas nos reservatórios do São Francisco, executados pela Piscicultura de Paulo Afonso.

No mês de novembro, em parceria com o IBAMA e a CODEVASF, foram soltos 15 mil alevinos e juvenis de curimatã, espécie nativa do rio São Francisco, na Lagoa dos Campinhos, no município de Amparo do São Francisco (SE). A ação de repovoamento deve contribuir com o período de defesa na bacia hidrográfica. Os peixes foram produzidos no Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume (CIB), unidade mantida pela CODEVASF na zona rural de Neópolis (SE), são parte de uma iniciativa em parceria com a Chesf que também realizou a doação de 3 mil mudas de árvores nativas para reflorestamento das matas ciliares da região.

Por fim, cabe destacar os resultados significativamente positivos alcançados no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISEB3), com aumento de 30% na pontuação da Dimensão Ambiental e de 11% na Dimensão Mudanças Climáticas, contribuindo para a manutenção da Eletrobras na 16ª Carteira desse índice, que reúne 46 ações de 39 companhias pertencentes a 15 setores, somando R\$ 1,8 trilhão em valor de mercado.

21. PROGRAMA DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

Em 2020, no âmbito do Projeto Jusante, foram indenizadas 48 (quarenta e oito) famílias que fizeram a opção por receber uma compensação financeira em virtude dos impactos causados pela implantação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Luiz Gonzaga. Com a previsão da conclusão das obras do Projeto Jusante – Glória – BA em 2021, outras 95 (noventa e cinco) famílias receberão seus lotes irrigados, finalizando o compromisso da Chesf com os reassentados desse perímetro.

Foram atendidas todas as condicionantes ambientais exigidas nas Licenças de Operação dos perímetros de Irrigação Brígida, Fulgêncio, Icó Mandantes, Barreiras Bloco 01 e Bloco 02 e Apolônio Sales no estado de Pernambuco. Procedeu-se também o monitoramento das áreas de APP e Reserva Legal, bem como a preservação das sinalizações e marcos demarcatórios da poligonal das áreas do Projeto Jusante, em Glória/BA.

Atualmente, existem quatro ações ajuizadas no intuito de desonerar a Chesf dos serviços públicos, das quais duas tramitam na Justiça Federal baiana e as outras duas tramitam na Justiça Federal pernambucana. Em 16/12/2020, a Chesf celebrou acordo judicial com o município de Rodelas/BA, enquanto que nos demais municípios aguarda-se decisões judiciais definitivas.

Sobre as questões indígenas, não houve modificação de *status* quanto à aquisição de terras para completar a Reserva Indígena Tuxá de Rodelas por parte da FUNAI, permanecendo ainda pendente. Não houve, também, posicionamento do Ministério da Justiça quanto aos recursos administrativos interpostos pela CHESF e municípios de Abaré/BA e Curaçá/BA acerca da proposta de demarcação do Território Indígena Tumbalalá, que interferiria em cerca de um terço da área do Perímetro Irrigado Pedra Branca, onde foram reassentadas cerca de 800 famílias do programa de reassentamento de Itaparica.

22. CULTURA

Em 2020, a Chesf investiu mais de R\$ 780 mil em projetos de patrocínio, cujos segmentos contemplados visaram à disseminação da cultura e a preservação do patrimônio histórico brasileiro.

O patrocínio à Orquestra Criança Cidadã promove inclusão social, cidadania e cultura para crianças e jovens de famílias em situação de vulnerabilidade social na cidade do Recife (PE). O livro Pernambuco: Folclore e Folguedos composto por ilustrações de manifestações populares resgatam a formação do povo pernambucano, suas formas de expressão e festividades herdadas pela miscigenação das raças. O projeto Ária Social – Oficinas Culturais oferece cursos gratuitos e profissionalizantes em dança e música para 450 crianças e jovens moradores de comunidades de baixa renda no município de Jaboatão dos Guararapes (PE).

A Chesf patrocinou também o Transplante e Restauro do Monumento aos Heróis da Batalha dos Guararapes. A obra foi concebida em 1981 pelo renomado artista plástico pernambucano, Francisco Brennand, falecido em dezembro de 2019, e que se encontrava em situação de abandono. Por meio deste patrocínio, a Companhia investe na preservação do patrimônio brasileiro e na divulgação de sua riqueza histórica e cultural.

23. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2020, a Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- A Regional Salvador é reconhecida em mais uma edição do Selo da Diversidade Étnico-Racial, concedido pela Prefeitura Municipal do Salvador, através da Secretaria de Reparação. Fruto do compromisso das políticas de combate ao racismo no ambiente de trabalho.
- A Usina Hidrelétrica de Xingó permanece certificada no Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (SGSST), com base na Norma Internacional OHSAS 18.001, ao mesmo tempo em que o sistema está migrando para adequar à nova Norma ISO 45.001:2018.
- Manteve a Acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO, nas grandezas elétricas tensão, corrente, resistência, potência e energia, com a finalidade de

proporcionar a calibração/certificação dos padrões de serviço, utilizados na manutenção dos sistemas de proteção, medição e automação;

- A Operação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2015 em todos os processos dos seus 10 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação;

24. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza		Em 2020:		4.933.187	Em 2019:		3.400.703
Distribuição do Valor Adicionado		33,5% go verno		19,43% empregados		-26,63% go verno	38,13% empregados
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		42,75% acio nistas		4,31% terceiros		83,32% acio nistas	5,18% terceiros
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2020:		Em 2019:			
2.1 - Remuneração		Em 2020:		Em 2019:			
Folha de pagamento bruta (FPB)		771.625		1.028.346			
- Empregados		767.384		1.021.744			
- Administradores		4.241		6.602			
Relação entre a maior e a menor remuneração:							
- Empregados		32,3		33,2			
- Administradores		1,2		1,1			
2.2 - Benefícios Concedidos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais		182.860	23,7%	2,7%	225.492	21,9%	4,6%
Alimentação		44.691	5,8%	0,7%	57.144	5,6%	1,2%
Transporte		52	0,0%	0,0%	371	0,0%	0,0%
Previdência privada		47.935	6,2%	0,7%	60.738	5,9%	1,2%
Saúde		82.878	10,7%	1,2%	120.688	11,7%	2,5%
Segurança e medicina do trabalho		1.917	0,2%	0,0%	2.301	0,2%	0,0%
Educação e Creche		14.823	1,9%	0,2%	17.832	1,7%	0,4%
Cultura		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional		2.457	0,3%	0,0%	1.196	0,1%	0,0%
Creches ou auxílio creche		-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados		19.342	15,5%	1,8%	120.700	11,7%	2,5%
Outros		798	0,1%	0,0%	16.968	1,7%	0,3%
Total		497.753	64,5%	7,5%	623.430	60,6%	12,8%
2.3 - Composição do Corpo Funcional		Em 2020:		Em 2019:			
Nº de empregados no final do exercício		3.178		3.226			
Nº de admissões		9		14			
Nº de demissões		57		357			
Nº de estagiários no final do exercício		59		55			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		142		144			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		-		1			
Nº de empregados por sexo:							
- Masculino		2.592		3.097			
- Feminino		586		744			
Nº de empregados por faixa etária:							
- Menores de 18 anos		-		-			
- De 18 a 35 anos		329		497			
- De 36 a 60 anos		2.273		2.630			
- Acima de 60 anos		576		714			
Nº de empregados por nível de escolaridade:							
- Analfabetos		-		-			
- Com ensino fundamental		217		222			
- Com ensino médio		357		360			
- Com ensino técnico		896		1.015			
- Com ensino superior		1.251		1.446			
- Pós-graduados		457		455			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:							
- Masculino		79,0%		80,0%			
- Feminino		21,0%		20,0%			
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:		Em 2020:		Em 2019:			
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		226		554			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		463		290			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		228		945			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		76		217			

3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade						
Total dos investimentos em:						
Educação	1.000	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Cultura	780	0,0%	0,0%	1.193	0,1%	0,0%
Saúde e infraestrutura	32.663	1,4%	0,5%	56.287	7,0%	1,2%
Esporte e lazer	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Alimentação	125	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	1.600	0,1%	0,0%	1.600	0,2%	0,0%
Reassentamento de famílias	-	0,0%	0,0%	14.689	1,8%	0,3%
Total dos investimentos	36.168	1,5%	0,5%	73.769	9,2%	1,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.547.889	65,1%	23,3%	(976.820)	-122,2%	-20,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	183.091	7,7%	2,8%	109.277	13,7%	2,2%
Total - Relacionamento com a comunidade	1.767.148	74,3%	26,5%	(793.774)	-99,3%	-16,2%
3.2 - Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Crítérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de 18 anos; nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz.					
4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2020:			Em 2019:		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	5.742	0,2%	0,1%	7.696	1,0%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.041	0,1%	0,0%	3.266	0,4%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1.398	0,1%	0,0%	1.354	0,2%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	81	0,0%	0,0%	170	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	4	0,0%	0,0%	3	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	83	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	506	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	9.768	0,4%	0,1%	12.569	1,6%	0,3%
5 - Outras informações	Em 2020:			Em 2019:		
Receita Líquida (RL)	6.656.096			4.886.927		
Resultado Operacional (RO)	2.377.187			799.240		

Recife, 19 de março de 2021

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	Em 01/01/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	Em 01/01/2019 (Reapresentado)
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.256	1.312	159.954	58.548	118.001	276.986
Títulos e valores mobiliários	7	2.079.294	1.089.603	153.382	2.079.294	1.089.603	153.382
Clientes	9	1.944.527	1.357.566	831.791	1.963.986	1.359.889	838.904
Tributos a recuperar	11	259.069	823.348	608.787	260.128	833.278	615.352
Cauções e depósitos vinculados	13	31.890	32.876	15.761	34.375	34.897	30.683
Almoxarifado	14	85.065	77.793	72.809	85.065	77.793	72.809
Serviços em curso	15	332.140	361.709	320.967	332.140	361.709	321.557
Ativo da concessão de serviço público	16	3.108.499	2.068.579	2.169.863	3.108.499	2.090.896	2.210.630
Dividendos a receber	17	27.108	15.853	19.704	27.108	15.853	19.704
Fachsf Saúde Mais	18	76.806	65.854	35.182	76.806	65.854	35.182
Outros	21	165.252	158.838	153.708	174.462	171.557	155.760
		8.118.906	6.053.331	4.541.908	8.200.411	6.219.330	4.730.949
Ativos não circulantes mantidos para venda	20	-	125.816	175.651	-	125.816	175.651
		8.118.906	6.179.147	4.717.559	8.200.411	6.345.146	4.906.600
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Clientes	9	-	-	8.413	-	-	8.413
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	10	487.822	487.822	487.822	487.822	487.822	487.822
Títulos e valores mobiliários	7	210	202	193	210	202	193
Benefícios para reinvestimento	8	32.983	32.131	-	32.983	32.131	-
Tributos a recuperar	11	201.189	198.689	202.176	203.519	198.689	202.176
Ativos fiscais diferidos	12	145.987	-	-	145.987	-	-
Cauções e depósitos vinculados	13	488.241	695.538	627.007	488.241	704.469	627.007
Ativo da concessão de serviço público	16	11.610.045	12.767.296	13.637.388	11.610.045	13.132.893	14.205.988
Adiantamento a investidas	18	-	66.200	275.529	-	66.200	275.529
Outros	21	75.232	20.503	30.347	88.813	20.503	30.602
		13.041.709	14.268.381	15.268.875	13.057.620	14.642.909	15.837.730
Investimentos	22	6.117.611	6.090.401	6.185.728	5.310.677	5.134.818	5.003.399
Imobilizado	23	1.237.612	1.215.475	1.192.534	2.083.004	1.944.709	1.840.042
Intangível	24	116.831	123.191	76.615	117.357	142.506	95.931
		20.513.763	21.697.448	22.723.752	20.568.658	21.864.942	22.777.102
TOTAL DO ATIVO		28.632.669	27.876.595	27.441.311	28.769.069	28.210.088	27.683.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	Em 01/01/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	Em 01/01/2019 (Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	25	340.824	413.209	239.306	345.200	423.773	249.474
Folha de pagamento		4.815	5.117	59	4.815	5.144	126
Tributos a recolher	26	149.398	845.751	701.173	151.912	848.224	704.224
Financiamentos e empréstimos	27	228.033	212.100	555.721	228.033	218.280	555.721
Remuneração aos acionistas	46	1.807.003	1.175.647	158.680	1.807.003	1.175.647	158.680
Outras provisões operacionais	29	120.382	91.774	99.304	120.382	91.774	99.304
Obrigações estimadas	30	104.510	122.504	127.765	104.855	123.499	128.573
Incentivo ao desligamento de pessoal	31	122.420	105.700	100.672	122.420	105.700	100.672
Benefícios pós-emprego	32	149.177	120.649	116.042	149.177	120.649	116.042
Encargos setoriais	33	73.516	153.334	133.658	73.516	153.743	135.546
Debêntures	28	11.224	10.923	-	11.224	10.923	10.607
Provisões para contingências	35	-	-	-	-	16.903	-
Outros	34	93.373	92.688	73.488	99.315	101.432	74.022
		3.204.675	3.349.396	2.305.868	3.217.852	3.395.691	2.332.991
NÃO CIRCULANTE							
Tributos a recolher	26	-	-	-	-	34.653	20.368
Passivos fiscais diferidos	13	-	329.301	3.316.564	-	412.342	3.337.762
Financiamentos e empréstimos	27	875.548	815.698	942.480	875.548	964.539	942.480
Benefícios pós-emprego	32	3.522.069	1.621.816	1.059.085	3.522.069	1.621.816	1.059.085
Incentivo ao desligamento de pessoal	31	57.506	113.048	35.305	57.506	113.048	35.305
Encargos setoriais	33	489.939	436.066	408.147	489.939	436.066	408.147
Provisões para contingências	35	3.592.441	3.114.875	2.715.332	3.592.441	3.114.875	2.715.332
Provisão contrato oneroso	36	100.478	43.209	215.288	100.478	43.209	215.288
Obrigações vinculadas à Concessão	38	56.268	54.005	55.693	56.268	54.005	55.693
Debêntures	28	137.991	139.399	-	137.991	139.399	141.526
Outros	34	276.727	169.392	19.818	378.422	169.392	32.995
		9.108.967	6.836.809	8.767.712	9.210.662	7.103.344	8.963.981
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	39	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953
Reservas de capital	39	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199
Reservas de lucros	39	5.403.347	5.102.455	3.418.283	5.403.347	5.102.455	3.418.283
Outros resultados abrangentes	39	(3.754.472)	(2.082.217)	(1.720.704)	(3.754.472)	(2.082.217)	(1.720.704)
		16.319.027	17.690.390	16.367.731	16.319.027	17.690.390	16.367.731
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	21.528	20.663	18.999
		16.319.027	17.690.390	16.367.731	16.340.555	17.711.053	16.386.730
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.632.669	27.876.595	27.441.311	28.769.069	28.210.088	27.683.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	40	6.577.804	4.820.363	6.656.096	4.886.927
CUSTOS OPERACIONAIS	42				
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(351.735)	(298.903)	(355.478)	(307.340)
Encargos de uso da rede de transmissão		(807.515)	(712.357)	(807.515)	(712.357)
Custo de construção		(447.789)	(470.751)	(447.789)	(471.275)
Custo de melhoria		(80.141)	(40.028)	(80.141)	(40.028)
Custo de Operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros		(423.684)	(482.335)	(434.766)	(487.198)
Outros		(8.333)	(5.063)	(8.688)	(6.070)
Depreciação e amortização		(49.622)	(55.453)	(92.116)	(55.453)
		(2.168.819)	(2.064.890)	(2.226.493)	(2.079.721)
LUCRO BRUTO		4.408.985	2.755.473	4.429.603	2.807.206
DESPESAS OPERACIONAIS	42				
Pessoal, material e serviços de terceiros		(926.557)	(1.164.713)	(936.737)	(1.179.209)
Outros		(399.750)	(145.054)	(403.082)	(201.529)
Depreciação e amortização		(54.545)	(56.264)	(54.585)	(56.322)
Provisões Operacionais		(928.127)	(867.275)	(928.127)	(868.553)
		(2.308.979)	(2.233.306)	(2.322.531)	(2.305.613)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		2.100.006	522.167	2.107.072	501.593
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	21	(850)	164.109	(4.871)	203.827
RESULTADO FINANCEIRO	43	275.596	104.891	274.986	93.820
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		2.374.752	791.167	2.377.187	799.240
Imposto de renda e contribuição social	44	(266.978)	2.042.481	(268.548)	2.034.139
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.107.774	2.833.648	2.108.639	2.833.379
Resultado atribuível aos acionistas controladores		2.107.774	2.833.648	2.107.774	2.833.648
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	865	(269)
TOTAL DE AÇÕES (em milhares)	39	55.905	55.905	55.905	55.905
Lucro básico por ação (em reais)	47	37,70	50,69	37,70	50,68
Lucro diluído por ação (em reais)	47	37,70	50,69	37,70	50,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		2.107.774	2.833.648	2.108.639	2.833.379
Outros componentes do resultado abrangente					
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	32	(1.982.159)	(714.318)	(1.982.159)	(714.318)
Constituição de tributos diferidos	12	309.904	352.805	309.904	352.805
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(1.672.255)	(361.513)	(1.672.255)	(361.513)
Total do resultado abrangente do exercício		435.519	2.472.135	436.384	2.471.866
Parcela atribuída aos controladores		435.519	2.472.135	435.519	2.472.135
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	865	(269)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			LEGAL	ESPECIAL	INCENTIVOS FISCAIS					
Em 01/01/2019	9.753.953	4.916.199	127.184	2.025.724	201.545	(1.649.160)	-	15.375.445	18.999	15.394.444
Ajuste referente a adequação de política contábil - nota 4.21	-	-	-	-	-	-	1.063.830	1.063.830	-	1.063.830
Ajuste do Resultado atuarial com benefício pós-emprego - nota 32	-	-	-	-	-	(71.544)	-	(71.544)	-	(71.544)
Em 01/01/2019 (Reapresentado)	9.753.953	4.916.199	127.184	2.025.724	201.545	(1.720.704)	1.063.830	16.367.731	18.999	16.386.730
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	1.933	1.933
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego - nota 32	-	-	-	-	-	(361.513)	-	(361.513)	-	(361.513)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.833.648	2.833.648	(269)	2.833.379
Destinação:										
Reserva legal - nota 39	-	-	174.307	-	-	-	(174.307)	-	-	-
Dividendos mínimos - nota 46	-	-	-	-	-	-	(757.339)	(757.339)	-	(757.339)
Dividendos não distribuídos de exercícios anteriores - nota 46	-	-	-	(418.225)	-	-	-	(418.225)	-	(418.225)
Reserva especial de dividendos não distribuídos - nota 39	-	-	-	2.272.016	-	-	(2.272.016)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais - nota 39	-	-	-	-	308.557	-	(282.469)	26.088	-	26.088
	9.753.953	4.916.199	301.491	3.879.515	510.102	(2.082.217)	411.347	17.690.390	20.663	17.711.053
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31/12/2019 (Reapresentado)	9.753.953	4.916.199	301.491	3.879.515	510.102	(2.082.217)	411.347	17.690.390	20.663	17.711.053
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego - nota 32	-	-	-	-	-	(1.672.255)	-	(1.672.255)	-	(1.672.255)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.107.774	2.107.774	865	2.108.639
Destinação:										
Reserva legal	-	-	86.076	-	-	-	(86.076)	-	-	-
Dividendos mínimos - nota 46	-	-	-	-	-	-	(408.859)	(408.859)	-	(408.859)
Dividendos não distribuídos de exercícios anteriores - nota 46	-	-	-	(1.398.023)	-	-	-	(1.398.023)	-	(1.398.023)
Reserva especial decorrente de ajustes do exercício anterior - nota 39	-	-	-	411.347	-	-	(411.347)	-	-	-
Reserva especial de dividendos não distribuídos - nota 39	-	-	-	1.226.577	-	-	(1.226.577)	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais - nota 39	-	-	-	-	386.262	-	(386.262)	-	-	-
Recuperação de créditos de incentivo fiscal	-	-	-	(53.772)	53.772	-	-	-	-	-
SALDO EM 31/12/2020	9.753.953	4.916.199	387.567	4.065.644	950.136	(3.754.472)	-	16.319.027	21.528	16.340.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.374.752	791.167	2.377.187	799.241
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	104.167	111.717	146.701	111.775
Variações monetárias, líquidas	(68.795)	(43.867)	(68.795)	(43.221)
Equivalência patrimonial	850	(164.109)	4.871	(203.827)
Provisão para contingências	730.738	416.895	730.738	416.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	309.969	97.096	309.969	97.096
Provisão para perdas em investimentos	(58.188)	262.071	(58.188)	262.071
Resultado na alienação de investidas	-	(115.030)	-	(115.030)
Benefícios pós-emprego – ajuste atuarial	125.072	80.417	125.072	80.417
Prov. p/ Cred. Liq. Duvidosa - Leniência	-	10.518	-	10.518
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(16.314)	(9.460)	(16.314)	(9.460)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)	(165)	(165)	(165)	(165)
Receita contratual	(1.916.370)	(572.784)	(1.916.370)	(623.510)
Provisão/Reversão contrato oneroso	57.269	8.449	57.269	8.449
Provisão para impairment	(218.770)	(74.977)	(218.770)	(74.977)
Participação nos lucros e resultados	28.919	65.341	28.919	65.341
Encargos financeiros	81.265	89.181	81.265	96.274
Outras provisões - GAG Melhoria	107.109	147.222	107.109	147.222
Perdas com ativo imobilizado	233.136	159.492	233.136	159.492
Outras	-	-	-	32.874
	1.874.644	1.259.174	1.923.634	1.217.475
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	-	(6.065)	-	(6.065)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(31.748)	(65.869)	(31.748)	(72.962)
Pagamentos à entidade de previdência privada	(180.688)	(164.545)	(180.688)	(164.545)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(663.575)	(757.996)	(665.145)	(758.997)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(120.700)	(72.871)	(120.700)	(72.871)
Depósitos vinculados a litígios	(34.386)	(55.044)	(34.386)	(54.451)
Variações nos Ativos e Passivos				
Cientes	(896.930)	(614.459)	(916.194)	(613.449)
Almoxarifado	(7.272)	(4.984)	(7.272)	(4.984)
Tributos e contribuições sociais	(17.482)	74.444	(16.272)	84.152
Adiantamentos a empregados	(1.163)	(6.389)	(1.006)	(6.493)
Cauções e depósitos vinculados	38.074	(21.142)	37.610	(21.217)
Serviços em curso	29.569	(40.742)	29.569	(39.841)
Alienações em curso	11.477	5.939	11.477	5.939
Fachesf Saúde Mais	(10.952)	(30.672)	(10.952)	(30.672)
Fornecedores	(72.385)	173.903	(77.715)	173.457
Folha de pagamento	(302)	5.058	(305)	5.046
Obrigações estimadas	(17.994)	(5.261)	(18.383)	(4.926)
Encargos setoriais	(25.945)	54.352	(25.945)	53.540
Provisão para contingências	(45.776)	(32.189)	(45.776)	(31.676)
Outros ativos e passivos operacionais	36.421	4.869	78.923	(31.831)
	(2.011.757)	(1.559.663)	(1.994.908)	(1.592.846)
Total das atividades operacionais	(137.113)	(300.489)	(71.274)	(375.371)
Atividades de investimentos				
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	(123.007)	(110.087)	(298.423)	(193.049)
Realização do Ativo de Contrato	2.429.459	1.807.163	2.429.459	1.837.546
Investimentos em participações societárias permanentes	-	(292.368)	-	(165.202)
Dividendos recebidos	68.301	50.099	68.301	50.099
Resgates de títulos e valores mobiliários	(989.699)	(936.230)	(989.699)	(936.230)
AFAC em investidas	(6.000)	(59.422)	(6.000)	(59.422)
Baixas de Ativo Imobilizado	-	-	15.474	-
Outros	-	-	26.706	1.192
	1.379.054	459.155	1.245.818	534.934
Atividades de financiamentos				
Recursos recebidos de acionistas e partes relacionadas	-	-	-	2.144
Financiamentos e empréstimos obtidos	48.551	98.540	48.551	98.540
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(162.544)	(394.551)	(162.544)	(397.935)
Remuneração paga a acionistas	(1.252.820)	(171.619)	(1.252.820)	(171.619)
Debêntures	(19.141)	150.322	(19.141)	150.322
Financiamentos e empréstimos - Incorporação de SPE	151.957	-	151.957	-
	(1.233.997)	(317.308)	(1.233.997)	(318.548)
TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA	7.944	(158.642)	(59.453)	(158.985)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.312	159.954	118.001	276.986
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.256	1.312	58.548	118.001
VARIAÇÃO NO CAIXA	7.944	(158.642)	(59.453)	(158.985)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	7.839.519	5.854.668	7.922.203	5.929.837
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(309.969)	(97.097)	(309.969)	(97.097)
	7.529.550	5.757.571	7.612.234	5.832.740
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Material	32.487	39.730	33.677	40.346
Serviço de terceiros	261.257	247.794	273.974	257.994
Energia elétrica comprada para revenda	351.735	298.903	355.478	307.340
Encargos de uso da rede de transmissão	807.515	712.357	807.515	712.357
Custo de construção	447.789	470.751	447.789	471.275
Provisão para impairment	(218.770)	(74.977)	(218.770)	(74.977)
Reversão contrato oneroso	57.269	8.449	57.269	8.449
Provisão para perdas em investimentos	(58.188)	262.071	(58.188)	262.071
Outros	1.290.617	734.017	1.293.164	791.142
	2.971.711	2.699.095	2.991.908	2.775.997
(=) Valor Adicionado Bruto	4.557.839	3.058.476	4.620.326	3.056.743
(-) Retenções				
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	104.167	111.717	146.701	111.775
(=) Valor Adicionado Líquido	4.453.672	2.946.759	4.473.625	2.944.968
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado de equivalência patrimonial	(850)	164.109	(4.871)	203.827
Aluguéis	6.057	6.144	6.057	6.144
Receitas financeiras	456.468	241.317	458.376	245.764
	461.675	411.570	459.562	455.735
(=) Valor Adicionado a Distribuir	4.915.347	3.358.329	4.933.187	3.400.703
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Salários/benefícios/FGTS	948.821	1.284.987	956.176	1.293.531
Honorários da diretoria	2.366	3.202	2.366	3.202
	951.187	1.288.189	958.542	1.296.733
Governos:				
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	105.310	71.335	105.310	71.335
Tributos líquidos de incentivos fiscais	1.107.758	(1.338.223)	1.114.419	(1.322.411)
Encargos setoriais	433.470	343.894	433.470	345.591
	1.646.538	(922.994)	1.653.199	(905.485)
Terceiros:				
Encargos financeiros, variação monetária e outros:				
Outros financiadores	180.872	136.426	183.364	151.875
Aluguéis	15.080	14.585	15.547	15.726
Doações, contrib. e subvenções	13.896	8.475	13.896	8.475
	209.848	159.486	212.807	176.076
Acionistas:				
Dividendos mínimos propostos	408.859	757.339	408.859	757.339
Dividendos não distribuídos de exercícios anteriores	1.398.023	418.225	1.398.023	418.225
Participação de acionistas não controladores	-	-	865	(269)
Lucro do exercício	300.892	1.658.084	300.892	1.658.084
	2.107.774	2.833.648	2.108.639	2.833.379
	4.915.347	3.358.329	4.933.187	3.400.703
Valor adicionado médio por empregado	1.545	1.044	1.533	1.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 12 usinas hidrelétricas e 3 usinas eólicas, perfazendo uma potência instalada de 10.347,4 MW (10.323,4 MW em 2019) e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 129 (143 em 2019) subestações e 21.491,9 km (21.252,6 km em 2019) de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.646,0 MW (15.646,0 MW, em 2019) e 203,0 MW (203,0 MW, em 2019), respectivamente. Há também empreendimentos de transmissão compostos por 3.554,0 km (3.590,0 km em 2019) de linhas de transmissão, conforme nota 2.2. Houve redução de 36,0 Km na extensão desses empreendimentos, devido a incorporação dos ativos da SPE TDG Transmissora Delmiro Gouveia S.A., aos empreendimentos corporativos da companhia.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, conforme nota 2.3.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

1.1 - COVID 19**Atividades Operacionais**

A Companhia vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e dos governos dos estados e das cidades onde se encontram suas empresas e unidades operacionais, no que se refere à operação e vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas atividades, dado o setor estratégico em que está inserida conforme disposto no Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020.

A Companhia mantém acompanhamento diligente das suas operações, tendo aprimorado os protocolos originais de operação e ações emergenciais a serem adotadas. A força de trabalho tem desempenhado com êxito suas atividades e, não se observou até o momento, nenhum impacto operacional significativo causado pela pandemia da COVID-19.

Aspectos econômicos e financeiros

Os impactos ao setor elétrico brasileiro decorrentes da crise da COVID-19, até este momento, provavelmente estão resultando na redução de demanda (impactando GSF e preços no Mercado de Curto Prazo - MCP e Ambiente de Contratação Livre - ACL). Entretanto, não houve incremento de inadimplência relacionada à pandemia ou redução significativa das receitas planejadas.

No que diz respeito aos impactos da redução de mercado, observa-se que a partir do isolamento social imposto em meados do mês de março de 2020, o consumo no Brasil vem sendo reduzido se comparado ao observado em semanas anteriores ao comando de isolamento, com um forte decréscimo da carga média até o fim de junho, na ordem de 13 GW médios, e a partir de julho apresentando pequenas oscilações, motivados por variações de temperatura e pelo início de flexibilizações ao isolamento em alguns Estados Brasileiros.

Pela ótica física, pode-se concluir que até este momento a redução de demanda será em parte “armazenada” nos reservatórios que têm estado em níveis muito baixos nos últimos anos, tendo grande oportunidade de recuperação quer pela diminuição da carga, quer pela melhora das chuvas durante o período úmido, melhorando a segurança de suprimento. Abaixo seguem os potenciais impactos comerciais que podem ser sentidos pelo setor:

- i. A redução da carga/mercado diminui a necessidade do despacho termoeletrico, impactando o PLD, afetando a comercialização de energia e tarifas ao consumidor;
- ii. Impacta também o GSF, aumentando o deslocamento hidráulico, o que afeta igualmente a comercialização e tarifas;
- iii. Importante notar que o efeito econômico do GSF vai depender de sua composição com PLD-baixo, ou seja, o aumento da exposição ao mercado de curto prazo das hidrelétricas causada pelo maior deslocamento hidráulico pode ser compensado por um menor PLD;
- iv. A redução de mercado impacta a situação financeira das distribuidoras, causada pelo potencial sobrecontratação. Como o excesso de contrato é “vendido” a um PLD reduzido, há uma potencial perda financeira. Esta situação também pode afetar consumidores livres.

Diante do cenário atual, a Companhia vem acompanhando o planejado para as receitas de Geração e Transmissão com o realizado. Até o momento não houve evidências de perdas significativas, sejam operacionais ou financeiras ocorridas por eventual inadimplência.

- **Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa**

Há uma preocupação em especial com as Distribuidoras de energia em caso de inadimplência dos consumidores. O mesmo se diga quanto a potencial queda de demanda de energia e sobrecontratação das Distribuidoras nos ambientes livre e regulado de comercialização.

Neste último trimestre a expectativa de risco se alterou para melhor devido à regulamentação da chamada Conta-Covid, que tem como objetivos amortecer os impactos da pandemia do novo Coronavírus nas contas de luz e injetar liquidez nas empresas do setor elétrico. A Conta-Covid endereça os problemas vivenciados pelas distribuidoras ao lhes garantir recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita temporária em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia setorial ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

Para o terceiro trimestre de 2020 não houve provisionamento referente aos aspectos relacionados à alteração de risco derivados da pandemia.

- **Avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego**

Em virtude do cenário econômico nas demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2020 a Companhia sensibilizou dois dos principais componentes utilizados para a mensuração dos passivos atuariais dos benefícios pós-emprego, notadamente aqueles relacionados aos benefícios de aposentadoria. Entretanto para setembro de 2020 não houve alterações significativas que ensejassem novos cálculos de sensibilidade e aguardará para que seja realizada nova avaliação dos passivos atuariais com reflexo nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

- **Cumprimento de *covenants***

A Companhia possui cláusulas de *covenants* em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes a: atendimento de certos índices financeiros (Dívida Líquida sobre EBITDA, índice de cobertura sobre serviço da dívida, entre outros), existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias e limitação à venda significativa de ativos.

Ressalta-se que a Companhia segue atenta, e atuando de modo diligente, aos impactos gerados pela pandemia sobre o atendimento atual, bem como, à perspectiva futura de cumprimento das cláusulas contratuais, destacando que não identificou nenhuma inadequação durante o ano corrente até a data base de referência.

- Análise de recuperabilidade de ativos de longo prazo – Impairment**

Conforme o disposto no CPC-01 – Redução de valor recuperável, é necessário verificar a recuperabilidade dos ativos quando mudanças significativas ocorrerem durante o período (ou ocorrerão em futuro próximo) no mercado ou no ambiente econômico em que a entidade opera e essas mudanças terão um efeito adverso sobre a entidade, ou quando o valor contábil do patrimônio líquido da entidade for superior à sua capitalização de mercado.

A Companhia tem convivido por alguns anos com seu valor de mercado abaixo do valor patrimonial, situação que é acentuada em momentos de crise, como a renovação das concessões pela Lei 12.783/2013, e o contrário ocorrendo em momentos de recuperação, como nos últimos 3 anos. Essa situação tem feito a Eletrobras testar ao menos anualmente, durante a última década, a totalidade das suas Unidades Geradores de Caixa (UGC) corporativas.

No panorama atual devido à pandemia, de fato observa-se mudança significativa no ambiente econômico do País. Porém, até o momento vislumbra-se pouco impacto nas projeções de receita e operacionais das empresas Eletrobras.

A Companhia mesmo sem identificar impactos significativos em suas operações e receitas relacionadas à pandemia de COVID efetuou a análise e registro de recuperabilidade de alguns de seus ativos conforme divulgado na nota 23.

2 - DAS CONCESSÕES

2.1 - Chesf

A Companhia detém as seguintes concessões:

2.1.1 - Geração

- Geração hidráulica**

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2020 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	1,239	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	3,183	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	33,298	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.328,487	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	9,956	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	630,536	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Xingó	São Francisco	3.162,000	1.553,518	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Funil	de Contas	30,000	9,284	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Pedra	de Contas	20,007	2,998	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	120,599	11/10/1965	31/12/2042
006/2004	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	355,296	10/02/1972	09/02/2052
006/2004	Curemas	Piancó	3,520	-	26/11/1974	25/11/2024

(*) Informações não auditadas.

- Geração eólica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2020 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
220/2014	Casa Nova II (***)	Casa Nova - BA	32,900	9,023	26/05/2014	26/05/2049
225/2014	Casa Nova III (***)	Casa Nova - BA	28,200	8,250	28/05/2014	28/05/2049
7.907/2019	Casa Nova A (**)	Casa Nova - BA	24,000	2,284	01/01/2013	01/01/2043
Em Construção						
7.907/2019	Casa Nova (**)	Casa Nova - BA	153,000	-	01/01/2013	01/01/2043

(*) Informações não auditadas.

(**) Referente leilão 007/2010

(***) Referente leilão 010/2010

Subestações Elevatórias

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
006/2004	SE Elev. Usina Apolônio Sales	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Luiz Gonzaga	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF I	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF II	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF III	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina PAF IV	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Xingó	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Boa Esperança	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Funil	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina Pedra	BA	1,0	12/11/2004	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas	PB	1,0	12/11/2004	25/11/2024
006/2004	SE Elev. Usina de Sobradinho	BA	1,0	12/11/2004	10/02/2052
220/2014	SE Elev. Casa Nova II	BA	1,0	26/05/2014	26/05/2049
225/2014	SE Elev. Casa Nova III	BA	1,0	28/05/2014	28/05/2049
	SE Elev. Casa Nova A	BA	1,0		

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, parte dessas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e das instalações de transmissão do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05/12/2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

A Companhia apresentou à Aneel, pleito referente à redução dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST) da UTE Camaçari, bem como a revogação da concessão da usina.

Em reunião pública ordinária realizada em 03/02/2015, a diretoria da Aneel procedeu à avaliação do pleito da Companhia, conforme Despacho nº 247, de 03/02/2015, com as seguintes decisões tomadas:

- determinar o aditamento do Contrato de Uso do sistema de Transmissão – CUST nº 095/2012 para redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW a partir de 16/12/2014, com valor a ser ressarcido à CHESF de R\$ 1.266 mil, referente ao mês de janeiro de 2015, a ser considerado como crédito na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos - AMSE realizado pelo ONS na apuração subsequente a essa decisão;
- os encargos de uso referente à unidade geradora nº 3 – UG3, em operação são devidos até a data de extinção da concessão da UTE Camaçari, quando deverão ser encerrados o CUST e o CCT associado à central de geração e liquidados eventuais encargos de uso do sistema de transmissão remanescentes; e
- encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, com pronunciamento favorável, o pedido de extinção da concessão da Usina Termelétrica Camaçari, outorgada por meio da Portaria DNAEE nº 1.068, de 10/08/1977, c/c a Portaria nº 88, de 11 de março de 2010, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

Em agosto de 2016, a Aneel, através do Despacho nº 258/2016, suspendeu a operação comercial da Usina Termelétrica de Camaçari – UTE Camaçari, devido à deterioração de vários de seus equipamentos, que já se encontravam com a vida útil ultrapassada, repercutindo no desempenho operacional e, conseqüentemente, na eficiência e confiabilidade desta UTE.

Em 3 de outubro de 2018, através da Portaria nº 420 do MME, o governo extinguiu a concessão da UTE Camaçari. Ainda em outubro de 2018, a Chesf publicou Chamada Pública para cadastrar empresas interessadas em firmar parceria com vistas à viabilização de negócio em sociedade, utilizando os ativos remanescentes da extinta concessão desta UTE.

A chamada pública resultou na impossibilidade de se formar parceria, por dissenso quanto à participação societária da Chesf com a valoração de seus ativos e no prazo exíguo para estabelecimento e regularização formal da entrada no negócio exigido pela outra parte envolvida. No entanto, foi apresentada à Chesf, pelas empresas que participaram da etapa final de negociação da Chamada Pública (Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy II S.A.), proposta sugerindo o arrendamento dos bens e instalações da UTE Camaçari durante o período de atendimento aos contratos que as SPE's possuem, qual seja, 15 anos.

Em 30 de agosto de 2019 foi assinado o contrato de locação de ativos da extinta UTE Camaçari, entre a Chesf, como locadora, Pecém Energia S.A. e Energética Camaçari Muricy II S.A., como locatárias. O referido contrato tem como objeto a locação irrevogável e irretroatável do Ativo existente na Área Locada pela Locadora às Locatárias, pelo Prazo Total de Locação.

Diante deste contexto e baseado nas normas contábeis vigentes, à luz da condição atual do ativo, exposta no contrato de arrendamento, que não mais reúne as condições necessárias para ser classificado no grupo de "Imobilizado", foi constatada a necessidade da baixa contábil daquele grupo (pelos seus valores históricos), bem como o registro em outra categoria patrimonial que representasse suas características atuais, qual seja: "Contas a Receber", por se tratar de Arrendamento Financeiro. Este novo ativo tem seu registro suportado por um fluxo de recebíveis (ajustado ao seu valor presente), naturalmente contemplando as premissas estabelecidas no contrato de arrendamento.

2.1.2 – Transmissão

- Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	19.155,7	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Curemas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Iboicoara - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,2	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C2	RN	19,2	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	10,8	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindai II - 230 kv	BA	49,5	01/06/2012	01/06/2042
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kv	CE	91,3	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kv;	RN/CE	65,4	13/10/2011	13/10/2041
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kv	RN	61,5	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kv	RN	36,1	01/06/2012	01/06/2042
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	BA	67,1	28/05/2014	28/05/2049
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kv	BA	64,1	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kv, C1/C2	PI	45,6	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kv, C1/C2	SE/AL/BA	39,4	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kv	SE/AL/BA	1,2	10/05/2012	10/05/2042
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230kv, C1	BA	145,3	16/10/2008	16/10/2038
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kv, C2	BA	144,8	03/08/2009	03/08/2039
008/2011	LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kv	RN/PB	63,6	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kv	RN/PB	19,2	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kv	RN/PB	192,4	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 kv	RN/PB	9,8	13/10/2011	13/10/2041
018/2012	LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kv	RN	112,0	01/06/2012	01/06/2042
			21.491,9		
Em construção:					
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kv	PE, PB, AL, RN	85,0	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açú II - Mossoró II - 230 kv, C2	RN	69,0	23/11/2010	23/11/2040
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III, em 230 kv	MA/CE	36,0	01/01/2010	01/01/2040
			313,0		

(*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	93,0	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	SE Tauá II - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	SE Ibicoara - 500/230 kV	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV	PE	1,0	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	SE Suape III - 230/69 kV	PE	1,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
017/2009	SE Zebu - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
017/2009	SE Natal III - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	1,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igarorã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2007	SE Brumado II	BA	1,0	01/06/2007	01/06/2037
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	SE Lagoa Nova II 230 kV	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
019/2012	SE Igarorã III 500/230 KV	BA	1,0	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	SE Pindai II 230 KV	BA	1,0	01/06/2012	01/06/2042
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
010/2011	SE Ibiapina II 230 kV	CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros II, 230 kV	RN	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Mossoró IV, 230 kV	RN	1,0	01/06/2012	01/06/2042
009/2011	SE Morro do Chapéu II 230 kV	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kV	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
225/2014	SE Casa Nova II	BA	1,0	28/05/2014	28/05/2049
017/2012	SE Jaboatão II 230/69 kV	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
008/2011	SE João Câmara III, em 500/138 kV.	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	RN/PB	1,0	13/10/2011	13/10/2041
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV	SE	1,0	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	SE Maceió II, 230/69 kV	AL/BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	SE Poções II 230/138kV	AL/BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV	MA/CE	1,0	01/01/2010	01/01/2040
004/2010	SE Aquiraz II, em 230/69 kV	MA/CE	1,0	01/01/2010	01/01/2040
			129,0		
Em construção:					
015/2012	SE Pirajá 230/69 KV	BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
			1,0		

(*) Informações não auditadas.

2.2 – Controladas, controladas em conjunto e coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

2.2.1 - Geração

• Geração Hidráulica

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
001/2010	UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,10	2010	2045
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,00	2007	2042
002/2008	UHE Jirau	Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	Madeira	3.750,00	2008	2043
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	401,88	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

• Geração Eólica

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
Em serviço:							
388/2012	UEE Caiçara I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	27,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	18,00	2012	2047
150/2014	UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	99,93%	Pindaí (BA)	6,00	2014	2049
151/2014	UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	99,90%	Pindaí (BA)	4,00	2014	2049
152/2014	UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
153/2014	UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	Pindaí (BA)	8,00	2014	2049
154/2014	UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
174/2014	UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
176/2014	UEE Corupiã 3	Corupiã 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
177/2014	UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
213/2014	UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
219/2014	UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	Pindaí (BA)	16,00	2014	2049
286/2014	UEE Tamandú Mirim 2	Tamandú Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	Pindaí (BA)	16,00	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

2.2.2 – Transmissão

• Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
005/2004	LT Teresina II - Sobral III / Teresina II - Fortaleza II / Sobral III - Fortaleza II, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	546,0	2004	2034
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	2.375,0	2009	2039
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns II, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	218,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Campina Grande III, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	194,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Pau Ferro, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	209,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Angelim I	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	12,0	2011	2041
					3.554,0		

(*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço: 015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					4,0		

(*) Informações não auditadas.

2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11/01/2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destacam-se entre as mudanças no modelo de negócios, a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa ANEEL nº 596, de 19/12/2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30/11/2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento do valor referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico, e em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento dos valores dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor requerido à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O valor e a forma de recebimento serão homologados pela Aneel.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31/05/2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Aneel, documentação comprobatória para requerimento desse valor complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de apuração dos valores referentes as instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Em 20/04/2016, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 120/2016, determinou que os valores homologados pela Aneel relativos aos ativos previstos no artigo 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11/01/2013 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. A portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31/12/2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013.

Esses ativos, não depreciados e nem incorporados na base para remuneração regulatória no período de Janeiro/2013 a Junho/2017, serão atualizados pelo IPCA e serão remunerados pelo custo do capital próprio, real, (composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos) do segmento de

transmissão, serão incluídos na base de remuneração regulatória de 2017, atualizados pelo IPCA e remunerados pelo Custo Ponderado Médio do Capital a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Em 03/08/2016, a Diretoria da Aneel homologou, mediante o Despacho nº 2.076/2016, o Relatório de Fiscalização-RF nº 0084/2016, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira-SFF, que apresentou o seu posicionamento acerca dos valores que passam a compor a base de remuneração regulatória prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2016, a que a Chesf tem direito, fixando-o em R\$ 5.092,4 milhões, data-base de 31/12/2012. O valor requerido à Aneel, pela Companhia, foi de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012. A Companhia mantinha em seus registros, o montante de R\$ 1.187,0 milhões para esses ativos.

Foi aberta em outubro/2016, pela Aneel, audiência pública para acolhimento de sugestões de aprimoramento nos procedimentos de registros da nova Base de Remuneração Regulatória da transmissão, no entanto, a homologação do referido laudo e principalmente a regulamentação estabelecida na portaria nº 120/2016, trouxeram condições necessárias para o reconhecimento contábil do laudo.

No reajuste tarifário do ciclo 2020/2021, a Aneel reconheceu a parcela controversa da RBSE. Em seguida foi interposto recurso administrativo, pela Chesf e pela Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - ABRATE, e, recentemente, foi emitido Parecer pela Procuradoria da Aneel recomendando a remuneração, pelo ke, da parcela controversa da RBSE e pagamento no período de 8 anos, a partir de julho/2020.

O fornecimento de energia pela Chesf para consumidores industriais no Nordeste teve início no ano de 1970. Em 2004, com a publicação da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, e do Decreto nº 5.163, de 30/07/2004, os contratos foram adequados ao novo modelo setorial e desdobrados em três instrumentos: conexão ao sistema de transmissão, uso do sistema de transmissão e compra e venda de energia de elétrica. Esses instrumentos foram firmados com as seguintes empresas, listadas por estado: Bahia (Braskem UNIB, Braskem UCS/MVC/PVC, Brasil Kirin, Dow Brasil, Ferbasa, Gerdau BA, Mineração Caraíba, Novelis, Paranapanema, Vale Manganês), Pernambuco (Gerdau PE), Alagoas (Braskem UCS) e Ceará (Libra), com vigência até 31/12/2010, conforme o Art. 25 da Lei nº 10.848 e o Art. 54 do Decreto nº 5.163. Em novembro de 2010, a Chesf aditou, com exceção da Novelis que fechou sua planta, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE com vigência até 30/06/2015, com base no Artigo 22 da Lei nº 11.943, de 28/05/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 7.129/2010.

Em 22/06/2015 foi publicada a Medida Provisória MP nº 677, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015, com a seguinte concepção: **a)** prorrogação da concessão da UHE Sobradinho até fevereiro de 2052; **b)** prorrogação dos contratos com os Consumidores Industriais até fevereiro de 2037, com redução gradual dos montantes de energia nos últimos 6 anos; e **c)** criação do Fundo de Energia do Nordeste – FEN a partir de recursos da diferença entre o preço de contrato dos Consumidores Industriais e a Receita Anual de Geração - RAG.

Com a publicação da MP nº 677/2015, a Chesf analisou as condições estabelecidas na referida MP, sob as óticas técnica, comercial, econômico-financeira e jurídica, sendo essa análise objeto da Nota Técnica “Avaliação da Prorrogação dos Contratos dos Consumidores Industriais com base na MP nº 677/2015”, de julho/2015, e do Parecer Jurídico “Regime Jurídico e Riscos Envolvidos na Prorrogação de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica sob a Égide da MP nº 677/15”, emitido pelo Professor Dr. Alexandre Santos de Aragão, de 28/07/2015, ratificado pelo Despacho Chesf nº DJU- 3.2015.001, de 28/07/2015. A referida Nota Técnica concluiu pela vantajosidade da formalização da prorrogação através de Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com os Consumidores Industriais.

O Conselho de Administração ao tomar conhecimento da matéria, pela relevância, decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 21/08/2015, que: i) referendou o requerimento feito à Aneel pela Chesf, por meio da CE-PR-168/2015, de 10/07/2015, para prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, por mais 30 (trinta) anos, contados a partir de fevereiro de 2022, nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677, de 22/06/2015; e ii) autorizou a celebração dos Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, nos termos da Medida Provisória nº 677, de 22/06/2015.

Com base na portaria acima referida a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, em 31/12/2020, conforme quadro abaixo:

2.4. REVISÃO TARIFÁRIA

2.4.1 – Contrato de Concessão 061/2001

Em 30 de junho de 2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL aprovou de forma provisória as revisões tarifárias das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013 da Companhia. Consequentemente aprovou a nova Receita Anual Permitida (“RAP”) destas concessões para o ciclo tarifário 2020-2021. As principais alterações desta revisão tarifária seguem sumarizadas abaixo:

- Alteração na base de ativos e revisão do valor novo de reposição;
- Alteração retrospectiva da WACC referente aos anos de 2018 e 2019;
- Reparcelamento por 3 anos das diferenças entre o efetivamente recebido entre 2018 e 2019 e as parcelas agora revisadas, via parcela de ajuste atualizado por IPCA;

A RAP da Companhia sofreu acréscimos resultantes do resultado desta Revisão Tarifária e do reconhecimento da parcela de remuneração prevista no artigo 1º, parágrafo terceiro, da Portaria MME 120/2016, que estabelece que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, estabelecido no parágrafo primeiro do referido artigo, deverá ser atualizado e remunerado pelo Ke, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

Esta remuneração pelo Ke foi excluída da tarifa, pela ANEEL, em 2017 por força de liminares judiciais. Essas liminares foram revogadas e, por esta razão, a remuneração será incorporada à receita das transmissoras. O valor total da remuneração pelo Ke será pago até junho de 2025, sendo que o montante que deveria ter sido pago entre 2017 e 2020, o será até o final do atual ciclo de revisão tarifária, ou seja, junho de 2023, reajustado pela inflação (IPCA), através da Parcela de Ajuste (PA).

Em relação à Revisão Tarifária do atual ciclo 2018-2023, os valores finais aprovados nesta revisão se mostraram superiores aos provisórios que a ANEEL vinha estabelecendo desde 2018, motivo pelo qual a RAP do ciclo 2020-2021, através da PA, também inclui um acréscimo referente à Revisão Tarifária instituída com vista a compensar esta diferença retroativa.

Na tabela abaixo, é apresentada a RAP revisada para o ciclo 2020-2021 e a PA atualizada pelo IPCA, que contém, além de outros itens não relacionados à RBSE, o Ke retroativo de 2017 a 2020 e a diferença de retroativo de revisão tarifária do período de 2018 a 2020.

	RAP Ciclo 2020-2021 Revisada (Ref. Jun/2020)	PA Revisão Consolidada (Ref. Jun/2020)*		2020-2021 (Revisão + PA - Ref. Jun/2020)
		Total	Por Ciclo	
Chesf (CC 061/2001)	3.494	1.735	578	4.073

(*) Valores estimados com base nos valores da NT nº 108/2020 – SGT/ANEEL e no IPCA entre Jun/19 e Jun/2020

Para fins de comparação, a soma dos efeitos da Revisão Tarifária com a Parcela de Ajuste, resulta em um aumento estimado na RAP para o Ciclo 2020-2021 em relação ao Ciclo de 2019-2020, de forma consolidada, de aproximadamente 42,79%.

Como resultado do novo fluxo tarifário, os recebíveis da RBSE foram remensurados e representaram um acréscimo no total de fluxo de caixa estimado de aproximadamente R\$ 910 milhões até o final do prazo de pagamento da Indenização, resultando um ganho no resultado contábil de R\$ 932 milhões em junho de 2020.

Considerando o aspecto provisório da revisão tarifária, a estimativa de fluxo de caixa dessas foi elaborada com base na sua melhor expectativa de realização. Entretanto, pelo caráter provisório atual poderão sofrer alteração quando da homologação final desta revisão tarifária.

O comparativo por componente segue abaixo demonstrado:

Fluxo de Caixa Líquido	Antes Revisão 2020	Após Revisão	Acréscimo/Decréscimo
Componente Econômico	2.491.027	2.968.495	477.468
Componente Financeiro e Ke	8.266.575	7.280.281	(986.294)
Parcela de Ajuste - PA	-	1.419.162	1.419.162
TOTAL	10.757.602	11.667.938	910.336

2.4.2 – Contratos de Concessão 06/2009 e 07/2005

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a Aneel estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica – RTP de 03 concessões da Companhia (contrato 06/2009, 07/2005 e contrato 061/2001). Desta forma, a Companhia, considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP mensurou e registrou os efeitos advindos desta revisão nas receitas operacionais da Companhia.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2020, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A administração da Companhia, em reunião realizada em 19 de março de 2021, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados às concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição - VNR, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1. Investimentos em controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em sociedades controladas e/ou controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) (*IAS 28*), reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas investidas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e/ou controladas em conjunto são ajustadas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como redução do valor dos respectivos investimentos.

4.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

4.3. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.4. – Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e então, para os ativos e passivos remanescentes numa base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais e diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimentos e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos de remunerações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método de equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

4.5. – Reconhecimento da Receita

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita.

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
3. Determinar o preço da transação.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

a) Geração

As receitas de geração são classificadas como: i) Suprimento (venda) de Energia Elétrica a distribuidoras; ii) Fornecimento de Energia Elétrica para o consumidor, e; iii) Energia Elétrica no mercado de Curto Prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Para as concessões de geração renovadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

b) Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. O cálculo é realizado mediante TIR implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

4.6. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4.7. Tributação

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4.7.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A

provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

4.7.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

4.8. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício.

Os custos de financiamentos e empréstimos também são acrescentados ao custo total dos ativos adquiridos ou construídos, até a data em que tais ativos estiverem prontos para o uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

4.9 – CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia adotou as normas do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16) que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a norma não exige apresentação retroativa.

O Pronunciamento Técnico CPC 06(R2)/IFRS 16 induz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Isenções de reconhecimento são possíveis nos casos de arrendamentos de curto prazo e para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Adicionalmente, o referido pronunciamento, substitui a despesa linear de arrendamento, pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A adoção do CPC 06 (R2), devido a imaterialidade dos valores envolvidos em contratos de arrendamentos, não provocou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O projeto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o projeto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o projeto;
- O gasto atribuível ao projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, a medida em que forem incorridos.

4.11. *Impairment* de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

4.12. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

4.13. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicaram os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 01/01/2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros podem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, instrumento de dívida mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA), instrumento patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e é determinada na data do reconhecimento inicial.

1) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

2) Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

3) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

• **Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

• **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais**

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não entenderia essa condição.

• **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes.

Para os ativos contratuais dentro do alcance do pronunciamento contábil CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a entidade adotou a abordagem simplificada e mensura a perda esperada de crédito com base no valor da vida do ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado o método de juros efetivos.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, enquanto para as IFRS representa informação financeira adicional.

4.15. Normas e interpretações ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2020:

Norma	Data de Entrada em Vigor	Comentários
IFRS 9 / CPC 48: Instrumentos Financeiros, IAS 39 / CPC 08: Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários; IFRS 7 / CPC 40: Instrumentos Financeiros - evidenciação; IFRS 4 / CPC 11: Contratos de Seguro; e IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	A partir de 01/01/2021	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	A partir de 01/01/2021	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	A partir de 01/01/2022	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguro		Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade
IFRS 3 / CPC 15: Combinação de negócios e aprimoramentos anuais		Confirma que o negócio deve incluir <i>inputs</i> em processos relevantes, que em conjunto contribui de forma significativa para a criação de <i>outputs</i>

4.16. Benefícios a empregados

4.16.1 - Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.16.2 - Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

A obrigação líquida quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

4.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e na média ponderada de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

4.18. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

4.19. Demais Práticas Contábeis

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das presentes demonstrações financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivos fiscais diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo está reconhecido a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia.

- Valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de energia elétrica e o valor novo de reposição.
- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL nº 367, de 02/06/2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.

- Ativo de contrato – a Companhia adota as premissas através da TIR implícita, margens, receitas anuais permitidas – RAP e previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Contrato de concessão de serviços públicos

Ativo de contrato é um direito da Companhia à contraprestação em troca de bens ou serviços que a entidade transferiu ao cliente. Se a Companhia concluir o desempenho por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes que o cliente pague a contraprestação, ou antes, que o pagamento seja devido, a Companhia deve apresentar o contrato como ativo de contrato, excluindo quaisquer valores apresentados como recebível. A Companhia deve avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o IFRS 9/CPC 48. A redução ao valor recuperável de ativo de contrato deve ser mensurada, apresentada e divulgada da mesma forma que um ativo financeiro que esteja dentro do alcance do IFRS 9/CPC 48.

h) Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

i) Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 44).

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

4.20. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO

4.20.1 - Receita Anual Permitida – RAP

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos da concessão.

4.20.2. Receita Anual de Geração - RAG

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

4.20.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

4.20.4. Reserva Global de Reversão - RGR

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 01/01/2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

4.20.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.20.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: CFURH = TAR x GH x 6,75%, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da

Aneel. A partir da Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

4.20.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

4.20.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

4.20.9. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

4.20.10. Encargo de Energia de Reserva - EER

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16/01/2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da ANEEL nº 385/2009.

4.21. Reapresentação

4.21.1. Reapresentação da mensuração dos ativos de transmissão

A Companhia, em decorrência das orientações dos Ofício SEP CVM 04/2020 e pelos fatos regulatórios após a revisão tarifária dos contratos renovados de transmissão, em especial aos ativos da RBSE, decidiu realizar a remensuração dos seus ativos de transmissão. Como consequência houve a necessidade de reapresentação dos saldos destes ativos e seus reflexos na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado, conforme prevê o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

Aspectos da reapresentação:**Ativos da RBSE**

Em 11.09.2012 foi publicada a Medida Provisória nº579 convertida na Lei nº 12.783, a qual dispôs, dentre outros assuntos, sobre a prorrogação das concessões de transmissão alcançadas pela Lei nº 9.074/1995. A referida Lei 12.783/2013 facultou ao Poder Concedente a antecipação dos efeitos dessas prorrogações e também definiu as diretrizes para o devido reconhecimento tarifário da parcela dos investimentos vinculados aos bens reversíveis dessas Concessionárias, segue citação da Lei 12.783.

“Art. 15. A tarifa ou receita de que trata esta Lei deverá considerar, quando houver, a parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente, e será revisada periodicamente na forma do contrato de concessão ou termo aditivo.

...

§ 2º Fica o poder concedente autorizado a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação prevista nesta Lei, nas concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel”.

Para regulamentar e operacionalizar esse pagamento, o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria MME nº 120 na qual definiu que os valores referentes aos ativos previstos no mencionado art. 15, § 2º, da Lei 12.783/2013 passariam a compor a Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) das Concessionárias de Transmissão de Energia e que o custo de capital não incorporado desde as prorrogações dessas concessões deveria ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio (parâmetro Ke):

“Art. 1º Determinar que os valores homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL relativos aos ativos previstos no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas.

§ 1º O custo de capital correspondente aos ativos, de que trata o caput, será composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos, observada a legislação societária, e será reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, sendo reajustado e revisto conforme as regras previstas nos Contratos de Concessão.

§ 2º As parcelas de remuneração e depreciação serão definidas considerando as metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, aprovadas pela ANEEL, e a Base de Remuneração Regulatória, definida no caput, será depreciada considerando a vida útil residual dos ativos e atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

§ 3º O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário, estabelecido no § 1º, deverá ser atualizado e remunerado pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes.

§ 4º A partir do processo tarifário estabelecido no § 1º, o custo de capital será remunerado pelo Custo Ponderado Médio do Capital definido pela ANEEL, devendo ser incorporado a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.”

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

(i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017; sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;

(ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;

A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.

Em 30 de junho de 2016, considerando o cenário há época, a Companhia efetuou sua estimativa e registrou os efeitos da referida Portaria. Por se tratar na essência de uma indenização a ser incorporada na tarifa da concessão renovada, a classificação contábil inicial foi realizada como ativo financeiro a custo amortizado.

Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 48 / IFRS 9 e suas alterações, a Companhia reavaliou seus ativos da RBSE e considerando sua essência indenizatória permaneceu justificando a classificação de ativo financeiro a valor justo por não se enquadrar nos critérios de mensuração a custo amortizado.

Logo, o ativo da RBSE foi considerado como indenização pela reintegração dos ativos não amortizados e com remuneração associada classificando de acordo com o CPC 48/IFRS 9, através de valor justo por meio do resultado que assim permaneceu até setembro de 2020.

Revisão Tarifária e Ofício SEP CVM 04/2020

Conforme citado, os contratos de concessão de transmissão renovados que possuíam ativos não depreciados foram considerados “aptos” a indenização e remuneração desses ativos e assim fora feito com a inclusão dos montantes indenizatórios nas Receitas Anuais dessas concessões.

Pela ótica regulatória, a cada 5 anos esses contratos passam por revisão tarifária periódica no qual o regulador avalia, após um período previamente definido no contrato de concessão o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reavaliando os custos eficientes, investimentos prudentes e taxas de remuneração.

A revisão tarifária desses contratos que possuem os ativos da RBSE tinha como data legal o ano de 2018 mas fora prorrogado para 2020. Entretanto, para a RBSE não se havia expectativa de alterações significativas em virtude do caráter indenizatório e pelos ativos ora performados, a expectativa permanecia de apenas a manutenção dos valores ora homologados com ajuste de atualização monetária e inclusão do Ke que estava suspenso por questão judicial.

Fatos não esperados abarcados nesta RTP

Na primeira revisão tarifária, ocorrida em julho de 2020, o regulador, Aneel, alterou substancialmente a expectativa de realização desses ativos.

Primeiramente destaca-se que a Aneel, apenas efetuou as revisões tarifárias no ano de 2020, sendo que contratualmente deveria ter ocorrido em 2018, cinco anos após a renovação contratual.

Adicionalmente, não havia expectativa de alterações significantes. Entretanto esta revisão trouxe as seguintes alterações não previstas quando da classificação deste direito como ativo financeiro no ano de 2016, data da homologação deste componente indenizatório.

As alterações alcançadas que impactaram o componente indenizatório RBSE seguem abaixo listadas:

- **Alteração na base de ativos, aumento ou redução;**

Apesar da definição da base blindada e por esse motivo a classificação no ano de 2016 como ativo financeiro no qual se determina um fluxo constante de recebimento de caixa, a Aneel alterou a base indenizatória afastando a classificação de ativo financeiro nas mensurações contábeis.

- **Alteração retrospectiva da Wacc**

Outro aspecto importante foi a alteração da taxa remuneratória regulatória que de forma retrospectiva ensejou alteração no fluxo previsto de recebíveis da RBSE.

- **Alteração retrospectiva da parcela financeira**

De forma análoga à alteração da taxa de remuneração, a Aneel ajustou inclusive a parcela financeira, no qual conforme ora preconizado pelo regulador seria paga em parcelas mensais e sucessivas por 5 anos.

- **Reparcelamento do KE**

No tocante a parcela financeira, outra alteração expressiva se manifestou pela “inovação” regulatória do pagamento do componente financeiro Ke no qual as Companhias deveriam ter recebido desde o ano de 2017 que será pago por meio de parcela de ajuste em 3 anos.

- **Alongamento do prazo vinculando a vida útil dos ativos**

Outra alteração que reflete nas projeções iniciais do registro contábil é o prazo de vida útil dos ativos indenizados, que foram alterados e representam uma nova curva de recebíveis que em alguns casos ultrapassam o prazo inicialmente regulado pela Aneel extrapolando o período de 5 anos.

Ambiente regulatório – Ofício CVM SEP 04/2020

Em 01 de dezembro de 2020, a CVM- Comissão de Valores Mobiliários emitiu o Ofício nº SEP 04/2020 que trouxe orientações quanto a aspectos relevantes do CPC n. 47 - IFRS n. 15 e do CPC n. 48 – IFRS n. 9 a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica.

As recomendações do Ofício SEP 04/2020 orientam que pela natureza regulatória da remuneração dos ativos da RBSE que passaram a integrar a Base de Remuneração Regulatória de forma semelhantes aos demais contratos de concessão de transmissão e com isso afastando a essência indenizatória deste componente houve a conclusão da classificação deste ativo como Ativo de Contrato nos termos do CPC47.

Adicionalmente, a CVM orienta os critérios de mensuração deste componente que deve ser realizado uma remensuração (*fresh-start*) de todo o ativo de contrato referente à RBSE considerando as RAPs futuras definidas a valor presente pela taxa de remuneração do ativo de contrato e este valor deve ser confrontado com o saldo do ativo de contrato contabilizado, para reconhecer, em uma base cumulativa, o ganho ou perda na modificação contratual.

Demais ativos de transmissão

A Companhia, com a adoção do CPC47, mensurou seus demais ativos de transmissão como ativos de contrato suas premissas estabelecidas internamente.

O Ofício CVM SEP 04/2020 trouxe algumas modificações relevantes no processo de mensuração contábil dos ativos de transmissão que ensejaram na necessidade de remensuração pela Companhia de todos seus ativos de transmissão. As alterações trazidas alteram as premissas utilizadas pela Companhia para mensurar seus ativos e seguem abaixo sumarizadas:

Premissas da Companhia	Novas Premissas Ofício SEP 04/2020
<ul style="list-style-type: none"> • Receita RAP estipulada no contrato de concessão (<i>Bid</i> leilão ou renovação da concessão); • Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão; • Para financiamento da contraparte foi considerada a NTN-B na data de assinatura do contrato com vencimento mais próximo ao final da concessão, pois reflete as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, a União; • Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Receita RAP estipulada no contrato de concessão (<i>Bid</i> leilão ou renovação da concessão); • Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão, taxa de depreciação considerada no contrato de concessão; • Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de rap esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado. • Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo. • Inclusão da parcela variável como critério de risco.

Diante das considerações apresentadas e aliada às orientações contidas no Ofício SEP 04/2020 a Companhia decidiu remensurar e rerepresentar as informações financeiras conforme o CPC-23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e seus efeitos seguem abaixo apresentados:

4.21.2. Reapresentação benefícios pós-emprego

No exercício de 2020 a Companhia revisitou sua avaliação do passivo atuarial em decorrência de benefícios definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva no grupo de resultados abrangentes, como itens que não serão reciclados para o resultado.

BALANÇO PATRIMONIAL - CONTROLADORA						
	Em 01/01/2019			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Ativo da concessão de serviço público	2.169.863	-	2.169.863	2.125.779	(57.200)	2.068.579
Demais ativos	2.547.696	-	2.547.696	4.110.568	-	4.110.568
	4.717.559	-	4.717.559	6.236.347	(57.200)	6.179.147
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Ativo da concessão de serviço público	12.424.989	1.212.399	13.637.388	12.233.748	533.548	12.767.296
Outros	1.631.487	-	1.631.487	1.501.085	-	1.501.085
	14.056.476	1.212.399	15.268.875	13.734.833	533.548	14.268.381
Investimentos	6.149.406	36.322	6.185.728	6.082.759	7.642	6.090.401
Imobilizado	1.192.534	-	1.192.534	1.215.475	-	1.215.475
Intangível	76.615	-	76.615	123.191	-	123.191
	21.475.031	1.248.721	22.723.752	21.156.258	541.190	21.697.448
TOTAL DO ATIVO	26.192.590	1.248.721	27.441.311	27.392.605	483.990	27.876.595
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Tributos a recolher	701.173	-	701.173	845.751	-	845.751
Demais passivos	1.604.695	-	1.604.695	2.503.645	-	2.503.645
	2.305.868	-	2.305.868	3.349.396	-	3.349.396
NÃO CIRCULANTE						
Passivos fiscais diferidos	3.144.547	172.017	3.316.564	321.117	8.184	329.301
Benefícios pós-emprego	974.667	84.418	1.059.085	1.149.134	472.682	1.621.816
Outros	4.392.063	-	4.392.063	4.885.692	-	4.885.692
	8.511.277	256.435	8.767.712	6.355.943	480.866	6.836.809
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Lucros acumulados	-	1.063.830	1.063.830	-	411.347	411.347
Outros resultados abrangentes	(1.649.160)	(71.544)	(1.720.704)	(1.673.994)	(408.223)	(2.082.217)
Demais	17.024.605	-	17.024.605	19.361.260	-	19.361.260
	15.375.445	992.286	16.367.731	17.687.266	3.124	17.690.390
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.192.590	1.248.721	27.441.311	27.392.605	483.990	27.876.595

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO						
	Em 01/01/2019			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
ATIVO						
CIRCULANTE						
Ativo da concessão de serviço público	2.210.630	-	2.210.630	2.148.096	(57.200)	2.090.896
Demais ativos	2.695.970	-	2.695.970	4.254.250	-	4.254.250
	4.906.600	-	4.906.600	6.402.346	(57.200)	6.345.146
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a Longo Prazo						
Ativo da concessão de serviço público	12.993.589	1.212.399	14.205.988	12.599.345	533.548	13.132.893
Outros	1.631.742	-	1.631.742	1.510.016	-	1.510.016
	14.625.331	1.212.399	15.837.730	14.109.361	533.548	14.642.909
Investimentos						
Imobilizado	4.967.077	36.322	5.003.399	5.127.176	7.642	5.134.818
Intangível	1.840.042	-	1.840.042	1.944.709	-	1.944.709
	95.931	-	95.931	142.506	-	142.506
	21.528.381	1.248.721	22.777.102	21.323.752	541.190	21.864.942
TOTAL DO ATIVO	26.434.981	1.248.721	27.683.702	27.726.098	483.990	28.210.088
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Tributos a recolher	704.224	-	704.224	848.224	-	848.224
Outros	1.628.767	-	1.628.767	2.547.467	-	2.547.467
	2.332.991	-	2.332.991	3.395.691	-	3.395.691
NÃO CIRCULANTE						
Passivos fiscais diferidos	3.165.745	172.017	3.337.762	404.158	8.184	412.342
Benefícios pós-emprego	974.667	84.418	1.059.085	1.149.134	472.682	1.621.816
Outros	4.567.134	-	4.567.134	5.069.186	-	5.069.186
	8.707.546	256.435	8.963.981	6.622.478	480.866	7.103.344
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Lucros acumulados	-	1.063.830	1.063.830	-	411.347	411.347
Outros resultados abrangentes	(1.649.160)	(71.544)	(1.720.704)	(1.673.994)	(408.223)	(2.082.217)
Demais	17.024.605	-	17.024.605	19.361.260	-	19.361.260
	15.375.445	992.286	16.367.731	17.687.266	3.124	17.690.390
Participação de acionistas não controladores	18.999	-	18.999	20.663	-	20.663
	15.394.444	992.286	16.386.730	17.707.929	3.124	17.711.053
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.434.981	1.248.721	27.683.702	27.726.098	483.990	28.210.088

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO						
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.071.382	(251.019)	4.820.363	5.137.946	(251.019)	4.886.927
Custos operacionais	(1.932.266)	-	(1.932.266)	(2.079.724)	-	(2.079.724)
LUCRO BRUTO	3.139.116	(251.019)	2.888.097	3.058.222	(251.019)	2.807.203
Despesas operacionais	(2.365.930)	-	(2.365.930)	(2.305.611)	-	(2.305.611)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	773.186	(251.019)	522.167	752.611	(251.019)	501.592
Resultado de Equivalência Patrimonial	192.789	(28.680)	164.109	232.507	(28.680)	203.827
Resultado Financeiro	589.923	(485.032)	104.891	578.852	(485.032)	93.820
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.555.898	(764.731)	791.167	1.563.970	(764.731)	799.239
Imposto de renda e contribuição social	1.930.233	112.248	2.042.481	1.921.892	112.248	2.034.140
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.486.131	(652.483)	2.833.648	3.485.862	(652.483)	2.833.379
Resultado atribuível aos acionistas controladores	3.486.131	(652.483)	2.833.648	3.486.131	(652.483)	2.833.648
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	(269)	-	(269)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	3.486.131	(652.483)	2.833.648	3.485.862	(652.483)	2.833.379
Outros componentes do resultado abrangente						
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	(326.054)	(388.264)	(714.318)	(326.054)	(388.264)	(714.318)
Constituição de tributos diferidos	301.220	51.585	352.805	301.220	51.585	352.805
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(24.834)	(336.679)	(361.513)	(24.834)	(336.679)	(361.513)
Total do resultado abrangente do exercício	3.461.297	(989.162)	2.472.135	3.461.028	(989.162)	2.471.866
Parcela atribuída aos controladores	3.461.297	(989.162)	2.472.135	3.461.297	(989.162)	2.472.135
Parcela atribuída aos não controladores	-	-	-	(269)	-	(269)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA						
	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019			31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.555.898	(764.731)	791.167	1.563.972	(764.731)	799.241
Equivalência patrimonial	(192.789)	28.680	(164.109)	(232.507)	28.680	(203.827)
Receita financeira – Ativo financeiro	(1.474.349)	901.565	(572.784)	(1.525.075)	901.565	(623.510)
Demais	(354.763)	-	(354.763)	(347.275)	-	(347.275)
	(2.021.901)	930.245	(1.091.656)	(2.104.857)	930.245	(1.174.612)
Total das atividades operacionais	(466.003)	165.514	(300.489)	(540.885)	165.514	(375.371)
Atividades de investimentos						
Realização do Ativo de Contrato	1.972.677	(165.514)	1.807.163	2.003.060	(165.514)	1.837.546
Demais	(1.348.008)	-	(1.348.008)	(1.302.612)	-	(1.302.612)
	624.669	(165.514)	459.155	700.448	(165.514)	534.934
Atividades de financiamentos	(317.308)	-	(317.308)	(318.548)	-	(318.548)
TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA	(158.642)	-	(158.642)	(158.985)	-	(158.985)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	159.954	-	159.954	276.986	-	276.986
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.312	-	1.312	118.001	-	118.001
VARIAÇÃO NO CAIXA	(158.642)	-	(158.642)	(158.985)	-	(158.985)

5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Participação de não controladores

A Companhia mensura a participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos.

b) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Chesf e das empresas do Complexo Eólico Pindaí I, Complexo Eólico Pindaí II, Complexo Eólico Pindaí III. Na posição comparativa de 31/12/2019 estão incluídas as demonstrações financeiras da TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.. As participações acionárias estão descritas conforme quadro da nota 22.1.1.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), em seus itens 33 e 34, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora.

c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	4.173	1.312	5.343	41.841
Aplicações financeiras	5.083	-	53.205	76.160
Total	9.256	1.312	58.548	118.001

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em fundos de investimentos de renda fixa, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Companhia.

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31/12/2020 e 2019:

	Remuneração anual	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação financeira					
Banco do Brasil					
BB CP 50	5,07%	-	-	46.059	35.492
BB AUTOMATICO	2,27%	-	-	-	76
CDB	Taxa DI	121	-	121	-
Caixa Econômica Federal					
Renda Fixa	Taxa DI	4.844	-	4.844	-
Banco Santander S.A.					
Renda Fixa	Taxa DI	118	-	118	-
CDB	Taxa DI	-	-	2.063	-
Banco Safra S.A.					
TCM Renda fixa	1,67%	-	-	-	607
BNB					
FI RENDA FIXA	8,24%	-	-	-	29.140
CDB/RDB	Taxa DI	-	-	-	10.823
TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO	6,17%	-	-	-	22
Total		5.083	-	53.205	76.160

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários possuem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado				
	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2020	31/12/2019
Participações minoritárias	-	-	JCP/Dividendos	25	23
Fundo Exclusivo - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT)	CEF	Após 90 dias	SELIC	100.928	172.670
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	CEF	Após 90 dias	Pré Fixado	168.710	281.262
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-B)	CEF	Após 90 dias	Pré Fixado	80.872	-
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-F)	CEF	Após 90 dias	Pré Fixado	36.873	-
Operações Compromissadas	CEF	-	-	104.847	15.781
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	Banco do Brasil	-	Pré Fixado	1.029.505	372.565
Fundo Exclusivo - Notas Tesouro Nacional (NTN-F)	Banco do Brasil	-	Pré Fixado	261.318	5.661
Operações Compromissadas	Banco do Brasil	-	-	172.410	137.549
CDB	Santander	-	-	-	18
Renda Fixa	Santander	-	-	-	1.974
Renda Fixa	CEF	-	-	-	3.300
Títulos da dívida agrária – TDA	-	Março/2021	TR + 3% a.a.	8.237	8.125
TVM - Fundo de Energia do Nordeste - FEN	CEF	-	Pré Fixado	115.569	90.675
Total Circulante				2.079.294	1.089.603
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P		01/01/2030	TR + 6% a.a.	210	202
Total Não Circulante				210	202
Total				2.079.504	1.089.805

As ações ordinárias e preferenciais representam participações minoritárias em empresas de telecomunicações, registradas ao valor de custo de aquisição no Ativo Circulante, ajustadas a valor de mercado quando este for inferior ao valor de custo.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994 classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*. Durante o exercício de 2020, as Notas do Tesouro Nacional - NTN - série P tiveram taxa efetiva média no valor de 5,57% a.a.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo possuem vencimentos até 2020. Durante o exercício de 2020, os Títulos da Dívida Agrária - TDA tiveram taxa efetiva média no valor de 0,84% a.a.

Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015. Os recursos que serão revertidos para o fundo correspondem à diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Companhia e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Companhia venha a possuir participação acionária de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

8 – BENEFÍCIOS PARA REINVESTIMENTOS

São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios.

Os valores são recolhidos ao BNB e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas no ano-calendário correspondente à opção, ou para adquirir equipamentos novos, sendo vedada a utilização dos recursos em equipamentos usados ou reconicionados.

9 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>						
Suprimento de energia	246.508	28.358	243.407	271.765	518.273	408.022
Fornecimento de energia	50.522	64.550	428.844	493.394	543.916	395.629
Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão	436.452	20.939	140.149	161.088	597.540	438.879
Comercialização na CCEE	1.159.617	-	-	-	1.159.617	709.647
Parcelamento	-	3.650	108.562	112.212	112.212	90.015
(-) Provisão de ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(453)
(-) Provisão para perdas esperadas	(732)	(114.921)	(871.378)	(986.299)	(987.031)	(684.173)
Total Circulante	1.892.367	2.576	49.584	52.160	1.944.527	1.357.566
<u>Não Circulante</u>						
Parcelamento	-	-	-	-	-	10.661
(-) Provisão de ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(2.935)
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	-	-	-	(7.726)
Total Não Circulante	-	-	-	-	-	-
Total	1.892.367	2.576	49.584	52.160	1.944.527	1.357.566

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2020	31/12/2019
Circulante						
Suprimento de energia	249.464	28.358	243.407	271.765	521.229	408.217
Fornecimento de energia	50.522	64.550	428.844	493.394	543.916	395.629
Disponibilização/Conexão do sistema de transmissão	436.452	20.939	140.149	161.088	597.540	441.007
Comercialização na CCEE	1.176.120	-	-	-	1.176.120	709.647
Parcelamento	-	3.650	108.562	112.212	112.212	90.015
(-) Provisão de ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(453)
(-) Provisão para perdas esperadas	(732)	(114.921)	(871.378)	(986.299)	(987.031)	(684.173)
Total Circulante	1.911.826	2.576	49.584	52.160	1.963.986	1.359.889
Não Circulante						
Parcelamento	-	-	-	-	-	10.661
(-) Provisão de ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	(2.935)
(-) Provisão para perdas esperadas	-	-	-	-	-	(7.726)
Total Não Circulante	-	-	-	-	-	-
Total	1.911.826	2.576	49.584	52.160	1.963.986	1.359.889

• **PARCELAMENTO**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Ligas do Brasil S.A.	95.639	82.340
Santana Têxtil	16.573	18.336
	112.212	100.676
(-) Provisão para perdas esperadas	(112.212)	(97.288)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	-	(3.388)
Total	-	-

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

Santana Têxtil – Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças DFRO-001/2012, firmado em 08/05/2012, no valor de R\$ 4.055, pagável em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais. Em 29/09/2013 os pagamentos foram interrompidos. Em 31/12/2020 o referido termo apresenta o saldo de R\$ 8.750.

Santana Têxtil – Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças DFRO-002/2016, firmado perante o Juízo da 18ª Vara Cível da Comarca de Recife, no valor de R\$ 21.233, pagável em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. Em 31/12/2020 o referido termo apresenta o saldo de R\$ 6.016.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

Santana Têxtil - Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças DFER-001/2017, no valor de R\$ 4.169, pagável em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. Em 31/12/2020 o referido termo apresenta o saldo de R\$ 1.807. Devido aos efeitos da pandemia do Covid-19 foi assinado o 2º Aditivo ao Termo de Confissão de Dívida e Outras Avenças, onde há a suspensão do pagamento de 6 parcelas dos termos acima elencados, tendo seus valores sido atualizados e acrescidos nas parcelas vincendas de ambos os Termos conforme cronograma original.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

• **PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS**

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31/12/2018	(594.803)
Constituição	(131.516)
Reversão	11.517
Baixa	22.903
Saldos em 31/12/2019	(691.899)
Constituição	(297.425)
Reversão	2.293
Saldos em 31/12/2020	(987.031)

A provisão para perdas esperadas é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Neste exercício, as principais variações ocorridas foram decorrentes de variação monetária, juros incorporados ao contas a receber de clientes e a inadimplência do exercício.

10 – VALORES A RECEBER – LEI nº 12.783/2013

A Lei nº 12.783/2013 garantiu o direito das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, que prorrogaram suas concessões, à indenização pela parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujo valor seria atualizado até a data de seu efetivo pagamento à concessionária.

O Decreto nº 7.805/2012, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013, estabeleceu que as indenizações dos investimentos em bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados referentes às concessões de geração seriam calculados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A Resolução Normativa nº 596 de dezembro de 2013, que regulamenta o Decreto nº 7.850/2012, estabeleceu que as concessionárias deveriam comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis até dezembro de 2015.

A Companhia apresentou à Aneel, em dezembro de 2014, relatórios de consultores independentes apontando os investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de determinadas usinas, cujas concessões foram prorrogadas à luz da Lei 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A seguir apresentamos os montantes apurados pela consultoria e o valor contábil residual da mesma data.

A Companhia apresentou contribuições, no âmbito da Audiência Pública – AP ANEEL nº 003/2019, visando alterar o entendimento da ANEEL sobre o tema. Entretanto, destaca-se que a Aneel ainda não deliberou o resultado da referida audiência pública.

Modernizações e melhorias	31/12/2020	31/12/2019
Paulo Afonso I	92.612	92.612
Paulo Afonso II	107.093	107.093
Paulo Afonso III	66.259	66.259
Paulo Afonso IV	20.832	20.832
Apolônio Sales	38.250	38.250
Luiz Gonzaga	28.174	28.174
Xingó	15.150	15.150
Boa Esperança	98.759	98.759
Pedra	8.067	8.067
Funil	12.626	12.626
Total	487.822	487.822

11 - TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
IRPJ	111.865	488.949	111.865	495.029
CSLL	83.325	293.933	83.325	295.731
IR Fonte	30.209	12.798	30.358	14.441
PIS/Pasep	1.652	3.318	1.843	3.396
Cofins	2.397	10.556	3.079	10.758
Outros	29.621	13.794	29.658	13.923
	259.069	823.348	260.128	833.278
<u>Não Circulante</u>				
IR Fonte	-	-	2.330	-
PIS/Pasep	20.252	20.000	20.252	20.000
Cofins	180.902	178.654	180.902	178.654
ICMS a Recuperar	35	35	35	35
	201.189	198.689	203.519	198.689
Total	460.258	1.022.037	463.647	1.031.967

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09/06/2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08/06/2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável à Companhia, o que representaria uma redução dos valores devidos. A ação rescisória foi julgada procedente para desconstituir a sentença. Foram interpostos embargos de declaração, que não foram providos, com o que a Chesf interpôs recurso especial, uma vez que a matéria constitucional suscitada pela

Chesf na rescisória não havia sido apreciada pelo TRF5. O STJ deu provimento ao recurso da Chesf, anulando o julgamento proferido nos embargos de declaração à rescisória e determinando ao TRF5 que profira outro julgamento.

Em 15/09/2017, foi proferido acórdão no TRF5 confirmando o posicionamento do STF quanto à prescrição quinquenal, e não decenal. Em sede de execução, com relação ao PIS/Pasep foi apontado como devido à Chesf, já deduzidas as compensações eventualmente realizadas, o valor de R\$ 9.969.622,53 (nove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos), atualizado até abril/2013. Esse valor ainda está pendente de confirmação pelo TRF5, em virtude de a União Federal/Fazenda Nacional ter ingressado com recurso de apelação.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à COFINS, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia mantém registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito ao valor provável de realização (valor original corrigido), correspondente a R\$ 180.902, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 20.252, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

12 – TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em tributos diferidos, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009 resultantes de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, o montante de R\$ 145.987, em 31/12/2020 (R\$ 329.301, em 31/12/2019), conforme distribuição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>
Ativos fiscais diferidos				
Lançamentos do ORA	4.430.056	1.975.215	4.430.056	1.975.215
Diferenças temporárias	7.686.104	6.277.572	7.686.104	6.277.572
	12.116.160	8.252.787	12.116.160	8.252.787
Créditos Fiscais	1.847.714	1.323.009	1.847.714	1.323.009
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	757.260	542.217	757.260	542.217
. Contribuição social sobre diferenças temporárias	1.090.454	780.792	1.090.454	780.792
Passivos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias				
Diferenças temporárias - RBSE	7.627.505	8.063.708	7.627.505	8.063.708
Ajustes decorrentes da ICPC 01	56.359	58.921	56.359	58.921
Diferenças temporárias	3.469.846	2.712.191	3.469.846	3.483.955
	11.153.710	10.834.820	11.153.710	11.606.584
Débitos Fiscais	1.701.727	1.652.310	1.701.727	1.735.351
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	697.685	677.176	697.685	731.508
. Contribuição social sobre diferenças temporárias	1.004.042	975.134	1.004.042	1.003.843
Ativos/Passivos fiscais diferidos líquidos	145.987	(329.301)	145.987	(412.342)

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%, reduzida para 6,25% durante o período de fruição do incentivo fiscal (nota 45) para as diferenças temporárias que influirão no cálculo desse incentivo, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de diferenças temporárias, provisões para contingências, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas – estudos e projetos, participações nos lucros ou resultados, provisão para seguro de vida e adoções das novas práticas contábeis (BRGAAP), registro do CPC 47, serão utilizados de acordo com, o desfecho das ações judiciais, o ressarcimento e a arrecadação de clientes, conclusão ou destinação dos estudos e projetos, pagamentos aos funcionários e pela movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33(R1) (IAS 19) , aprovado pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, definição das tratativas tributárias pela Receita Federal, respectivamente.

Os montantes reconhecidos refletem a melhor estimativa quanto a sua realização, com base em projeções em lucros tributáveis futuros os quais são projetados no prazo de até dez anos.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias do ICPC 01(R1) (IFRIC 12); ressarcimento dos investimentos na RBSE - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), será realizado pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) e pelo recebimento via RAP.”

13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

13.1 - Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Cauções e outros depósitos vinculados	31.890	32.876	34.375	34.897
	31.890	32.876	34.375	34.897
Não Circulante				
Depósitos vinculados a litígios	359.542	529.751	359.542	538.682
Cauções e outros depósitos vinculados	128.699	165.787	128.699	165.787
	488.241	695.538	488.241	704.469
Total	520.131	728.414	522.616	739.366

13.2 - Depósitos vinculados a litígios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	126.492	163.951	126.492	163.951
Cíveis	177.934	255.208	177.934	255.208
Fiscais	55.116	119.523	55.116	119.523
Total	359.542	538.682	359.542	538.682

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2020, R\$ 373.670 (R\$ 337.358, em 2019) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 35.

O valor referente à atualização monetária, registrado no exercício de 2020 como receita financeira é de R\$ 16.314 (R\$ 25.995, em 2019).

13.3 - Cauções e outros depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Caução contratual CEF - empréstimo	19.840	19.204	19.840	19.204
Caução Santander	12.048	13.670	12.048	13.670
Outros	2	2	2.487	2.023
	31.890	32.876	34.375	34.897
Não Circulante				
Caução contratual BB	16.150	16.150	16.150	16.150
Caução contratual CEF - outras	14.989	14.989	14.989	14.989
Caução contratual Bradesco	61.872	60.691	61.872	60.691
Caução contratual BNB	15.118	1.937	15.118	1.937
Carta de crédito BNB	20.570	47.020	20.570	47.020
Garantia contratual BB	-	25.000	-	25.000
	128.699	165.787	128.699	165.787
Total	160.589	198.663	163.074	200.684

A caução contratual CEF – empréstimo foi constituída em garantia ao contrato de empréstimo contraído junto ao banco.

A caução contratual CEF – outras foi constituída em garantia como de operações de liquidação financeira no âmbito da CCEE, ofertada através de contrato de cessão de direitos creditórios, firmado junto ao banco, com recursos aportados em fundo extramercado.

A caução contratual Bradesco foi constituída em garantia junto ao BNDES com saldo equivalente a 6 (seis) prestações de amortização do financiamento concedido.

A carta de crédito BNB refere-se a reserva com saldo equivalente a 3 (três) prestações de amortização do financiamento concedido, em garantia ao contrato junto ao banco.

14 – ALMOXARIFADO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Material		
Almoxarifado	70.522	67.012
Destinado a alienação	9.656	5.894
Outros	4.272	4.272
	84.450	77.178
Adiantamentos a fornecedores	615	615
Total	85.065	77.793

15– SERVIÇOS EM CURSO

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

16 – ATIVOS DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

16.1 – Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Ativos da concessão de transmissão	3.097.503	2.057.983	3.097.503	2.080.300
Ativos da concessão de geração	10.996	10.596	10.996	10.596
	3.108.499	2.068.579	3.108.499	2.090.896
Não Circulante				
Ativos da concessão de transmissão	11.379.621	12.524.476	11.379.621	12.890.073
Ativos da concessão de geração	230.424	242.820	230.424	242.820
	11.610.045	12.767.296	11.610.045	13.132.893
TOTAL	14.718.544	14.835.875	14.718.544	15.223.789

16.2 – Ativos da concessão de geração

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação na modalidade preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

As concessões de geração, relacionados às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, estão mensuradas como custo amortizado.

No exercício, esses ativos de concessão tiveram a seguinte movimentação:

Controladora e Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	253.416
Amortização	(11.996)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	241.420
Circulante	10.996
Não Circulante	230.424

16.3 – Ativos da concessão de transmissão

As concessões de transmissão da Companhia estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15).

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Com os conceitos e princípios trazidos pelo pronunciamento CPC 47 (IFRS 15), houve a necessidade de serem identificadas as obrigações de performance previstas nos contratos de concessão de Transmissão de Energia Elétrica, a alocação de parcela de preço de transação às referidas obrigações de performance (e em consequência, a alocação das respectivas margens), entre outros procedimentos, dentro da sistemática de reconhecimento de receita com clientes prevista pela norma. Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica apresentam duas obrigações de performance claramente identificadas, quais sejam: (i) construção e (ii) operação e manutenção – O&M.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação e são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários.

Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto aproximadamente em média de 7,17% ao ano; e (ii) atualizados substancialmente pelo IPCA exceto pelos contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001 que são atualizados pelo IGPM. Adicionalmente, as margens percebidas nos ativos de transmissão ficaram em aproximadamente de 37,67% de Operação e Manutenção e de -16,28% na obrigação de performance de construção.

A movimentação destes ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2019 (Reapresentado)	15.542.317	16.151.684
Receita de Construção	251.875	301.302
Receita financeira contratual	666.567	717.293
Amortização	(2.141.303)	(2.199.906)
Incorporação de SPE	603.023	-
Perda	(340.020)	-
Saldo em 31/12/2019 (Reapresentado)	14.582.459	14.970.373
Receita de Construção	326.476	326.476
Receita financeira contratual	1.439.841	1.439.841
Efeito RTP	476.529	476.529
Amortização	(2.743.939)	(2.736.095)
Incorporação de SPE	395.758	-
Saldo em 31/12/2020	14.477.124	14.477.124
Circulante	3.097.503	3.097.503
Não circulante	11.379.621	11.379.621

Considerando as características que diferem temporalmente os ativos contratuais da RBSE dos demais ativos de concessão de transmissão segue abaixo o fluxo de caixa líquido estimado (não descontado) do ativo da RBSE. O saldo contábil dos ativos de contrato da RBSE montam o valor de R\$ 8.814.535.

	Parcela econômica	Parcela Financeira	Parcela de Ajuste	Total
2021	487.918	717.976	233.261	1.439.155
2022	975.836	1.435.953	466.523	2.878.312
2023	975.836	1.435.953	466.523	2.878.312
2024	487.918	1.435.953	233.261	2.157.132
2025	-	1.435.953	-	1.435.953
Total	2.927.508	6.461.788	1.399.568	10.788.864

Revisão tarifária

Através da resolução homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020 a ANEEL estabeleceu as novas receitas anuais permitidas pela disponibilização das instalações de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2020-2021, incluindo as receitas correspondentes à Revisão Tarifária Periódica – RTP de 21 concessões da Companhia. Desta forma, a Companhia, considerando as novas receitas anuais permitidas para os contratos que sofreram RTP, mensurou e registrou os efeitos advindos desta revisão no montante de R\$ 299.807 nas receitas operacionais no exercício de 2020.

Os principais itens revisados e considerados pela Aneel no cálculo das novas receitas anuais permitidas seguem abaixo:

- Avaliação da Base Incremental;
- Homologação dos novos valores para o Banco de Preços de Referência Aneel;
- Revisão da Base e Remuneração das Transmissoras;
- Alteração da taxa de remuneração do capital do segmento de transmissão de energia elétrica;
- Consideração das baixas e desmobilizações dos ativos; e
- Atualização inflacionária do período.

Abaixo seguem os contratos de concessão que sofreram revisão tarifária e seus impactos consolidados por contrato considerando remensuração dos ativos de transmissão:

Prática contábil

De acordo com os contratos de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenham são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

As concessões de transmissão da Companhia são classificadas como ativos contratuais, inclusive os ativos associados à RBSE foram reapresentados como ativos contratuais nessas demonstrações financeiras.

As principais premissas para mensuração do ativo contratual da transmissão seguem abaixo sumarizadas:

- Receita RAP estipulada no contrato de concessão (Bid leilão ou renovação da concessão);
- Curva de investimento previsto anexado ao contrato de concessão e taxa de depreciação considerada no contrato de concessão;
- Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento esperado ou realizado;
- Identificação das margens. As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Companhia para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo;
- Parcela variável como critério de risco utilizando o histórico.
- Previsão de indenização de eventual saldo residual após o encerramento do prazo contratual da concessão.

17 – DIVIDENDOS A RECEBER

Correspondem aos dividendos a receber das SPEs conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Manaus Construtora Ltda.	9.178	9.178
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	8.055	-
Energética Águas da Pedra S.A.	7.017	6.675
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	2.858	-
Total	27.108	15.853

18 – FACHESF SAÚDE MAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Fachesf Saúde Mais	76.806	65.854
Total	76.806	65.854

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes dos programas de incentivo ao desligamento (PIDV, PAE e PDC), conforme nota 31. De acordo com o respectivo convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.

19 – ADIANTAMENTOS A CONTROLADAS EM CONJUNTO (AFAC)

Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes SPEs:

19.1 - Composição:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Não Circulante		
Energia Sustentável do Brasil S.A.	-	66.200
Total	-	66.200

19.2 – Movimentação dos adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC):

Controladora e Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Capitalizações	Saldo em 31/12/2020
Energia Sustentável do Brasil S.A.	66.200	6.000	(72.200)	-
Total	66.200	6.000	(72.200)	-

20 – ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Controladora e Consolidado		
SPEs	31/12/2020	31/12/2019
Vamcruz I Participações S.A.	-	125.816
Total	-	125.816

No exercício, o saldo dos investimentos na SPE Vamcruz I Participações S.A., foi reclassificado para o grupo de investimentos, tendo em vista que a Diretoria Executiva da Eletrobras retirou esta SPE do Procedimento Competitivo da Eletrobras, excluindo este ativo do referido processo de desinvestimento.

21 - OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
Adiantamentos a empregados	23.097	21.934	23.097	22.145
Alienações em curso	3.964	9.502	3.964	9.502
Prêmios de seguros	4.672	5.596	4.685	6.289
Gastos reembolsáveis	16.601	-	16.601	-
Alienações de bens e direitos	2.230	1.639	2.230	1.639
Adiantamentos a fornecedores	18.816	19.673	19.140	20.084
Serviços prestados a terceiros	29.481	34.753	29.481	34.753
Subsídios e redução tarifária equilibrada	32.573	21.899	32.573	21.899
Bens e direitos destinados a alienação	10.971	10.971	10.971	10.971
Outros	22.847	32.871	31.720	44.275
	165.252	158.838	174.462	171.557
<u>Não Circulante</u>				
FGTS - Conta-Empresa	5.247	4.991	5.247	4.991
Reserva Global de Reversão	11.394	-	11.394	-
Arrendamento Camaçari	49.321	-	49.321	-
Outros	9.270	15.512	22.851	15.512
	75.232	20.503	88.813	20.503
Total	240.484	179.341	263.275	192.060

22 - INVESTIMENTOS

22.1 - Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Participações societárias permanentes</u>				
Controladas	806.934	955.583	-	-
Controladas em conjunto	5.757.719	5.641.777	5.757.719	5.641.777
Coligadas	125.102	116.345	125.102	116.345
Outras participações	479	479	479	479
(-) Provisão para perdas em investimentos	(575.926)	(627.086)	(575.926)	(627.086)
Total participações societárias	6.114.308	6.087.098	5.307.374	5.131.515
<u>Outros investimentos</u>				
Bens e direitos para uso futuro	2.212	2.212	2.212	2.212
Outros	1.091	1.091	1.091	1.091
Total outros investimentos	3.303	3.303	3.303	3.303
Total	6.117.611	6.090.401	5.310.677	5.134.818

22.1.1 – Participação direta

Empresas	31/12/2020	31/12/2019
Controladas		
Complexo Eólico Pindaí I		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	99,93%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	99,90%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	83,01%
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	100,00%
Controladas em conjunto		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	49,00%
Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	20,00%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	24,50%
Manaus Construtora Ltda.	19,50%	19,50%
Norte Energia S.A.	15,00%	15,00%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	49,00%
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	-
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	24,50%
Coligada		
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	24,50%

Complexo Eólico Pindaí I

A Companhia, em consórcio com a empresa Sequoia Capital, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. Serão implantados oito parques eólicos, através das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititu 2 Energia S.A., Caititu 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A., constituídas em 14/11/2013, no município de Pindaí, na Bahia, com 68 MW de potência instalada, com início das operações previsto entre março e outubro de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014, ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária. No exercício, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.834 (perda de R\$ 15.254 em 2019) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí II

O Complexo Eólico Pindaí II é formado pelas SPEs Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., constituídas através do consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedor do Leilão ANEEL nº 09/2013 (A-3) realizado em 18/11/2013, cujo objetivo foi a implantação da UEE Coqueirinho 2, de 16 MW, e da UEE Papagaio, de 10 MW, ambas situadas no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto entre abril e maio de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014 ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária sobre ambas. No exercício, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.640 (perda de R\$ 1.406 em 2019) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí III

O Complexo Eólico Pindaí III é constituído da SPE Tamanduá Mirim 2 S.A. formada em consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedora do Leilão ANEEL nº 10/2013 (A-5) realizado em 13/12/2013, cujo objeto foi a implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 16 MW de potência, situada no município de Pindaí, na Bahia, com início das

operações previsto para março de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 83,01%. No exercício, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 4.215 (perda de R\$ 1.252 em 2019) neste complexo eólico.

Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. foi constituída em 27/10/2003, a partir do Leilão nº 001/2003-ANEEL, com o objetivo de construir e operar a linha de transmissão de 500kv, em Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com 546 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/2004 ANEEL, firmado em 18/02/2004, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A sua operação comercial teve início em janeiro de 2006. A participação acionária da Companhia nessa SPE corresponde a 49,0%. Durante o exercício de 2020 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 69.637 (ganho de R\$ 63.775, em 2019).

ESBR Participações S.A./ Energia Sustentável do Brasil S.A.

A ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, detém a totalidade das ações da Energia Sustentável do Brasil S.A., que foi constituída a partir do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de explorar o potencial de energia hidráulica e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.750 MW. Em setembro de 2013, a SPE deu início à operação em fase de testes de uma Unidade Geradora, com 75 MW, e finalizou em dezembro de 2016 com 50 unidades em operação comercial, totalizando 3.750 MW. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 20% e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. Em 29/06/2018, decorrente da Assembleia Geral Extraordinária – AGE da ESBR Participações S.A. foi aprovada a incorporação das SPEs ESBR Participações S.A. (“Incorporada”) e Energia Sustentável do Brasil S.A. (“Incorporadora”). A incorporação foi realizada mediante laudo de avaliação do patrimônio líquido, a valor contábil, com base nas demonstrações financeiras da ESBR Participações S.A. e do Protocolo de Justificação de Incorporação. Durante o exercício de 2020 a Companhia realizou AFAC no montante de R\$ 6.000, aportes de capital no montante de R\$ 72.200, mediante a capitalização de AFAC e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 61.847 (perda de R\$ 19.149, em 2019).

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Interligação Elétrica do Madeira S.A. foi constituída em 18/12/2008, através do Leilão ANEEL – 007/2008, e tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos contados a partir de 26/02/2009, data da assinatura do Contrato de Concessão. A sua operação comercial teve início em agosto de 2013. Durante o exercício de 2020, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial de R\$ 12.035 (ganho de R\$ 66.539, em 2019).

Manaus Construtora Ltda.

Em 30/01/2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%. Essa empresa foi criada com o objetivo de construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Durante o exercício de 2020 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 60 (perda de R\$ 193, em 2019).

Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. foi constituída em 21/07/2010, a partir do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, com o objetivo de explorar o potencial de energia hidráulica e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,0%. A UHE Belo Monte está sendo instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade a ser instalada é de 11.233,1 MW,

garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 26/08/2010, data da assinatura do Contrato de concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte. Em abril de 2016, a SPE deu início à operação comercial, totalizando ao final daquele exercício 1.295 MW de capacidade instalada referente a 04 unidades geradoras, e, em 2017, com 13 (treze) unidades geradoras em operação comercial que totalizam 4.305,1 MW. No exercício, apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 129.059 (ganho de R\$ 51.363, em 2019).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A foi constituída a partir do Consórcio Garanhuns, vencedor do Lote L do Leilão nº 004/2011, promovido pela Aneel, em 02/09/2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações foi em novembro de 2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida. Durante o exercício de 2020 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 36.913 (ganho de R\$ 36.484, em 2019).

Vamcruz I Participações S.A.

A Vamcruz I Participações S.A. constituída em 07/07/2014 tem por objeto social exclusivo a participação direta ou indireta nas SPEs Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., constituídas em março de 2012, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir de junho de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão nº 007/2011, promovido pela Aneel, em 20/12/2011, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos e geração eólica. As usinas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II, totalizarão 93,0 MW de potência instalada, e foram construídas no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte. As usinas eólicas entraram em operação em novembro de 2015. Em 12/11/2013, houve a transferência das ações da empresa Voltália para a Envolver Participações S.A, ficando a participação da Chesf nos quatro projetos eólicos de 49,0% e 51,0% da empresa Envolver, por meio das empresas Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. No exercício de 2020 a Companhia transferiu o saldo deste investimento do grupo de ativos não circulantes mantidos para venda (nota 20) e registrou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.142 neste complexo eólico.

Companhia Energética Sinop S.A.

A Companhia Energética Sinop S.A. foi constituída, através do Leilão nº 006/2013, promovido pela Aneel em 29/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia que construirá a UHE SINOP, no Rio Teles Pires, nos municípios de Cláudio e Itaúba, no Estado do Mato Grosso, com 408 MW de potência instalada e com início de suprimento previsto para janeiro de 2019 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é 24,5%. No exercício de 2020, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 44.070 (perda de R\$ 28.962 em 2019) neste empreendimento.

Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. foi constituída em 03/04/2007 a partir do Leilão nº 004/2006-ANEEL e tem como objeto a implantação e exploração da UHE Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. A sua operação comercial teve início em agosto de 2011. Durante o exercício de 2020, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 29.544 (ganho de R\$ 29.135, em 2019).

22.2 – Movimentação das Participações Societárias Permanentes:

	31/12/2019	Capitalização de AFAC	Dividendos	Resultado de participação societária	Provisão/ Reversão	Outros	31/12/2020
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial							
Controladas							
· Complexo Eólico Pindaí I	508.333	-	-	(7.834)	-	-	500.499
· Complexo Eólico Pindaí II	195.088	-	-	7.640	-	-	202.728
· Complexo Eólico Pindaí III	99.492	-	-	4.215	-	-	103.707
· TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A. (*)	152.670	-	-	(4.082)	-	(148.588)	-
Controladas em conjunto							
· STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	213.480	-	(28.934)	69.637	-	-	254.183
· Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.831.060	72.200	-	(61.847)	-	-	1.841.413
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	783.528	-	(2.858)	12.035	-	-	792.705
· Manaus Construtora Ltda.	7.701	-	-	60	-	-	7.761
· Norte Energia S.A.	2.110.038	-	-	(129.059)	-	-	1.980.979
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	353.008	-	(26.977)	36.913	-	-	362.944
· Vamcruz I Participações S.A. (**)	-	-	-	(2.142)	-	132.844	130.702
· Companhia Energética SINOP S.A.	342.962	-	-	44.070	-	-	387.032
Coligada							
· Energética Águas da Pedra S.A.	116.345	-	(20.787)	29.544	-	-	125.102
Avaliadas ao custo							
· Outras participações	479	-	-	-	-	-	479
Sub-total	6.714.184	72.200	(79.556)	(850)	-	(15.744)	6.690.234
Provisão para perdas em investimentos							
· Complexo Eólico Pindaí I	(79.993)	-	-	-	(19.270)	-	(99.263)
· Complexo Eólico Pindaí II	(1.014)	-	-	-	-	-	(1.014)
· Complexo Eólico Pindaí III	(151)	-	-	-	-	-	(151)
· Energia Sustentável do Brasil S.A.	(410.638)	-	-	-	194.422	-	(216.216)
· Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	-	-	-	(105.045)	-	(105.045)
· Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	(34.740)	-	-	-	(3.329)	-	(38.069)
· Vamcruz I Participações S.A.	-	-	-	-	-	(7.028)	(7.028)
· Companhia Energética SINOP S.A.	(100.550)	-	-	-	(8.590)	-	(109.140)
Sub-total	(627.086)	-	-	-	58.188	(7.028)	(575.926)
Total	6.087.098	72.200	(79.556)	(850)	58.188	(22.772)	6.114.308

(*) A SPE foi incorporada em maio/2020.

(**) A SPE estava classificada em ativos não circulantes mantidos para venda em 31/12/2019 (nota 19).

22.3 – Incorporação TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

Em 04/02/2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou a incorporação da TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A. pela Companhia.

Em 12/05/2020, após a obtenção de todas as anuências necessárias por parte dos órgãos reguladores, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a Incorporação da Sociedade de Propósito Específico TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A. (“SPE”) pela Chesf.

Esta operação é mais uma ação da iniciativa “Racionalização das Participações Societárias”, que integra a diretriz estratégica “Eficiência de Geração e Transmissão” do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2020/2024 (“PDNG”), e que inclui incorporações, venda, troca de participações entre sócios e encerramentos de SPE’s, visando a simplificação das estruturas societárias do Sistema Eletrobras.

22.4 – Provisão/Reversão para perdas em investimentos

No exercício foi registrada reversão da provisão para perdas dos investimentos na SPE, Energia Sustentável do Brasil S.A., no montante de R\$ 194.422, e provisão nas SPEs, Interligação Elétrica do Madeira S.A., Companhia Energética SINOP S.A., Interligação Elétrica Garanhuns S.A. e do Complexo Eólico Pindaí I no montante de R\$ 136.234, decorrente de perdas por redução ao valor recuperável nas participações societárias em SPEs, derivado do menor valor, entre o valor contábil e o Preço Mínimo de Venda, conforme quadro abaixo:

SPE	Participação Societária	31/12/2019	Provisão/Reversão	Outros	31/12/2020
Complexo Eólico Pindaí I		(79.993)	(19.270)	-	(99.263)
Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A.	99,93%	(7.059)	(1.700)	-	(8.759)
Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A.	99,96%	(11.763)	(2.834)	-	(14.597)
Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A.	99,90%	(4.706)	(1.133)	-	(5.839)
Usina de Energia Eólica Caiçuru 2 Energia S.A.	99,96%	(11.763)	(2.834)	-	(14.597)
Usina de Energia Eólica Caiçuru 3 Energia S.A.	99,96%	(11.763)	(2.834)	-	(14.597)
Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A.	99,96%	(11.763)	(2.834)	-	(14.597)
Usina de Energia Eólica Corrupeço 3 Energia S.A.	99,96%	(11.764)	(2.834)	-	(14.598)
Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	(9.412)	(2.267)	-	(11.679)
Complexo Eólico Pindaí II		(1.014)	-	-	(1.014)
Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	(624)	-	-	(624)
Papagaio Energia S.A.	99,96%	(390)	-	-	(390)
Complexo Eólico Pindaí III		(151)	-	-	(151)
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	(151)	-	-	(151)
Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	(410.638)	194.422	-	(216.216)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	-	(105.045)	-	(105.045)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	(34.740)	(3.329)	-	(38.069)
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	-	-	(7.028)	(7.028)
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	(100.550)	(8.590)	-	(109.140)
TOTAL		(627.086)	58.188	(7.028)	(575.926)

22.5 - Equivalência Patrimonial

	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 31/12/2020	Equivalência Patrimonial
<u>Controladas</u>				
- Complexo Eólico Pindaí I	500.499	500.742	(7.834)	(7.834)
- Complexo Eólico Pindaí II	202.728	202.785	7.643	7.640
- Complexo Eólico Pindaí III	103.707	124.932	5.077	4.215
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	-	-	(4.082)
<u>Controladas em conjunto</u>				
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	254.183	518.740	142.116	69.637
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.841.413	9.207.068	(309.234)	(61.847)
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	792.705	3.235.531	49.125	12.035
- Manaus Construtora Ltda.	7.761	39.801	312	60
- Norte Energia S.A.	1.980.979	13.206.531	(860.393)	(129.059)
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	362.944	740.702	75.331	36.913
- Vamcruz I Participações S.A.	130.702	266.740	(4.372)	(2.142)
- Companhia Energética SINOP S.A.	387.032	1.579.720	179.876	44.070
<u>Coligada</u>				
- Energética Águas da Pedra S.A.	125.102	510.618	120.588	29.544
TOTAL	6.689.755	30.133.910	(601.766)	(850)

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 31/12/2020, exceto, STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. e Manaus Construtora Ltda., cujas demonstrações possuem data-base em 30/11/2020.

22.6 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

BALANÇO PATRIMONIAL

INVESTIDAS	2020								2019							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
Controladas																
- Complexo Eólico Pindaí I	39.741	8.672	539.420	587.833	8.976	78.115	500.742	587.833	66.467	-	456.000	522.467	13.887	-	508.580	522.467
- Complexo Eólico Pindaí II	28.481	4.205	189.643	222.329	3.055	16.489	202.785	222.329	18.129	-	180.384	198.513	3.580	-	194.933	198.513
- Complexo Eólico Pindaí III	13.283	3.044	116.845	133.172	1.149	7.091	124.932	133.172	9.943	-	112.080	122.023	2.169	-	119.854	122.023
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	148.505	564.507	75	713.087	22.304	179.306	511.477	713.087
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	71.250	374.528	85	445.863	26.658	266.535	152.670	445.863
Controladas em conjunto																
- STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	218.049	484.795	31.281	734.125	29.135	186.250	518.740	734.125	236.282	481.145	32.011	749.438	73.253	240.510	435.675	749.438
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	1.022.672	1.627.597	18.427.832	21.078.101	978.703	10.892.330	9.207.068	21.078.101	728.881	1.304.520	19.232.356	21.265.757	926.137	11.184.321	9.155.299	21.265.757
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	953.700	5.670.511	15.040	6.639.251	502.940	2.900.780	3.235.531	6.639.251	774.396	5.457.108	19.080	6.250.584	334.778	2.832.009	3.083.798	6.250.584
- Manaus Construtora Ltda.	61.011	27.710	-	88.721	1.853	47.067	39.801	88.721	30.426	58.548	-	88.974	2.418	47.067	39.489	88.974
- Norte Energia S.A.	1.796.877	640.385	42.083.938	44.521.200	1.957.228	29.357.442	13.206.531	44.521.200	1.137.958	783.634	43.279.924	45.201.515	4.412.115	26.722.478	14.066.922	45.201.515
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	113.221	1.005.331	2.681	1.121.233	71.093	309.438	740.702	1.121.233	117.714	1.068.564	2.974	1.189.252	56.211	371.072	761.969	1.189.252
- Vamcruz I Participações S.A.	45.115	53.225	417.738	516.078	56.304	193.034	266.740	516.078	-	-	-	-	-	-	-	-
- Companhia Energética SINOP S.A.	260.131	623.109	2.218.623	3.101.863	85.726	1.436.417	1.579.720	3.101.863	160.503	592.299	2.119.912	2.872.714	57.236	1.415.633	1.399.845	2.872.714
Coligada																
- Energética Águas da Pedra S.A.	155.175	25.981	631.781	812.937	110.604	191.715	510.618	812.937	111.396	28.372	656.075	795.843	95.088	225.882	474.873	795.843
Total	4.707.456	10.174.565	64.674.822	79.556.843	3.806.766	45.616.168	30.133.910	79.556.843	3.611.850	10.713.225	66.090.956	80.416.031	6.025.834	43.484.813	30.905.384	80.416.030

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 31/12/2020, exceto, STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. e Manaus Construtora Ltda., cujas demonstrações possuem data-base em 30/11/2020.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

INVESTIDAS	2020								2019							
	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício
Controladas																
- Complexo Eólico Pindaí I	37.343	(43.794)	(6.451)	(1.020)	(7.471)	(363)	-	(7.834)	2.405	(11.108)	(8.703)	(6.560)	(15.263)	-	-	(15.263)
- Complexo Eólico Pindaí II	25.726	(17.609)	8.117	363	8.480	(837)	-	7.643	4.208	(5.939)	(1.731)	322	(1.409)	-	-	(1.409)
- Complexo Eólico Pindaí III	15.223	(9.822)	5.401	46	5.447	(370)	-	5.077	2.985	(4.649)	(1.664)	155	(1.509)	-	-	(1.509)
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	28.323	12.010	40.333	(7.953)	32.380	(3.423)	811	29.768
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	56.966	(65.440)	(8.474)	(4.989)	(13.463)	(8.342)	-	(21.806)
Controladas em conjunto																
- STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	179.784	(21.167)	158.617	(1.667)	156.950	(32.740)	17.906	142.116	106.975	50.618	157.593	(6.876)	150.717	(39.278)	18.715	130.154
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	2.676.045	(2.357.493)	318.552	(782.908)	(464.356)	155.122	-	(309.234)	2.568.049	(1.750.297)	817.752	(969.429)	(151.677)	55.929	-	(95.748)
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	595.800	(217.085)	378.715	(329.602)	49.113	12	-	49.125	613.672	(82.867)	530.805	(148.807)	381.998	(110.411)	-	271.588
- Manaus Construtora Ltda.	7	(832)	(825)	1.604	779	(467)	-	312	-	(198)	(198)	1.437	1.239	(257)	-	982
- Norte Energia S.A.	4.402.647	(3.552.688)	849.959	(1.866.059)	(1.016.100)	155.707	-	(860.393)	4.506.807	(2.561.682)	1.945.125	(1.792.091)	153.034	189.387	-	342.421
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	115.375	(15.391)	99.984	(11.097)	88.887	(13.556)	-	75.331	93.126	(18.542)	74.584	(6.525)	68.059	2.984	3.415	74.458
- Vamcruz I Participações S.A.	58.058	(39.326)	18.732	(20.659)	(1.927)	(2.445)	-	(4.372)	-	-	-	-	-	-	-	-
- Companhia Energética SINOP S.A.	269.647	81.451	351.098	(116.697)	234.401	(54.525)	-	179.876	241.589	(395.056)	(153.467)	(24.052)	(177.519)	59.308	-	(118.211)
Coligada																
- Energética Águas da Pedra S.A.	265.599	(106.969)	158.630	(14.984)	143.646	(23.058)	-	120.588	277.371	(115.394)	161.977	(20.599)	141.378	(22.461)	-	118.917
Total	8.641.254	(6.300.726)	2.340.529	(3.142.680)	(802.152)	182.480	17.906	(601.766)	8.502.476	(4.948.543)	3.553.933	(2.985.967)	567.965	123.437	22.941	714.343

Obs.: Data-base das demonstrações financeiras 31/12/2020, exceto, STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. e Manaus Construtora Ltda., cujas demonstrações possuem data-base em 30/11/2020.

23 – IMOBILIZADO

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

23.1 - Imobilizado segregado por atividade

	Controladora		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2019 (%)	31/12/2020	31/12/2019
IFRS 16 - CPC 06			
Em serviço		2.122	2.122
Depreciação acumulada		(194)	(97)
Total		1.928	2.025
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.514.940	2.128.090
Depreciação acumulada		(1.016.309)	(1.353.672)
Imobilizações em curso		442.822	412.672
Impairment		(367.647)	(586.417)
Total da Geração		573.806	600.673
Administração			
Imobilizações em serviço	6,09%	1.309.727	1.240.497
Depreciação acumulada		(905.816)	(865.547)
Imobilizações em curso		257.967	237.827
Total da Administração		661.878	612.777
Total		1.237.612	1.215.475

	Consolidado		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2019 (%)	31/12/2020	31/12/2019
IFRS 16 - CPC 06			
Em serviço		9.987	2.122
Depreciação acumulada		(194)	(97)
Em curso		-	-
Total		9.793	2.025
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	2.395.955	2.128.090
Depreciação acumulada		(1.060.004)	(1.353.672)
Imobilizações em curso		442.822	1.141.432
Impairment		(367.647)	(586.417)
Total da Geração		1.411.126	1.329.433
Administração			
Imobilizações em serviço	6,09%	1.309.965	1.241.274
Depreciação acumulada		(905.847)	(865.850)
Imobilizações em curso		257.967	237.827
Total da Administração		662.085	613.251
Total		2.083.004	1.944.709

23.2 - Movimentação do Imobilizado

	Controladora							31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	
<u>IFRS 16 - CPC 06</u>								
Em serviço	2.122	-	-	-	-	-	-	2.122
Depreciação	(97)	-	-	(97)	-	-	-	(194)
Total IFRS 16	2.025	-	-	(97)	-	-	-	1.928
<u>Geração</u>								
Em serviço	2.128.090	-	(613.150)	-	-	-	-	1.514.940
Terrenos	505.406	-	-	-	-	-	(326.488)	178.918
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	5.333	409.273
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	6.987	254.951
Máquinas e equipamentos	970.591	-	(613.150)	-	-	-	314.128	671.569
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	40	229
Depreciação	(1.353.672)	-	381.147	(43.784)	-	-	-	(1.016.309)
Em curso	412.672	30.150	-	-	-	-	-	442.822
Impairment	(586.417)	-	-	-	-	218.770	-	(367.647)
Total Geração	600.673	30.150	(232.003)	(43.784)	-	218.770	-	573.806
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.240.497	-	(5.260)	-	74.490	-	-	1.309.727
Servidão	(8.026)	-	-	-	-	-	-	(8.026)
Terrenos	165.884	-	-	-	-	-	-	165.884
Edificações	260.748	-	-	-	-	-	-	260.748
Máquinas e equipamentos	709.863	-	(405)	-	53.606	-	-	763.064
Veículos	82.429	-	(4.553)	-	12.639	-	-	90.515
Móveis e utensílios	29.599	-	(302)	-	8.245	-	-	37.542
Depreciação	(865.547)	-	5.151	(45.420)	-	-	-	(905.816)
Em curso	237.827	61.471	-	-	(74.490)	-	33.159	257.967
Total Administração	612.777	61.471	(109)	(45.420)	-	-	33.159	661.878
Total	1.215.475	91.621	(232.112)	(89.301)	-	218.770	33.159	1.237.612

	Consolidado							
	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	31/12/2020
<u>IFRS 16 - CPC 06</u>								
Em serviço	2.122	8.101	(236)	-	-	-	-	9.987
Depreciação	(97)	-	-	(97)	-	-	-	(194)
Total IFRS 16	2.025	8.101	(236)	(97)	-	-	-	9.793
<u>Geração</u>								
Em serviço	2.128.090	80.896	(628.217)	-	815.186	-	-	2.395.955
Terrenos	505.405	-	-	-	-	-	(326.488)	178.917
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	5.333	409.273
Edificações	247.964	3.548	-	-	-	-	6.987	258.499
Máquinas e equipamentos	970.592	77.346	(628.217)	-	815.186	-	314.128	1.549.035
Móveis e utensílios	189	2	-	-	-	-	40	231
Depreciação	(1.353.672)	-	381.147	(87.479)	-	-	-	(1.060.004)
Em curso	1.141.320	116.576	-	-	(815.186)	-	-	442.710
Impairment	(586.417)	-	-	-	-	218.770	-	(367.647)
Total Geração	1.329.321	197.472	(247.070)	(87.479)	-	218.770	-	1.411.014
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.241.450	88	(5.728)	-	74.490	-	-	1.310.300
Servidão	(8.026)	-	-	-	-	-	-	(8.026)
Terrenos	165.885	-	-	-	-	-	-	165.885
Edificações	260.797	-	(205)	-	-	-	-	260.592
Máquinas e equipamentos	709.995	27	(421)	-	53.606	-	-	763.207
Veículos	82.429	-	(4.553)	-	12.639	-	-	90.515
Móveis e utensílios	30.370	61	(549)	-	8.245	-	-	38.127
Depreciação	(865.967)	23	5.212	(45.391)	-	-	-	(906.123)
Em curso	237.880	61.471	-	-	(74.490)	-	33.159	258.020
Total Administração	613.363	61.582	(516)	(45.391)	-	-	33.159	662.197
<u>Obrigações especiais</u>	(86.588)	-	-	-	-	-	-	(86.588)
Total	1.944.709	267.155	(247.822)	(132.967)	-	218.770	33.159	2.083.004

	Controladora								
	31/12/2018	Adoção Inicial IFRS 16 01/01/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	Incorporação SPE	31/12/2019
IFRS 16 - CPC 06									
Em serviço	-	2.122	-	-	-	-	-	-	2.122
Depreciação	-	-	-	-	(97)	-	-	-	(97)
Total IFRS 16	-	2.122	-	-	(97)	-	-	-	2.025
Geração									
Em serviço	2.130.031	-	-	(1.941)	-	-	-	-	2.128.090
Terrenos	507.347	-	-	(1.941)	-	-	-	-	505.406
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.591	-	-	-	-	-	-	-	970.591
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.297.154)	-	-	498	(57.016)	-	-	-	(1.353.672)
Em curso	399.707	-	37.166	-	-	-	(24.271)	70	412.672
Impairment	(661.394)	-	-	-	-	74.977	-	-	(586.417)
Total Geração	571.190	-	37.166	(1.443)	(57.016)	74.977	(24.271)	70	600.673
Administração									
Em serviço	1.254.172	-	-	(1.356)	-	-	(12.319)	-	1.240.497
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	(12.319)	-	(8.026)
Terrenos	165.884	-	-	-	-	-	-	-	165.884
Edificações	260.748	-	-	-	-	-	-	-	260.748
Máquinas e equipamentos	710.029	-	-	(166)	-	-	-	-	709.863
Veículos	83.390	-	-	(961)	-	-	-	-	82.429
Móveis e utensílios	29.828	-	-	(229)	-	-	-	-	29.599
Depreciação	(818.652)	-	-	1.285	(48.180)	-	-	-	(865.547)
Em curso	185.824	-	57.484	-	-	-	(5.481)	-	237.827
Total Administração	621.344	-	57.484	(71)	(48.180)	-	(17.800)	-	612.777
Total	1.192.534	2.122	94.650	(1.514)	(105.293)	74.977	(42.071)	70	1.215.475

	Consolidado								
	31/12/2018	Adoção Inicial IFRS 16 01/01/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	Ajustes de consolidação	31/12/2019
IFRS 16 - CPC 06									
Em serviço	-	2.122	-	-	-	-	-	-	2.122
Depreciação	-	-	-	-	(97)	-	-	-	(97)
Total IFRS 16	-	2.122	-	-	(97)	-	-	-	2.025
Geração									
Em serviço	2.130.031	-	-	(1.941)	-	-	-	-	2.128.090
Terrenos	507.346	-	-	(1.941)	-	-	-	-	505.405
Reservatórios, barragens e adutoras	403.940	-	-	-	-	-	-	-	403.940
Edificações	247.964	-	-	-	-	-	-	-	247.964
Máquinas e equipamentos	970.592	-	-	-	-	-	-	-	970.592
Móveis e utensílios	189	-	-	-	-	-	-	-	189
Depreciação	(1.297.154)	-	-	498	(57.016)	-	-	-	(1.353.672)
Em curso	1.046.784	-	119.999	(1.192)	-	-	(24.271)	-	1.141.320
Impairment	(661.394)	-	-	-	-	74.977	-	-	(586.417)
Total Geração	1.218.267	-	119.999	(2.635)	(57.016)	74.977	(24.271)	-	1.329.321
Administração									
Em serviço	1.254.758	-	128	(1.356)	-	-	(12.319)	239	1.241.450
Servidão	4.293	-	-	-	-	-	(12.319)	-	(8.026)
Terrenos	165.885	-	-	-	-	-	-	-	165.885
Edificações	260.797	-	-	-	-	-	-	-	260.797
Máquinas e equipamentos	710.076	-	7	(166)	-	-	-	78	709.995
Veículos	83.390	-	-	(961)	-	-	-	-	82.429
Móveis e utensílios	30.317	-	121	(229)	-	-	-	161	30.370
Depreciação	(818.860)	-	-	1.285	(48.253)	-	-	(139)	(865.967)
Em curso	185.877	-	57.484	-	-	-	(5.481)	-	237.880
Total Administração	621.775	-	57.612	(71)	(48.253)	-	(17.800)	100	613.363
Total	1.840.042	2.122	177.611	(2.706)	(105.366)	74.977	(42.071)	100	1.944.709

23.3 - Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 02/06/2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
Administração central	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

23.4 – Teste de recuperabilidade de ativos - Impairment

A administração da Companhia avaliou em setembro/2020 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste período, a Companhia realizou teste de *impairment*, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,11% (6,75% para o período de fruição de benefício fiscal) para os empreendimentos de geração não renovados.

A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma reversão de provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no montante de R\$ 218.770 (provisão de R\$ 74.977, em 2019),

considerando a baixa dos ativos da UTE Camaçari em decorrência do reconhecimento do contrato de arrendamento, conforme demonstrado abaixo:

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Imobilizado (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment em 2020	Impairment em 2019
Geração					
Casa Nova A	2036	190.304	6,11%	53.130	-
Casa Nova II	2036	155.931	6,11%	(32.662)	(30.569)
Casa Nova III	2036	139.554	6,11%	(25.730)	(21.177)
UTE Camaçari	2027	247.050	6,11%	224.032	(23.231)
Total		732.839		218.770	(74.977)

24 – INTANGÍVEL

24.1 - Intangível segregado por natureza e atividade

	Controladora				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração	20,00%	131.492	(109.055)	22.437	20.940
		131.492	(109.055)	22.437	20.940
Em curso					
Geração		21.535	-	21.535	21.452
Administração		72.859	-	72.859	80.799
		94.394	-	94.394	102.251
Total		225.886	(109.055)	116.831	123.191

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração	20,00%	132.033	(109.070)	22.963	21.005
		132.033	(109.070)	22.963	21.005
Em curso					
Geração		21.535	-	21.535	21.452
Administração		72.859	-	72.859	100.049
		94.394	-	94.394	121.501
Total		226.427	(109.070)	117.357	142.506

24.2 - Movimentação do Intangível

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2019	Adições	Amortização	Transferência entre contas	31/12/2020
Geração						
Em curso		21.452	83	-	-	21.535
Total geração		21.452	83	-	-	21.535
Administração						
Em serviço	20,0%					
Software		125.408	-	-	6.084	131.492
Amortização		(104.468)	-	(4.587)	-	(109.055)
Em curso		80.799	31.303	-	(39.243)	72.859
Total administração		101.739	31.303	(4.587)	(33.159)	95.296
Total Intangível		123.191	31.386	(4.587)	(33.159)	116.831

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado					
		31/12/2019	Adições	Amortização	Baixas	Transferência entre contas	31/12/2020
Geração							
Em curso		21.452	83	-	-	-	21.535
Total geração		21.452	83	-	-	-	21.535
Administração							
Em serviço	20,0%						
Software		125.475	7.950	-	(7.476)	6.084	132.033
Amortização		(104.470)	-	(4.600)	-	-	(109.070)
Em curso		100.049	31.303	-	(19.250)	(39.243)	72.859
Total administração		121.054	39.253	(4.600)	(26.726)	(33.159)	95.822
Total Intangível		142.506	39.336	(4.600)	(26.726)	(33.159)	117.357

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência entre contas	31/12/2019
Geração						
Em serviço		-	-	-	21.452	21.452
Total Geração		-	-	-	21.452	21.452
Não vinculadas a concessão						
Em serviço	20,0%					
Software		113.088	-	-	12.320	125.408
Amortização		(96.355)	-	(8.113)	-	(104.468)
Em curso		59.882	15.437	-	5.480	80.799
Total da Administração		76.615	15.437	(8.113)	17.800	101.739
Total Intangível		76.615	15.437	(8.113)	39.252	123.191

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência entre contas	31/12/2019
Geração						
Em serviço		-	-	-	21.452	21.452
Total Geração		-	-	-	21.452	21.452
<u>Não vinculadas a concessão</u>						
Em serviço						
Software	20,0%	113.155	-	-	12.320	125.475
Amortização		(96.356)	-	(8.114)	-	(104.470)
Em curso		79.132	15.437	-	5.480	100.049
Total da Administração		95.931	15.437	(8.114)	17.800	121.054
Total Intangível		95.931	15.437	(8.114)	39.252	142.506

25 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços	285.254	353.096	289.630	363.660
Encargos de uso da rede elétrica:				
Eletronorte	6.007	4.645	6.007	4.645
CGT - Eletrosul	3.072	3.205	3.072	3.205
Furnas	10.223	8.407	10.223	8.407
Outros	36.268	43.856	36.268	43.856
Total	340.824	413.209	345.200	423.773

26 – TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
IRPJ - retenção	8.965	445.987	9.660	445.976
CSLL - retenção	4.989	270.051	5.432	270.162
Cofins	52.404	24.375	53.305	25.653
ICMS	12.392	18.894	12.393	18.958
INSS	24.908	26.834	25.013	27.108
PIS/Pasep	11.377	4.916	11.563	5.182
IRRF	25.429	17.763	25.507	18.024
FGTS	391	29.504	409	29.536
Outros	8.543	7.427	8.630	7.625
	149.398	845.751	151.912	848.224
<u>Não Circulante</u>				
Cofins	-	-	-	28.467
PIS/Pasep	-	-	-	6.186
	-	-	-	34.653
Total	149.398	845.751	151.912	882.877

27- FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

27.1 - Composição:

	Controladora									
	31/12/2020					31/12/2019				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Instituições financeiras										
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	5	17.242	17.247	-	17.247
Banco do Nordeste	-	28.495	28.495	423.610	452.105	3.137	27.872	31.009	224.547	255.556
Caixa Econômica Federal	67	37.500	37.567	-	37.567	368	50.000	50.368	37.500	87.868
BNDES	1.169	70.502	71.671	331.957	403.628	1.267	67.279	68.546	375.064	443.610
SAFRA	31.694	58.606	90.300	119.981	210.281	23.517	21.413	44.930	178.587	223.517
Total	32.930	195.103	228.033	875.548	1.103.581	28.294	183.806	212.100	815.698	1.027.798

	Consolidado									
	31/12/2020					31/12/2019				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Instituições financeiras										
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	5	17.242	17.247	-	17.247
Banco do Nordeste	-	28.495	28.495	423.610	452.105	3.137	34.052	37.189	373.388	410.577
Caixa Econômica Federal	67	37.500	37.567	-	37.567	368	50.000	50.368	37.500	87.868
BNDES	1.169	70.502	71.671	331.957	403.628	1.267	67.279	68.546	375.064	443.610
SAFRA	31.694	58.606	90.300	119.981	210.281	23.517	21.413	44.930	178.587	223.517
Total	32.930	195.103	228.033	875.548	1.103.581	28.294	189.986	218.280	964.539	1.182.819

- **Banco do Brasil**

O empréstimo contratado em 2013, no montante de R\$ 500.000, com juros de 115% da taxa média do CDI, destinado ao financiamento do capital de giro da Companhia e garantido por aval corporativo da Eletrobras, foi totalmente amortizado em fevereiro/2020.

Após amortização de 50% da dívida relativa a este contrato, foi celebrado, em março/2017, um aditivo contratual com o intuito de estabelecer novo período de carência e reescalonamento do prazo para amortização.

Após a celebração do aditivo, o empréstimo passou a ser amortizado em 29 parcelas mensais, sendo a primeira em outubro/2017. Devido ao reescalonamento, o Banco alterou os juros para 135% da taxa média do CDI.

Todas as cláusulas para evitar o vencimento antecipado do contrato foram cumpridas pela Companhia.

- **Banco do Nordeste**

O saldo de R\$ 452.105, com o Banco do Nordeste é composto pelos contratos discriminados abaixo:

- Contrato de Financiamento Nº 44.2017.10631.6994

Em julho de 2017 foi contratado junto ao Banco do Nordeste financiamento no valor de R\$ 158.420 mil, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), voltado às Usinas Eólicas Casa Nova II e III. O valor total desembolsado foi de R\$ 157.132, no qual incidem juros devidos à taxa efetiva de 10,14% a.a. (com bônus de adimplência de 15%). Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais e está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios. O saldo de principal e encargos atual deste contrato é de R\$ 168.032 mil.

- Contrato de Financiamento Nº 44.2018.10411.9120

Em 2018 foi contratado junto ao Banco do Nordeste financiamento de R\$ 155.000 mil, voltado para reforços e melhorias de transmissão, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Em novembro de 2019 ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 73.200 mil e, em setembro de 2020, o segundo, no valor de R\$ 48.551 mil. Restando um saldo a desembolsar de R\$ 34.066 mil.

Do valor contratado, R\$ 115.799 mil (desembolsados R\$ 90.879 mil) são vinculados aos empreendimentos situados em municípios classificados como prioritários pelo Banco; e R\$ 40.019 mil (desembolsados R\$ 30.872 mil), para empreendimentos situados em outros municípios.

As taxas destes montantes também são classificadas conforme a localização dos municípios sendo, respectivamente, 2,7382% a.a. (municípios prioritários) e 3,3467% a.a. para os demais, ambas com bônus de adimplência de 15% e multiplicadas pelo Fator de Atualização Monetária (FAM), conforme metodologia definida no art. 2º da Resolução CMN nº 4.622, de 02 de janeiro de 2018.

Este contrato será amortizado em 132 (cento e trinta e duas) parcelas mensais e está garantido por cessão fiduciária de conta-reserva, vinculação e centralização de recebíveis, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios. O saldo de principal e encargos atual deste contrato é de R\$ 126.997 mil.

- Contratos de Financiamento Nº 44.2010.3284.4926 e Nº 44.2012.3697.7181

Com a incorporação da Sociedade de Propósito Específico – SPE Transmissora Delmiro Gouveia S.A. – TDG ocorrida em maio deste ano, a Chesf assumiu as dívidas da empresa referentes aos dois contratos de financiamento celebrados junto ao BNB. Para o contrato Nº 44.2010.3284.4926 que se encerra em maio de 2031, o saldo de principal e juros é de R\$ 50.802 mil e incidem juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15% e 25%. Para o contrato Nº 44.2012.3697.7181, cujo prazo final é em outubro de 2032, o saldo é de R\$ 106.274 mil e incidem juros de 2,94% a.a. com bônus de adimplência de 15%. Estes financiamentos possuem garantia fundo de liquidez em conta-reserva, penhor em segundo grau de direitos emergentes e cessão de direitos creditórios.

Em função da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) e de seus impactos na economia, o Banco Central do Brasil - BACEN emitiu a Resolução nº 4.798 de 06 de abril de 2020. Conforme Artigo 2º da referida Resolução, foram suspensas por até 12 (doze) meses as parcelas vencidas e vincendas até 31/12/2020, com eventual acréscimo ao vencimento final da operação, para as operações não rurais, adimplentes ou com atraso de até 90 (noventa) dias na data da publicação desta Resolução, de responsabilidade dos beneficiários dos Fundos Constitucionais de Financiamento que forem impactados em decorrência do estado de calamidade pública reconhecido por ato do Poder Executivo.

Devido ao fato de os contratos mencionados acima terem sido enquadrados na referida resolução, o Banco do Nordeste suspendeu de forma automática, durante o período de maio a dezembro de 2020, o pagamento das parcelas de amortização e encargos desses contratos.

No primeiro semestre de 2020 foram quitados os financiamentos do BNB, cujos juros eram de 10% a.a. (com bônus de adimplemento de 25%) e de 4,5% a.a.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida neste instrumento de crédito, salvo por exigência legal;
- b) Vier a ser declarada impedida, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, especialmente através de políticas de contingenciamento de crédito para o setor público indireto;
- c) Contratar com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento constante neste instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo banco;
- d) Incluir em acordo societário ou no estatuto social da creditada, ou da empresa que a controla, dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação de crédito;
- e) Não efetuar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência, a cobertura de quaisquer insuficiências de recursos na conta reserva no banco, observados os termos da cláusula décima quarta - garantias - item "b" deste instrumento;
- f) Gerar insuficiências na conta reserva, ainda que cobertas dentro do prazo previsto no item "e" retro, em patamares superiores a 03 (três) ocorrências, a cada período de 12 (doze) meses;
- g) Pedir recuperação judicial ou extrajudicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Caixa Econômica Federal**

Saldo de R\$ 37.567 (R\$ 87.868, em 2019), com juros de 140% da taxa média diária do CDI, e será amortizado em 60 (sessenta) meses, sendo: (a) Carência: de 12 (doze) meses, com pagamento mensal dos juros; e (b) Amortização: 48 (quarenta e oito) meses, com pagamento mensal de parcela de juros e amortização.

Os empréstimos junto a Caixa Econômica Federal foram destinados à constituição de capital de giro. Estão garantidos por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei aqueles estabelecidos em contrato, tais como:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente;

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **BNDES**

O saldo de principal e encargos é de R\$ 403.628 (R\$ 443.610, em 2019). Deste saldo, R\$ 297.736 (R\$ 302.349, em 2019) referem-se a créditos oriundos do FINEM no qual incidem juros de 3,28% a.a. acima da TJLP, pagos mensalmente para os subcréditos A e B do contrato 1148.1 e subcrédito A do contrato 1149.1. A outra parte do saldo no montante de R\$ 102.978 (R\$ 138.258, em 2019) refere-se à créditos da linha FINAME aonde incidem juros de 3,5% a.a., pagos mensalmente para o subcrédito C do contrato 1148.1 e subcrédito B do contrato 1149.1. Por fim, para o saldo de R\$ 2.914 referente ao subcrédito social, cujo primeiro desembolso ocorreu em 2019, incide juros atrelados apenas à TJLP a.a., pagos mensalmente para o subcrédito D do contrato 1148.1 e subcrédito C do contrato 1149.1. Os Contratos foram firmados em 2013, com liberações de recursos a partir de 2015, após a redefinição das garantias a serem prestadas pela Companhia em favor do banco.

Os financiamentos junto ao BNDES destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Companhia, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras.

O aporte mais recente ocorreu em 26/12/2019, quando a Companhia recebeu R\$ 3.000 referentes à linha de crédito social. O recurso tem sido utilizado na implementação do Projeto Lagos do São Francisco, por meio de um Convênio celebrado com a EMBRAPA Semiárido, a qual desempenha o papel de executora do referido programa.

Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

Com base na Resolução BACEN nº 4.782, de 16/03/2020, e agindo em alinhamento com as políticas do Governo Federal, o BNDES lançou um pacote de medidas emergenciais de apoio à manutenção de capacidade produtiva, emprego e renda, oferecendo a seus clientes a possibilidade de suspensão do pagamento de juros remuneratórios e principal por 6 (seis) meses nas operações de crédito contratadas (standstill).

No intuito de possibilitar maior liquidez financeira à empresa e amenizar os possíveis impactos da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a Companhia solicitou a adesão dos contratos de financiamento à operação de standstill.

O BNDES autorizou a referida suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios, de 15/05/2020 até 15/10/2020, com capitalização no saldo devedor, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, no âmbito dos Contratos de Financiamento mediante Abertura de

Crédito nº 13.2.1148.1 e nº 13.2.1149.1, e respectivos subcréditos, à exceção daqueles vinculados à linha FINAME PSI, firmados com a Companhia, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros dos Contratos.

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente a dívida, com a exigibilidade e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Décima Primeira;
- b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente Contrato, no "Contrato de Garantia" referido na Cláusula Nona ou no "Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças" referido no inciso XXVIII da Cláusula Décima Primeira;
- d) a falsidade da declaração firmada pela BENEFICIÁRIA na Cláusula Oitava (Garantia da Operação) que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES;
- e) a constituição sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES na Cláusula Oitava (Garantia da Operação); ou
- f) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente CONTRATO e no CONTRATO de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no caput da Cláusula Oitava (Garantia da Operação);
- g) aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Banco Safra**

Saldo de R\$ 210.281 (R\$ 223.517, em 2019) referente à Cédula de Crédito Bancário – CCB contratada junto ao Banco Safra S.A., com juros de CDI + 2,49% ao ano.

Empréstimo contratado em agosto de 2018 no montante de R\$ 200.000, com juros de CDI + 2,49% ao ano, prazo de 72 (setenta e dois) meses, sendo 24 (vinte e quatro) meses de carência do principal e dos juros, destinado ao financiamento do capital de giro da Companhia, garantido pela cessão fiduciária de recebíveis de Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVEs.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil Brasileiro.
- b) Se não realizarem, na respectiva data de vencimento, qualquer pagamento de sua responsabilidade, decorrente da presente Cédula.
- c) Se tiver(em) sua falência, insolvência civil (concurso de credores), recuperação judicial ou extrajudicial requerida(s), deferida(s) ou decretada(s).
- d) Se qualquer autorização governamental necessária ao cumprimento de qualquer obrigação decorrente desta Cédula for suspensa ou revogada.
- e) Se, sem o expresse consentimento do SAFRA sofrer(em), durante a vigência desta Cédula, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou qualquer outro tipo de reorganização ou transformação societária.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

27.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IPCA	126.997	73.481	126.997	73.481
CDI	247.848	328.632	247.848	328.632
TJLP	300.651	305.352	300.651	305.352
Sem indexador	428.085	320.333	428.085	320.333
Outros	-	-	-	155.021
Total	1.103.581	1.027.798	1.103.581	1.182.819
Principal	1.070.651	999.504	1.070.651	1.154.525
Encargos	32.930	28.294	32.930	28.294
Total	1.103.581	1.027.798	1.103.581	1.182.819

27.3 – Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 875.548 (R\$ 815.698, em 2019), tem seus vencimentos assim programados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	186.720	-	187.422
2022	152.013	141.717	152.013	147.899
2023	144.263	133.538	144.263	275.495
2024	96.511	84.784	96.511	84.784
Após 2024	482.761	268.939	482.761	268.939
Total Não Circulante	875.548	815.698	875.548	964.539

27.4- Mutação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora e Consolidado			
	Circulante			Não Circulante Principal
	Encargos	Principal	Total	
Saldo em 31/12/2018	11.277	544.444	555.721	942.480
Ingressos	-	-	-	98.540
Provisão de Encargos	88.951	-	88.951	-
Varição monetária	-	(2.218)	(2.218)	1.281
Transferências	-	226.603	226.603	(226.603)
Amortizações/pagamentos	(71.934)	(585.023)	(656.957)	-
Saldo em 31/12/2019	28.294	183.806	212.100	815.698
Ingressos	-	-	-	48.551
Incorporação - SPE	-	-	-	151.957
Encargos transferidos para longo prazo	-	-	-	33.183
Provisão de Encargos	69.568	-	69.568	-
Transferências	-	173.841	173.841	(173.841)
Amortizações/pagamentos	(64.932)	(162.544)	(227.476)	-
Saldo em 31/12/2020	32.930	195.103	228.033	875.548

27.5– Garantias

A Companhia participa, sem custo ou recebimento de remuneração, na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/12/2020 (*)	Projeção do Saldo Devedor			Término da Garantia
						2021	2022	Após 2022	
UHE Sinop	Debêntures	SPE	24,5%	57.820	66.703	68.219	68.893	68.244	15/06/2032
Total				57.820	66.703	68.219	68.893	68.244	

(*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE.

28 – DEBÊNTURES

	Controladora					
	Taxa de Juros	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures	IPCA + 7,0291% a.a.	15/01/2029	11.224	137.991	10.923	139.399

A controlada Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., emitiu 168.000 debêntures, simples, Série Única, no valor unitário de R\$ 1.000,00, tendo sido totalmente integralizadas, com vencimento em 15/01/2029. Os recursos líquidos captados deverão ser aplicados nos projetos da controlada, objetos da Portaria nº 144 de 29/04/2016, e Portaria nº 18, de 02/02/2017, ambas do Ministério de Minas e Energia, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431, do Decreto nº 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27/01/2011.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado são:

- Não pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do respectivo vencimento;
- Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora, ou o requerimento de falência relativo à Emissora formulado por terceiros, desde que não tenha sido elidido no prazo legal;
- Extinção da concessão para executar os Projetos objeto do Contrato de Concessão bem como perda definitiva da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a operação e manutenção de instalações de transmissão localizadas nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, objeto do Contrato de Concessão;
- Transformação da Emissora em outro tipo societário;
- Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora, independentemente do deferimento ou não pelo juízo;
- Redução do capital social da Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, titulares de, no mínimo: (a) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) maioria das Debêntures em Circulação, no caso do item “b” somente enquanto Índice de Capital Próprio, definido pela relação “Patrimônio Líquido”/“Ativo Total” da Emissora for igual ou superior a 30% (trinta por cento);
- Não atendimento, pela Emissora, por 2 (dois) anos seguidos ou 3 (três) anos intercalados, do ICSD mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), independentemente da realização de depósitos na Conta Complementação do ICSD (conforme definido abaixo) em cada um dos exercícios. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas referentes ao ano civil anterior.

Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações inerentes ao processo de emissão das debêntures foram outorgados em 31/03/2017 Contratos de Garantia:

- Contrato de Cessão Fiduciária, onde a Companhia oferece todos os direitos creditórios presentes e futuros, em decorrência do seu Contrato de Concessão nº 008/2011.
- Contrato de Alienação Fiduciária, onde a Companhia oferece todas as ações representativas do seu capital social de titularidade das Acionistas, já subscritas e as que venham a ser subscritas em data posterior a assinatura deste contrato.

As debêntures serão amortizadas em doze anos com parcelas semestrais, sendo a primeira em setembro de 2017 e a última em janeiro de 2029, o saldo devedor é atualizado pela variação do índice Nacional de Preço ao Consumidor – IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com Spread de 7,0291% ao ano, devidos desde a data da integralização até a data do efetivo pagamento.

28.1 – Vencimento das parcelas do passivo não circulante:

Controladora e Consolidado			
Ano	Principal	Custos de transação	Total
2021			-
2022	12.477	(679)	11.798
2023	16.316	(888)	15.428
2024	17.275	(940)	16.335
Após 2024	99.862	(5.432)	94.430
Total	145.930	(7.939)	137.991

28.2 – Mutações das debêntures:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2018	152.133
Provisão de Juros e Variação Monetária	16.649
Pagamento de juros	(10.934)
Amortização de principal	(8.124)
Custos de transação apropriado	598
Saldo em 31/12/2019	150.322
Provisão de Juros e Variação Monetária	17.542
Pagamento de juros	(10.755)
Amortização de principal	(8.386)
Custos de transação apropriado	492
Saldo em 31/12/2020	149.215

29 – OUTRAS PROVISÕES OPERACIONAIS

Refere-se à participação nos lucros e resultados (PLR) calculada conforme as métricas de termos de pactuação firmado entre as empresas do Sistema Eletrobras e as entidades sindicais

30 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contribuições sociais	27.375	32.684	27.472	32.952
Férias	40.502	51.318	71.126	90.288
Gratificação de férias	30.376	38.502	-	-
Outros	6.223	-	6.257	259
Total	104.510	122.504	104.855	123.499

31 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO DE PESSOAL

Controladora e Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Provisão plano de saúde	122.420	105.700
	122.420	105.700
Não Circulante		
Provisão plano de saúde	57.506	113.048
	57.506	113.048
TOTAL	179.926	218.748

31.1 - Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV – Plano de Saúde

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderiram ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

31.2 - Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE

Aos empregados participantes do PAE, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

31.3 - Plano de Demissão Consensual – PDC

Aos empregados participantes do PDC, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Demissão Consensual – PDC, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

31.4 - Plano de Demissão Consensual 2019 – PDC

Aos empregados participantes do PDC, e a seu grupo familiar, será assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, por um período de 36 (trinta e seis) meses, a partir da data de seu desligamento. Esse é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Demissão Consensual – PDC, e aos seus respectivos dependentes inscritos no Plano de Assistência Patronal – PAP, com participação da Chesf, no momento do desligamento.

32 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2020.

PLANO PREVIDENCIÁRIO

• Características Básicas

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios Definido, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano de Benefícios Saldados.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Benefícios Saldados o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

• Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/2020			31/12/2019		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Participantes ativos						
Participantes - nº	10	456	2.936	11	704	3.350
Participantes Ativos BPD	-	6	38	-	-	-
Idade Média (anos)	63,84	62,98	48,23	63,24	65,28	48,85
Salário Médio em R\$	13.518,53	2.150,31	13.903,78	12.000,47	1.911,81	13.194,09
Aposentados						
Participantes Aposentados - nº	3.815	1.595	2.501	3.963	1.439	959
Participantes Inativos BPD	-	9	43	-	-	-
Idade Média	76,03	67,23	65,52	75,23	66,63	65,29
Benefício em Médio R\$	5.760,75	3.992,63	5.994,04	5.466,82	3.964,92	5.395,82
Pensionistas						
Números de pensões	1.844	203	348	1.812	186	186
Idade Média	72,68	62,88	61,43	72,06	62,07	60,59
Benefício Médio em R\$	2.397,50	1.449,21	3.062,68	2.191,76	1.315,91	2.926,02
População Total	5.669	2.254	5.785	5.786	2.329	4.495

SEGURO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS

	2020		
	BD	BS	CD
Hipóteses Econômicas			
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,69%	3,09%	3,18%
Projeção de aumento médio dos salários	0,25%	N/A	0,25%
Projeção de aumento médio dos benefícios	Nula	Nula	Nula
Taxa média de inflação anual	3,27%	3,27%	3,27%
Hipóteses Demográficas			
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 30%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 30%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 Segregada por sexo	AT- 49 Segregada por sexo	AT- 49 Segregada por sexo
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas desagravada em 50%	Alvaro Vindas desagravada em 50%	Alvaro Vindas desagravada em 50%

	2019		
	BD	BS	CD
Hipóteses Econômicas			
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	2,69%	3,20%	3,24%
Projeção de aumento médio dos salários	1,50%	N/A	1,50%
Projeção de aumento médio dos benefícios	Nula	Nula	Nula
Taxa média de inflação anual	3,68%	3,68%	3,68%
Hipóteses Demográficas			
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	3,16%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Basic suavizada em 5%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 30%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 30%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 Segregada por sexo	AT- 49 Segregada por sexo	AT- 49 Segregada por sexo
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2020

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	31/12/2020			
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	3.920.534	1.476.588	2.080.528	7.477.650
Custo de juros	252.742	99.959	143.442	496.143
Custo do serviço corrente	127	-	801	928
Benefícios pagos pelo plano	(351.863)	(97.599)	(190.360)	(639.822)
Reembolso do serviço corrente	(188)	-	-	(188)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	162	-	-	162
(Ganhos)/Perdas atuariais	1.303.955	433.050	1.105.040	2.842.045
Obrigação de benefício definido no final do ano	5.125.469	1.911.998	3.139.451	10.176.918
RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DO ATIVO DO PLANO				
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	2.495.323	1.505.967	1.607.847	5.609.137
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	161.585	102.009	110.266	373.860
Contribuição paga pela empresa	136.428	3.735	-	140.163
Contribuição de participante	162	-	-	162
Benefício pago pelo plano	(351.863)	(97.599)	(190.360)	(639.822)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	517.688	106.524	397.961	1.022.173
Valor justo do ativo do plano no final do ano	2.959.323	1.620.636	1.925.714	6.505.673

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2019

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	31/12/2019				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	3.331.950	1.340.528	1.323.323	49.782	5.501.769
Custo de juros	275.607	116.923	66.979	3.166	462.675
Custo do serviço corrente	120	-	2.848	-	2.968
Benefícios pagos pelo plano	(333.958)	(146.404)	(181.793)	-	(662.155)
Reembolso do serviço corrente	(215)	-	-	-	(215)
Contribuições normais e extraordinárias dos participantes ativos	179	-	-	-	179
(Ganhos)/Perdas atuariais	646.851	165.541	869.171	(23.701)	1.657.862
Obrigação de benefício definido no final do ano	3.920.534	1.476.588	2.080.528	29.247	6.963.083
RECONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DO ATIVO DO PLANO					
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	2.397.811	1.442.007	1.238.905	-	4.934.573
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	200.979	126.017	94.680	-	421.676
Contribuição paga pela empresa	135.834	3.271	-	-	139.105
Contribuição de participante	179	-	-	-	179
Benefício pago pelo plano	(333.958)	(146.404)	(181.793)	-	(662.155)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	94.478	81.076	333.787	-	509.341
Valor justo do ativo do plano no final do ano	2.495.323	1.505.967	1.485.579	-	5.486.869

ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

Categorias de Ativo	31/12/2020			31/12/2019		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Disponível	165	29	233	70	65	387
Realizável	262.046	29.520	73.791	252.927	26.558	63.403
Renda fixa	2.306.055	1.524.529	3.117.128	1.854.632	1.404.377	3.326.527
Renda variável	329.390	24.252	638.570	344.833	31.569	458.736
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	116
Investimentos estruturados	127.306	41.754	153.983	67.724	31.537	58.517
Investimentos imobiliários	43.182	9.346	29.424	51.711	15.165	5.551
Empréstimos e financiamentos	153.852	30.189	123.219	141.672	30.938	134.494
(-) Exigíveis Previdenciários	(34.761)	(5.295)	(16.882)	(22.382)	(26.505)	(11.092)
(-) Exigível Contingencial	(147.255)	-	-	(134.581)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(28.042)	(7.892)	(10.396)	(25.540)	(7.737)	(9.973)
(-) Fundo previdencial	-	-	(19.777)	-	-	(28.990)
(-) Fundo Administrativo	(52.615)	(25.796)	(42.736)	(35.743)	-	(35.894)
Saldo de contas - Patrocinador	-	-	(950.510)	-	-	(1.061.234)
Saldo de contas - Participante	-	-	(1.170.333)	-	-	(1.292.702)
Valor justo dos ativos do plano	2.959.323	1.620.636	1.925.714	2.495.323	1.505.967	1.607.846

FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2020		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	351.400	92.615	113.568
De 1 ano a 2 anos:	702.487	187.040	226.746
De 2 anos a 5 anos:	700.688	188.287	226.125
Acima de 5 anos:	2.587.684	936.132	1.482.755
Total dos pagamentos esperados pelo Plano:	4.342.259	1.404.074	2.049.194

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS-EMPREGO

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Planos de saúde (PAE/PDC)	Total
Saldo em 31/12/2018	1.040.927	-	-	49.782	-	1.090.709
Custo dos Juros e do Serviço	74.532	(129)	2.848	3.166	-	80.417
Pagamentos	(117.468)	-	-	-	-	(117.468)
Ajuste atuarial	427.220	129	469.834	(23.702)	(184.674)	688.807
Saldo em 31/12/2019	1.425.211	-	472.682	29.246	(184.674)	1.742.465
Custo dos Juros e do Serviço	91.096	-	33.976	-	-	125.072
Pagamentos	(136.428)	-	-	-	-	(136.428)
Ajuste atuarial	786.267	291.362	707.080	(29.246)	184.674	1.940.137
Saldo em 31/12/2020	2.166.146	291.362	1.213.738	-	-	3.671.246

CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2020			
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO				
Custo do serviço	127	-	801	928
Custo dos juros	91.157	-	33.175	124.332
Contribuição de participantes	(188)	-	-	(188)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO	91.096	-	33.976	125.072

	Exercício de 2019				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do serviço	120	-	2.848	-	2.968
Custo dos juros	74.628	(9.094)	-	3.166	68.700
Contribuição de participantes	(215)	-	-	-	(215)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO EXERCÍCIO	74.533	(9.094)	2.848	3.166	71.453

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Planos de saúde (PAE/PDC)	Total
Saldo em 31/12/2018	(1.370.696)	(31.280)	(303.440)	(15.288)	-	(1.720.704)
Ganhos e perdas	(427.220)	(129)	(469.834)	23.702	184.674	(688.807)
Tributos Diferidos	155.851	47	171.396	-	-	327.294
Saldo em 31/12/2019	(1.642.065)	(31.362)	(601.878)	8.414	184.674	(2.082.217)
Ganhos e perdas	(786.267)	(291.362)	(707.080)	(8.414)	(184.674)	(1.977.797)
Tributos Diferidos	134.609	49.881	121.052	-	-	305.542
Saldo em 31/12/2020	(2.293.723)	(272.843)	(1.187.906)	-	-	(3.754.472)

ANÁLISES DE SENSIBILIDADES NAS HIPÓTESES ADOTADAS

PLANO BD		
Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	5.125.469	-
Aumento (1%)	4.701.791	-11%
Redução (1%)	5.622.846	12%
Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	5.125.469	-
Aumento (1%)	5.125.634	1,00%
Redução (1%)	5.125.304	-1,00%

PLANO BS		
Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	1.911.997	-
Aumento (1%)	1.706.761	-11%
Redução (1%)	2.161.560	12%

PLANO CD		
Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	3.139.451	-
Aumento (1%)	2.820.658	-11%
Redução (1%)	3.524.481	12%
Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações		
Taxa	Total da Obrigação	Variação
Real	3.139.451	-
Aumento (1%)	3.141.173	0,00%
Redução (1%)	3.138.928	0,00%

PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Planos previdenciários	3.671.246	1.897.893
Seguro de vida	-	29.246
Ajuste atuarial	-	(184.674)
Total	3.671.246	1.742.465
Circulante	149.177	120.649
Não circulante	3.522.069	1.621.816

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31/12/2020.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

O aumento apresentado em 2020 deve-se principalmente a reavaliação do plano de benefícios da subsidiária Chesf, que possui benefícios complementares definidos para determinado grupo de funcionários, calculados com base em

remuneração variável e indexados pelo IGP-M, o qual sofreu forte variação no exercício. Tal revisão gerou recálculos nos montantes de anos anteriores e, portanto, estão sendo apresentados efeitos de forma retrospectiva.

OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho.

33 – ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
Pesquisa e Desenvolvimento	7.661	107.824	7.661	108.156
Encargos do consumidor a recolher	18.081	24.446	18.081	24.523
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	47.774	21.064	47.774	21.064
	73.516	153.334	73.516	153.743
<u>Não Circulante</u>				
Pesquisa e Desenvolvimento	489.939	436.066	489.939	436.066
	489.939	436.066	489.939	436.066
Total	563.455	589.400	563.455	589.809

34 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>				
Outras obrigações - GAG Melhoria	63.786	63.786	63.786	63.786
Cauções em garantia	4.158	3.791	4.158	3.791
Acordo Chesf/Senai	1.987	1.569	1.987	1.569
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	-	1.353	-	1.353
Contas a pagar - Eletropar	-	73	-	73
Outros	6.947	22.116	12.889	30.860
	93.373	92.688	99.315	101.432
<u>Não Circulante</u>				
Outras obrigações - GAG Melhoria	254.331	147.222	254.331	147.222
Provisão E.S.S.	15.114	15.114	15.114	15.114
FGTS Conta-Empresa	5.247	4.991	5.247	4.991
Provisão para desmobilização	-	-	41.677	-
Bens de consórcio	-	-	39.656	-
Outros	2.035	2.065	22.397	2.065
	276.727	169.392	378.422	169.392
Total	370.100	262.080	477.737	270.824

35 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Controladora					
	Provisão em 31/12/2019	Adições (reversões)	Baixas	(-) Depósitos Judiciais	Incorporação SPE	Provisão em 31/12/2020
Trabalhistas	129.335	109.818	(36.003)	(42.830)	-	160.320
Cíveis	2.924.089	599.271	(9.066)	(98.055)	13.513	3.429.752
Ambientais	115	-	-	-	-	115
Fiscais	61.336	21.649	(707)	(80.024)	-	2.254
Total	3.114.875	730.738	(45.776)	(220.909)	13.513	3.592.441

	Consolidado				
	Provisão em 31/12/2019	Adições (reversões)	Baixas	(-) Depósitos Judiciais	Provisão em 31/12/2020
Trabalhistas	129.335	109.818	(36.003)	(42.830)	160.320
Cíveis	2.940.992	595.881	(9.066)	(98.055)	3.429.752
Ambientais	115	-	-	-	115
Fiscais	61.336	21.649	(707)	(80.024)	2.254
Total	3.131.778	727.348	(45.776)	(220.909)	3.592.441

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra ela em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

- 1.1) A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo,

entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

Em tramitação perante o STJ (REsp 726.446) por força de recurso da Chesf, julgado majoritariamente improcedente (agosto/2010), posteriormente objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das autoras reconvidas), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, por igual agora já julgados (conhecidos e providos, porém sem efeitos modificativos relativamente ao anteriormente julgado) e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a Chesf apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência (EResp) e Recurso Extraordinário (RE): o EResp, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a corte especial do STJ houve julgamento de improcedência (fevereiro/2016), e atualmente o mesmo EResp aguarda apreciação pela primeira seção do mesmo STJ; tendo sido publicada, aos 14/10/2019, decisão do Ministro Sergio Kukina, relator, denegando o EResp, do qual foi interposto recurso de agravo interno; o RE, interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação do EResp em todas as suas instâncias internas do STJ.

Por outro lado, tramita em primeira instância, perante a 12ª vara cível de Recife-PE, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde (i) houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril/2015) em aproximadamente R\$ 1.035 milhões, (ii) houve a apresentação pela Chesf de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo TJPE, (iii) até dezembro/2016 tinha havido a penhora de ativos financeiros bancários da Chesf em montante aproximado de R\$ 500 milhões e (iv) a Chesf apresentou recursos de Agravo e Reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE (Relator, Des. Eduardo Paurá). Porém, em 07/12/2016, em face de nova iniciativa recursal da Chesf por meio do REsp 1.530.912, em trâmite no STJ e referido àquele mesmo processo ordinário (“ação de liquidação”), obteve-se decisão monocrática/liminar do respectivo relator (Ministro Mauro Campbell Marques, da 2ª seção) consubstanciada na atribuição de efeito suspensivo no referido recurso, que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (esta por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra (alvará expedido em 26.01.2017), em favor da Chesf, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado: atualmente, foi iniciado o julgamento colegiado/definitivo do referido REsp 1.530.912, com um único voto proferido (o do respectivo Relator) em desfavor da CHESF (o julgamento foi posteriormente suspenso em razão de pedido de vista pelo Ministro Herman Benjamin). Em 03/03/2020 apresentação do “voto vista” do ministro Herman Benjamin, dando provimento ao REsp da Chesf, seguido de debate inicial com o relator originário, ministro Mauro Campbell Marques, e suspensão do julgamento para eventual revisão pelo indicado relator originário de seu voto inicial, à vista do agora referido “voto vista” - sem antecipação de votos de outros ministros . Em 31/12/2020 ainda se aguarda a retomada do julgamento, suspenso em razão da pandemia.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 1.500.395 e outros adicionais de R\$ 151.235, relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf (estes fixados à razão de 10% sobre o valor da condenação principal e mais R\$100), tudo o acima referido tomando especialmente por referência, de um lado, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação (proposta pelo Consórcio Xingó – CBPO/CONSTRAN/Mendes Junior), atualmente em curso perante o STJ sob o nº RESP 1.530.912, distribuído naquela corte e ainda ali aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso conforme acima referido (há, no mesmo processo, também Recurso Extraordinário com destino ao Supremo Tribunal Federal), e, de outro lado, os valores em torno dos quais (inclusive conforme suscitado no ora Recurso Especial acima referido) há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.2)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e atuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo atuado sob o número 0003437-

77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 161.139. Em 31/12/2020, referida Ação Rescisória ainda encontra-se pendente de julgamento.

- 1.3) O GSF (*Generation Scalling Factor*) é um índice sistêmico que indica a quantidade de energia gerada por todas as usinas hidráulicas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) do Sistema Interligado Nacional – SIN em relação à garantia física total (lastro) do MRE. A grave condição hidrológica que o Sistema Elétrico vem enfrentando, desde 2014, tem provocado uma judicialização sem precedentes no setor, que vem convivendo com uma série de liminares que afetam o adequado funcionamento do Mercado de Curto Prazo – MCP. Em julho de 2015, fruto de liminares de outros agentes, a Chesf foi imputada mediante as regras adotadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a ratear o valor inadimplido de outros agentes devido a exposição do GSF, mesmo não tendo dado causa ao problema. A Chesf então, acionou a esfera judicial e obteve, através de liminar, a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, inferior a 95% nas contabilizações no MCP. Desde então, independentemente do valor de GSF ocorrido nesse período, a Chesf vem percebendo, nos montantes contabilizados no MCP um “crédito” proveniente dos efeitos da liminar concedida. Os valores correspondem ao lastro das usinas não cotistas, no âmbito do MRE, quais sejam: a usina de Sobradinho e parcela de energia não alocada ao regime de cotas das demais usinas da Chesf conforme disciplinado pela Lei 12.783/2013. Considerando que os riscos hidrológicos para as usinas não cotistas, pela legislação atual, são imputados aos geradores hidráulicos, a Chesf avalia que os efeitos da liminar podem ser tempestivamente suspensos, tendo como consequência imediata a “devolução”, via contabilização no MCP, dos valores percebidos nas liquidações, desde 2015, quando foi proferida a liminar. Portanto, a empresa vem procedendo o provisionamento dos valores que estão sendo creditados mensalmente para a Chesf na liquidação na CCEE decorrentes da limitação do GSF imposta pela referida liminar. Foram apresentadas réplicas às contestações da Aneel e da União Federal, bem como interposto pela União Federal o agravo de instrumento n.º 1034651-46.2018.4.01.0000/DF, contrarrazoado pela Chesf aos 12/07/2019. Em 18/10/2019, foi concedido o efeito suspensivo ativo em favor da União Federal. Em 05/11/2019, a Chesf interpôs embargos de declaração, cujo provimento foi negado, confirmando, no entanto, que os efeitos da decisão não seriam retroativos. Em 13/12/2019 a Chesf ingressou com agravo interno. No primeiro grau, foi determinada a migração do processo para o PJe, estando o mesmo concluso para sentença.

Com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “provável”, no montante estimado de R\$ 1.446.623, correspondente à parcela da decisão judicial que limitou o GSF a 95%, o qual a Companhia mantém provisão em seu passivo não circulante para suportar eventual perda.

- 2) A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	133.195	134.435
Ambientais	286.860	5.561
Cíveis e fiscais	5.923.782	9.297.519
Total	6.343.837	9.437.515

- 2.1) Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, processo nº 0012492-28.2010.4.05.8300, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990 (“Pós-Collor”). Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4ª turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20. Embargos de declaração apresentados pela Chesf, pela União Federal e pela CBPO. Os embargos da CBPO foram providos para fixar os honorários em 2,5% do valor da condenação. Os embargos da Chesf e da União foram improvidos. Apresentados Recursos Especial e Extraordinário, estes foram admitidos e remetidos ao STJ. Distribuído o RESP 1.611.929/PE por dependência ao Ministro Mauro Campbell, 2ª Turma. Vistas ao MPF em 13/09/2016. Houve manifestação/parecer da Procuradoria-Geral da República junto ao STJ parcialmente favorável ao Recurso Especial da Chesf. A referida ação encontra-se pendente de julgamento. Em 09/05/2018 os autos foram conclusos para julgamento ao Ministro Herman Benjamin após pedido de vista em sessão de julgamento de 03/05/2018. Desde 18/12/2018 os autos estão conclusos para julgamento no gabinete do Ministro Herman Benjamin. Em 15/01/2019, foi proferida sentença de reconhecimento da prescrição.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 23.765.

- 2.1.2)** Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no polo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2ª Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª Vara Federal/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor

de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo.

Em 18/11/2014, foi realizada nova audiência para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à conclusão do trabalho pericial. Os dois Laudos Periciais foram disponibilizados para a Chesf em 07/12/2015.

Em 04/03/2016, o juiz determinou que a Chesf depositasse em juízo, a título de honorários periciais complementares, o montante de R\$ 755.350,56, dividido em 03 parcelas mensais (nos meses de março, abril e maio de 2016), bem como um valor adicional de R\$ 50 para cobrir as despesas com o deslocamento (passagens aéreas), hospedagem e alimentação dos peritos na audiência de esclarecimento do laudo pericial, realizada nos dias 28 e 29/03/2016.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em 30/05/2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas tempestivamente em 19/09/2016, estando os processos, desde 31/12/2018, conclusos para sentença, e tendo sido providenciada a migração do processo para o sistema PJe em 24/01/2019. Em 21/05/2019, após a digitalização, o juízo determinou que o feito fosse novamente concluso para sentença.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 559.699.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 0026448-59.2002.4.01.3400 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF 1.ª Região. Em 31/03/2013 – TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. Em 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 31/12/2015 o acórdão que improvou os embargos de declaração se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interpuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido. Os recursos das empresas chegaram a ser pautados para o dia 10/06/2019, contudo, a desembargadora federal relatora determinou que estes fossem retirados de pauta em decisão publicada em 14/06/2019. Em 05/07/2019, foi determinada a remessa dos autos para a Procuradoria Regional da República da 1.ª Região, para manifestação, tendo os autos retornado ao gabinete da desembargadora federal relatora aos 11/10/2019, não tendo sido novamente pautado o feito. Em 16/03/2020 foi determinada a migração do processo para o sistema PJe. Em 16/11/2020, digitalização, os autos se encontravam conclusos para a desembargadora relatora. Essa posição se mantém inalterada em 31/12/2020, vez que ainda não houve o julgamento dos embargos infringentes.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 86.000.

- 2.1.4)** Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem

como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30/11/2016 ao relator Desembargador Federal Neilton Guedes – Quinta Turma. Em 31/12/2016 estava concluso para relatório e voto – sendo o processo redistribuído por sucessão para a Desembargadora Federal Danielle Maranhão Costa - concluso para despacho desde 02/04/2018. Em 21/02/2020, o processo foi migrado para o sistema PJe. Essa posição permanece inalterada em 31/12/2020.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 1 bilhão.

- 2.1.5)** Processo n.º 0048611-24.2014.8.07.0001, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10/03/2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos. Petição solicitando oitiva do perito em audiência.

O requerimento de oitiva em audiência foi negado pelo MM. Juízo que, no entanto, deferiu a elaboração da perícia contábil, tendo intimado a Chesf a realizar o depósito dos honorários periciais. A Chesf ofereceu quesitos e depositou os honorários do perito do juízo. As autoras impugnam os quesitos apresentados pela Chesf. O MM. Juízo da 23.ª Vara Cível determinou a oitiva da Chesf acerca da impugnação dos quesitos pela parte Autora. Foi deferido parcialmente o pedido de inclusão de novos quesitos por parte das Autoras, o que gerou o pagamento de custas complementares para o perito contábil. O perito contábil apresentou do laudo do qual houve manifestação da Chesf em 25/09/2017. Em 29/01/2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432.313.044,18 (quatrocentos e trinta e dois milhões, trezentos e treze mil, quarenta e quatro reais e dezoito centavos), da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28/02/2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26/03/2018. Aos 31/03/2018, o processo se encontrava com prazo para contrarrazões da apelação da Chesf. Ofertadas as contrarrazões pela Chesf, o processo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para julgamento das apelações interpostas. A União ingressou no feito manifestando interesse jurídico na demanda, o que foi deferido. A ABRATE requereu ingresso na condição de *amicus curiae*. Julgamento iniciado em 13/03/2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do TJDF. Julgamento retomado em 28/08/2019, no qual o recurso de apelação da Chesf foi provido por 4 votos a 1 e o acórdão foi publicado em 10/10/2019. Foi apresentada Interposição de embargos de declaração por ambas as partes, sendo todos desprovidos. Interpostos novos embargos de declaração por parte da parte autora aos 29/01/2020, ainda pendentes de julgamento. Em 18/02/2020 determinou-se a digitalização dos autos a fim de que estes sejam incluídos no sistema PJe. Em 18/10/2020, publicada a pauta de julgamento dos embargos de declaração para o dia 28/10/2020. Essa posição, se mantém inalterada em 31/12/2020.

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 512.152.

- 2.1.6)** Processo n.º 33328-13.2015.4.01.3400 – 15.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Apresentada réplica pela Aneel, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo da 15.ª Vara Federal determinou a intimação do Ministério Público Federal para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à CCAF/AGU. Em 31/12/2017 o pedido de suspensão foi deferido pelo MM. Juízo da 15ª Vara Federal, pelo prazo de 6 (seis) meses. Foi

protocolado requerimento para a CCAF/AGU ems 26/03/2018. A Chesf estava no aguardo da marcação, pela CCAF, da primeira audiência de conciliação entre Chesf e Aneel. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O juízo abriu vistas às partes, tendo a Chesf encaminhado manifestação em 03/10/2018. Em 16/10/2018 os autos foram retirados pelo Ministério Público Federal. Processo encontrava-se concluso para sentença desde o dia 06/12/2018. Em 20/09/2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a CHESF ao ressarcimento dos valores pagos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O Juízo sentenciante, todavia, consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da CHESF, estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em 07/11/2019, foi interposta apelação pela Aneel. Em 19/11/2019, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença. Em 26/03/2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08/05/2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31/12/2020, a Aneel apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 1.470.885.

- 2.1.7)** Processo 0800066-80.2017.4.05.8501 (Comarca de Canindé do São Francisco) – Ação movida pelo Município de Canindé do São Francisco, requerendo o DVA devido em face de valor recebido da União Federal pela Chesf, pertinente a indenização referente à Usina de Xingó. O Município de Canindé do São Francisco pleiteia basicamente: (a) que o Estado de Sergipe proceda a inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318.050,00, recalculando o IPM em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó, da mesma forma aos anos subsequentes, para efeito na participação do rateio de ICMS no ano de 2017, com trespasse dos dados ao TCE/SE para republicação do Ato Deliberativo n.º 884/2016, sob pena de multa diária de R\$100.000,00 (cem mil reais); e b) que o Estado de Sergipe compelido a, no prazo de 48 horas, juntar aos autos o mapa de apuração do valor adicionado do ICMS do Município Autor, referente aos exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016, destacando-se se houve, na composição do valor do IPM respectivo, a inclusão dos valores percebidos pela CHESF a título de antecipação, na forma do item “a” acima. (c) reconhecer a relação jurídico-tributária decorrente da antecipação de receita realizada pela União Federal em favor da Chesf, como elemento fiscal tributável, atestando a sua inclusão do valor do ICMS devido e ao produto de distribuição afeto ao VAF – Valor Adicionado do Município de Canindé de São Francisco; (d) sejam compelidos todos os Réus a procederem os ajustes contábeis e financeiros necessários à inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318.050,00, recalculando o IPM e participação do rateio de ICMS, em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó para todos os anos subsequentes, condenando-os a ressarcirem o Requerente aos valores suprimidos indevidamente desde 2013, em montante a ser apurado por perícia contábil realizada nos autos. A União Federal, quando citada ainda no âmbito da Justiça Federal, alegou a sua ilegitimidade passiva e requereu a exclusão da lide. A Chesf apresentou defesa. O juízo federal indeferiu a tutela de urgência do município, tendo sido essa decisão atacada por agravo de instrumento, e mantida pelo E. TRF da 5.ª Região. O pedido de ilegitimidade passiva da União foi acolhido, tendo os autos sido remetidos para a Comarca de Canindé do São Francisco – SE. Na Comarca de Canindé do São Francisco – SE, o MM. Juízo proferiu despacho requerendo às partes que procedessem com a especificação de provas. Em 31/03/2018 a Chesf havia peticionado, requerendo a produção de prova pericial contábil, a ser realizada por especialista em contabilidade do setor elétrico. Em 30/04/2018, o Município Requereu a suspensão do feito. Em 01/05/2018, houve a juntada de contestação por parte do Estado de Sergipe. Em 24/05/2018, despacho do juízo intimando o Município para oferecer réplica à contestação, bem como para que a Chesf e o Estado de Sergipe se manifestem em 15 (quinze) dias após a réplica, caso haja juntada de documentos. Em 26/06/2018, oferecimento de réplica por parte do Município. Em 12/09/2018, a União Federal peticiona manifestando interesse no feito, tendo sido o Município intimado a se manifestar sobre o ingresso da União aos 02/10/2018. Em 31/12/2018 o processo encontra-se aguardando despacho do Juiz de Direito, se vai acolher ou não o pedido. O juízo estadual determinou a suspensão do feito enquanto não sobreviesse decisão da Justiça Federal sobre a competência. Pedido acolhido e o processo foi encaminhado para a Justiça Federal. Em 10/07/2019 sobreveio decisão da Justiça Federal determinando novamente a remessa dos autos para a Justiça Estadual. Dessa decisão foram interpostos agravos de instrumento pela Chesf e pela União aos 12/09/2019. Em 10/03/2020 foram julgados os agravos de instrumento, reconhecendo a competência da Justiça Federal para o processamento do feito. Em 28/08/2020, sobreveio sentença, corrigindo o valor da causa para R\$ 52.970.536,71 (cinquenta e dois milhões,

novecentos e setenta mil, quinhentos e trinta e seis reais e setenta e um centavos) e julgando improcedente o pedido do Município de Canindé do São Francisco. A sentença está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição. O Município de Canindé do São Francisco apresentou recurso de apelação em 21/10/2020. Em 11/11/2020 a Chesf apresentou contrarrazões e recurso de apelação adesivo quanto aos honorários advocatícios. Em 17/12/2020 o Município de Canindé do São Francisco, a União e o Estado de Sergipe foram intimados para contrarrazoar o recurso de apelação adesiva da Chesf, estando ainda no prazo de apresentação de contrarrazões.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 52.970.

- 2.1.8)** Ação de Desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento (Processo 0000538-66.2007.805.0245). Tendo como parte o sucessor, Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor indenizatório pago à época. Processo em fase de instrução – laudo pericial. Em 06/07/2018 decisão da Justiça Federal não reconhecendo interesse jurídico da União para intervir no feito e remetendo os autos para a Justiça Estadual, decisão da qual a AGU interpôs recurso, pendente de julgamento.

3) Com **risco de perda remoto** destaca-se a seguinte ação:

- 3.1)** Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 2.102.844. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os Recurso Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi remetido ao STJ (RESP 1.513.670/PE), onde se encontra pendente de julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos. Parado desde 17/03/2015. Concluso para decisão desde 24/04/2017, sendo obtida cópia do processo pelo advogado Dr. Adalberto Salvador Perillo Kuhl Junior em 24/08/2018. Em Decisão pelo conhecimento em parte do recurso da Hidroservice apenas para retorno dos autos ao TRF5 para julgamento de agravo retido. Interposição de agravos internos pela Hidroservice e pela Eletrobras. Em 13/12/2019, o processo encontrava-se concluso ao Ministro Relator. Em 23/04/2020, dado provimento ao recurso especial da Hidroservice, determinando o retorno dos autos ao TRF5 para julgamento dos embargos de declaração por ela (Hidroservice) opostos. Agravos internos da Hidroservice e da Eletrobras aos quais foi negado provimento, em decisão de 08/10/2020. O processo foi remetido ao TRF da 5.ª Região aos 16/11/2020, para julgamento dos anteriores embargos de declaração opostos pela Hidroservice perante o TRF da 5.ª Região. Essa posição, se mantém inalterada em 31/12/2020.

Por outro lado, a Chesf ingressou com Ação declaratória de implementação e desobrigação contratual cumulada com consignação em pagamento, nº 0035333-41.1995.8.17.0001 (2ª vara cível, Recife-PE), face os contratos CT-I-92.1.0120.00 e CT-I-92.1.0119.00, onde realizou depósito de Cr\$1.602.826.241,73, atualizados em R\$ 2.102.844, onde apenas em abril de 2016 foi julgado seu mérito, em sentença improcedente para a Chesf. Objeto de Embargos de Declaração negados, interpostos recurso de Apelação pela Chesf em 28/03/2017. Distribuído ao Rel. Itabira de Brito Filho em 21/08/2017. Essa posição permanece inalterada em 31/12/2020.

4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

36 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Os testes de suas unidades de geração e transmissão realizados em 2020 visam identificar se os custos necessários para satisfazer suas obrigações são superiores a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Jirau	100.478	39.150
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	-	4.059
Total	100.478	43.209

A variação no contrato oneroso da comercialização da compra de energia de Jirau foi decorrente de testes realizados no período à taxa de desconto de 6,11% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

37 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

37.1 – Compra de energia (não auditada)

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2021/2022	2023/2024	2025	A partir de 2026 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	2.026.725	2.015.998	967.595	8.952.954
	Preço médio (R\$)	227,41	221,41	230,34	229,53

37.2 – Venda de energia (não auditada)

Posições vendidas		2021/2022	2023/2024	2025	A partir de 2026 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	10.029.851	10.048.031	5.022.388	43.631.065
	Preço médio (R\$)	71,03	71,03	71,03	71,03

37.3 - Compromissos com aportes em SPEs

SPE	2021/2022
Complexo Eólico Pindaí I	230
Complexo Eólico Pindaí II	67
Complexo Eólico Pindaí III	20.318
Total	20.615

37.4 – Imobilizado

Fornecedor	2022/2023	2024/2026
Andritz Construções e Montagens	84.627	38.274
Andritz Hydro Ltda.	73.447	11.620
Gevisa S.A.	60.621	2.333
Jpw Engenharia Eletrica Ltda	53.081	-
Siemens Ltda	19.232	-
Wobben Windpower Industria e Comerc	14.820	-
Abb Ltda	12.556	-
Erel Construcoes e Empreendimentos	10.575	-
Total	328.959	52.227

38 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Participações da União	73.107	69.456
Pesquisa e Desenvolvimento	678	632
Reversões e Amortizações	(17.517)	(16.083)
Total	56.268	54.005

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica.

39 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

39.1 - Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2019), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/12/2020						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

31/12/2019						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

39.2- Reservas de Capital

	31/12/2020	31/12/2019
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

39.3 - Reservas de Lucros

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Legal	387.567	301.491
Incentivos fiscais	950.136	510.102
Reserva especial de dividendos não distribuídos	4.065.644	4.290.862
	5.403.347	5.102.455

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

A Reserva especial de dividendos não distribuídos, refere-se à parte dos dividendos, retidos na Companhia, para futuro pagamento aos acionistas, de acordo com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

39.4 - Outros Resultados Abrangentes

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquidas do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 1.672.255 (perdas de R\$ 361.513, em 2019), perfazendo um montante acumulado de R\$ 3.754.472 (R\$ 2.082.217, em 2019).

40 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
GERAÇÃO				
Fornecimento de energia elétrica	585.719	618.668	585.719	625.223
Operação e manutenção de usinas e suprimento	2.713.160	2.287.656	2.777.275	2.287.656
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	597.206	608.524	615.877	609.071
Outras receitas operacionais	14.358	4.622	14.256	8.044
	3.910.443	3.519.470	3.993.127	3.529.994
TRANSMISSÃO				
Operação e manutenção do sistema de transmissão	1.635.068	1.355.793	1.635.068	1.368.976
Receita de construção	326.476	300.567	326.476	301.302
Receita contratual	1.916.370	666.566	1.916.370	717.292
Outras receitas operacionais	57.219	18.416	57.219	18.416
	3.935.133	2.341.342	3.935.133	2.405.987
	7.845.576	5.860.812	7.928.260	5.935.981
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Encargos setoriais				
Reserva Global de Reversão – RGR	(50.396)	(41.128)	(50.396)	(41.779)
Pesquisa e Desenvolvimento	(65.276)	(56.627)	(65.276)	(56.916)
Outros encargos CCEE	97	(97)	97	(97)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(74.790)	(66.436)	(74.790)	(66.814)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(183.091)	(109.277)	(183.091)	(109.277)
Proinfra	(38.292)	(51.587)	(38.292)	(51.859)
Taxa de fiscalização da Aneel	(21.722)	(18.742)	(21.722)	(18.849)
ICMS sobre energia elétrica	(94.026)	(97.033)	(94.026)	(97.033)
ISS	(460)	(730)	(460)	(730)
PIS/Pasep	(129.247)	(106.804)	(130.031)	(108.034)
Cofins	(610.569)	(491.988)	(614.177)	(497.666)
	(1.267.772)	(1.040.449)	(1.272.164)	(1.049.054)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.577.804	4.820.363	6.656.096	4.886.927

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

Em 28 de julho de 2020, foi publicada pela ANEEL, a Resolução Homologatória nº 2.746, que homologou as Receitas Anuais de Geração – RAG para o ciclo 2020/2021 referentes aos ativos de geração renovados pela Lei 12.783 de 2013 e que estabeleceu reajuste na Taxa Regulatória de Remuneração de Capital de Geração (WACC) de 7,16% para 7,71%, afetando direta e positivamente os valores considerados na GAG Melhorias e no CAIMI, retroativos aos ciclos 2018/2019 e 2019/2020. Adicionalmente, houve uma melhoria dos índices de indisponibilidade das usinas cotistas, implicando em um adicional de receita proveniente dos Ajustes por Indisponibilidade – Aji. Adicionalmente, em 2020, houve um aumento expressivo do nível de geração hidráulica das usinas cotistas ao longo do ano de 2020, o que acarretou aumento na receita destinada para o pagamento das obrigações relativas à Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos – CFURH.

Comparativamente ao ano de 2019, houve, também, aumento nos montantes de energia vendida em 2020, acarretando a elevação da receita proveniente dos contratos de suprimento.

O recebimento dos montantes da GAG melhoria até 31 de dezembro 2020 corresponde ao montante de R\$ 722.494.

41 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 433.567 (R\$ 343.797, em 2019) com a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reserva Global de Reversão – RGR	50.396	41.128	50.396	41.779
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	65.276	56.627	65.276	56.916
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	74.790	66.436	74.790	66.814
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	38.292	51.587	38.292	51.859
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	21.722	18.742	21.722	18.849
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	183.091	109.277	183.091	109.277
Total	433.567	343.797	433.567	345.494

42 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na demonstração do resultado do exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total
Energia elétrica comprada para revenda	351.735	-	351.735	298.903	-	298.903
Encargos de uso da rede de transmissão	807.515	-	807.515	712.357	-	712.357
Custo de construção e melhoria	527.930	-	527.930	510.779	-	510.779
Pessoal	296.963	759.534	1.056.497	385.965	973.559	1.359.524
Material	9.473	23.014	32.487	6.589	33.141	39.730
Serviço de terceiros	117.248	144.009	261.257	89.781	158.013	247.794
Depreciação e amortização	49.622	54.545	104.167	55.453	56.264	111.717
Provisão contrato oneroso	-	57.269	57.269	-	8.449	8.449
Arrendamentos e aluguéis	6.201	8.879	15.080	4.331	10.254	14.585
Tributos	1.466	9.577	11.043	1.448	10.370	11.818
Provisões para contingências	-	730.738	730.738	-	416.895	416.895
Provisão (reversão) impairment	-	(218.770)	(218.770)	-	(74.977)	(74.977)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	309.969	309.969	-	97.097	97.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Leniência	-	-	-	-	10.518	10.518
Provisão para perdas em investimentos	-	(58.188)	(58.188)	-	262.071	262.071
Outras provisões - GAG melhoria	-	107.109	107.109	-	147.222	147.222
Ganhos Alienação de Investimentos	-	-	-	-	(115.029)	(115.029)
Perdas com ativo imobilizado - Camaçari	-	233.136	233.136	-	-	-
Outros	666	148.158	148.824	(716)	239.459	238.743
Total	2.168.819	2.308.979	4.477.798	2.064.890	2.233.306	4.298.196

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total
Energia elétrica comprada para revenda	355.478	-	355.478	307.340	-	307.340
Encargos de uso da rede de transmissão	807.515	-	807.515	712.357	-	712.357
Custo de construção e melhoria	527.930	-	527.930	511.303	-	511.303
Pessoal	296.963	766.889	1.063.852	386.284	981.783	1.368.067
Material	10.633	23.044	33.677	7.101	33.245	40.346
Serviço de terceiros	127.170	146.804	273.974	93.813	164.181	257.994
Depreciação e amortização	92.116	54.585	146.701	55.453	56.322	111.775
Provisão contrato oneroso	-	57.269	57.269	-	8.449	8.449
Arrendamentos e aluguéis	6.302	9.245	15.547	4.651	11.075	15.726
Tributos	1.590	10.126	11.716	1.467	10.878	12.345
Provisões para contingências	-	730.738	730.738	-	416.895	416.895
Provisão (reversão) impairment	-	(218.770)	(218.770)	-	(74.977)	(74.977)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	309.969	309.969	-	97.097	97.097
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Leniência	-	-	-	-	10.518	10.518
Provisão para perdas em investimentos	-	(58.188)	(58.188)	-	262.071	262.071
Outras provisões - GAG melhoria	-	107.109	107.109	-	147.222	147.222
Ganhos Alienação de Investimentos	-	-	-	-	(115.029)	(115.029)
Perdas com ativo imobilizado - Camaçari	-	233.136	233.136	-	-	-
Outros	796	150.575	151.371	(48)	295.883	295.835
Total	2.226.493	2.322.531	4.549.024	2.079.721	2.305.613	4.385.334

43 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Receitas Financeiras				
Resultado de aplicações financeiras	71.178	57.782	72.369	61.040
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	294.888	133.781	294.888	133.781
Outras variações monetárias ativas	75.702	44.468	75.702	44.468
Outras receitas financeiras	14.700	5.286	15.417	6.475
PIS/Pasep e Cofins	-	-	(26)	(69)
	456.468	241.317	458.350	245.695
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(81.265)	(89.181)	(81.265)	(96.274)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(6.907)	(601)	(6.907)	(1.247)
Juros sobre remuneração aos acionistas	(77.294)	(13.022)	(77.294)	(13.022)
Outras despesas financeiras	(15.406)	(33.622)	(17.898)	(41.332)
	(180.872)	(136.426)	(183.364)	(151.875)
Total	275.596	104.891	274.986	93.820

44 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.374.752	791.167	2.377.187	774.864
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	(807.416)	(268.997)	(808.244)	(263.454)
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias	(427.444)	1.878.744	(427.444)	1.866.743
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	204.799	150.264	204.057	148.380
Ajuste IR diferido	376.821	-	376.821	-
Incentivo fiscal	386.262	282.470	386.262	282.470
Imposto de renda e contribuição social apurados	(266.978)	2.042.481	(268.548)	2.034.139
Imposto de renda e contribuição social corrente	(546.483)	(617.056)	(548.053)	(618.057)
Contribuição Social	(251.606)	(267.003)	(252.161)	(267.861)
Imposto de Renda	(294.877)	(350.053)	(295.892)	(350.196)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	279.505	2.659.537	279.505	2.652.196
Contribuição Social	127.246	541.207	127.246	538.475
Imposto de Renda	152.259	2.118.330	152.259	2.113.721
Imposto de renda do período e contribuição social	(266.978)	2.042.481	(268.548)	2.034.139

45 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões da geração hídrica (UHE Paulo Afonso I, II, III e IV; UHE Apolônio Sales; UHE Funil; UHE Luiz Gonzaga; UHE Pedra; e UHE Xingó) têm o direito ao incentivo da redução concedido para os anos de 2018 a 2027; as UHE Sobradinho, UHE Boa Esperança e UHE Curemas têm o direito para o período de 2019 a 2028; Os contratos de geração eólica EOL Casa Nova II e EOL Casa Nova III têm o direito ao incentivo da redução concedido para o período de 2019 a 2028; Os contratos de transmissão 008/2005, 010/2007, 014/2008, 017/2011 e 018/2009 tem o direito ao incentivo da redução concedido para o período de 2020 a 2029. Os Contratos de Transmissão nº 005/2008, 006/2009; 007/2005; 007/2010; 010/2011; 012/2007; 017/2009; 018/2012; 019/2010; 019/2012; 020/2010; 014/2010; 006/2004 e 021/2010 têm o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2018 a 2027. Os Contratos de Transmissão números 009/2011, 013/2010 e 061/2001 tem o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto para o período de 2019 a 2028.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Em virtude de trabalho de otimização tributária que vem sendo realizado, a Companhia incrementou o incentivo fiscal de Redução de 75% do imposto de renda, referente ao ano calendário 2017, em R\$ 160.139; em 2018 R\$ 40.476; e em 2019 R\$ 282.469. Esse benefício foi possível em consequência da análise minuciosa das receitas líquidas incentivadas da Companhia de acordo com os laudos obtidos junto à Sudene e ratificados pela Receita Federal do Brasil em seus atos concessórios.

No ano de 2020, a Companhia reconheceu, de acordo com os Laudos expedidos pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$ 386.262.

46 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	2.107.774	2.833.648
Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(386.262)	(282.469)
Constituição da Reserva legal	(86.076)	(174.307)
Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração	1.635.436	2.376.872
Dividendos mínimos obrigatórios	408.859	757.339
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	1.226.577	2.272.016
Remuneração proposta:		
Dividendos mínimos obrigatórios	408.859	757.339
Dividendos propostos - Reserva Especial de dividendos não distribuídos de exercícios anteriores	1.398.023	418.225
Remuneração líquida	1.806.882	1.175.564
Dividendos brutos por ação ordinária e preferencial (R\$)	7,31	13,55

De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2020, a Administração propôs o pagamento dos dividendos aos acionistas preferencialistas no valor de R\$ 408.859, como dividendo mínimo obrigatório e R\$ 1.398.023 (ações preferenciais e ordinárias) decorrente de reserva especial de dividendos não distribuídos. Considerando que a atual situação financeira da Companhia é incompatível com o pagamento da totalidade dos dividendos, nos termos do Art. 202, da Lei 6.404/76, foi constituída a reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 1.226.577, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.

Os dividendos constituídos serão pagos na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir da data de encerramento do exercício a que se referem, até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic.

De acordo com o artigo 43 do Estatuto Social da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data em que foram disponibilizados, reverterão em favor da Companhia.

47 – LUCRO POR AÇÃO

47.1 - Lucro – Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para os resultados apurados nos exercícios de 2020 e 2019, apresentando, portanto, lucro diluído igual ao lucro básico.

	31/12/2020			31/12/2019 Reapresentado		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<u>Básico/Diluído</u>						
Numerador						
Lucro líquido atribuível aos acionistas	2.041.643	66.131	2.107.774	2.744.743	88.905	2.833.648
Denominador						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Lucro básico por ação em R\$	37,70	37,70	37,70	50,69	50,69	50,69

48 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2020			31/12/2019		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Cientes	174	-	-	3.024	-	-
	Contas a receber	794	-	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	605	-	-	-	-
	Dividendos a Pagar	-	1.800.853	-	-	1.171.447	-
	Outras Despesas Operacionais	-	-	(9.943)	-	-	-
		968	1.801.458	(9.943)	3.024	1.171.447	-
Furnas	Cientes	8.341	-	-	8.330	-	-
	Fornecedores	-	10.223	-	-	8.407	-
	Dividendos a Pagar	-	179	-	-	-	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(118.278)	-	-	(114.695)
	Outras Despesas Operacionais	-	-	(162)	-	-	-
		8.341	10.402	(118.440)	8.330	8.407	(114.695)
Eletrosul	Cientes	-	-	-	174	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	3.205	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	-	-	-	(44.957)
		-	-	-	174	3.205	(44.957)
CGT Eletrosul	Cientes	508	-	-	-	-	-
	Contas a receber	24	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	3.072	-	-	-	-
	Energia Comprada para Revenda	-	-	(4.397)	-	-	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(40.287)	-	-	-
		532	3.072	(44.684)	-	-	-
Eletronorte	Cientes	8.040	-	-	6.966	-	-
	Contas a receber	42	-	-	86	-	-
	Fornecedores	-	6.007	-	-	4.645	-
	Energia Comprada para Revenda	-	-	(16.904)	-	-	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(72.128)	-	-	(69.189)
	Outras Despesas Operacionais	-	-	(479)	-	-	-
		8.082	6.007	(89.511)	7.052	4.645	(69.189)
Eletronuclear	Cientes	1.524	-	-	1.429	-	-
	Dividendos a Pagar	-	14	-	-	-	-
	Receita Operac. Disp. Rede Básica	-	-	-	-	-	-
		1.524	14	-	1.429	-	-
CGTEE	Cientes	-	-	-	266	-	-
		-	-	-	266	-	-
Fachesf	Fornecedores	-	20.398	-	-	-	-
	Despesas operacionais	-	-	-	-	-	(51.685)
	Contratos atuariais	-	-	(37.590)	-	-	-
	Contribuição normal	-	-	-	-	21.794	-
	Receita Financeira	-	-	90	-	-	-
	Recuperação Despesas Financeiras	-	-	2.477	-	-	-
			-	20.398	(35.023)	-	21.794
STN	Contas a receber	344	-	-	346	-	-
	Partic. societária permanente	254.183	-	-	213.480	-	-
	Fornecedores	-	365	-	-	529	-
	Receita de Prestação de Serviço	-	-	4.321	-	-	4.039
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(5.835)	-	-	(7.501)
	Equivalência patrimonial	-	-	69.637	-	-	63.775
		254.527	365	68.123	213.826	529	60.313
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	125.102	-	-	116.345	-	-
	Cientes	357	-	-	303	-	-
	Dividendos a Receber	7.017	-	-	6.675	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	29.544	-	-	29.135
		132.476	-	29.544	123.323	-	29.135
Energia Sustentável do Brasil S.A.	Cientes	11.465	-	-	9.844	-	-
	Partic. societária permanente	1.625.197	-	-	1.420.422	-	-
	Fornecedores	-	14.178	-	-	13.592	-
	Energia Comprada para Revenda	-	-	(209.165)	-	-	(218.793)
	AFAC	-	-	-	66.200	-	-
	Receita Financeira	-	-	1	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(61.847)	-	-	(19.149)	
		1.636.662	14.178	(271.011)	1.496.466	13.592	(237.942)
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	687.660	-	-	755.531	-	-
	Fornecedores	-	2.032	-	-	993	-
	Dividendos a Receber	2.858	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	12.035	-	-	66.539
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(19.455)	-	-	(21.305)
		690.518	2.032	(7.420)	755.531	993	45.234

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2020			31/12/2019		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	7.761	-	-	7.701	-	-
	Dividendos a Receber	9.178	-	-	9.178	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	60	-	-	193
		16.939	-	60	16.879	-	193
TDG	Partic. societária permanente	-	-	-	152.670	-	-
	Contas a receber	-	-	-	431	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	62	-
	Receita de Prestação de Serviço	-	-	1.236	-	-	2.901
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(322)	-	-	(947)
	Equivalência patrimonial	-	-	(4.082)	-	-	(21.806)
		-	-	(3.168)	153.101	62	(19.852)
Norte Energia S.A.	Clientes	14.468	-	-	12.179	-	-
	Partic. societária permanente	1.980.979	-	-	2.110.038	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(129.059)	-	-	51.363
	Energia Comprada para Revenda	-	-	(22.885)	-	-	(12.107)
	Receita Financeira	-	-	373	-	-	-
		1.995.447	-	(151.571)	2.122.217	-	39.256
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	324.875	-	-	338.623	-	-
	Fornecedores	-	262	-	-	269	-
	Dividendos a Receber	8.055	-	-	-	-	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(3.404)	-	-	(3.624)
	Equivalência patrimonial	-	-	36.913	-	-	36.484
		332.930	262	33.509	338.623	269	32.860
VamCruz I	Partic. societária permanente	123.674	-	-	-	-	-
	Ativos não circ. mantidos p/ venda	-	-	-	125.816	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.142)	-	-	-
		123.674	-	(2.142)	125.816	-	-
Extremoz	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	33.129
		-	-	-	-	-	33.129
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	277.892	-	-	242.412	-	-
	Contas a Receber	657	-	-	557	-	-
	Fornecedores	-	374	-	-	-	-
	Energia Comprada para Revenda	-	-	(4.621)	-	-	(4.471)
	Equivalência patrimonial	-	-	44.070	-	-	(28.962)
		278.549	374	39.449	242.969	-	(33.433)
Amazonas G&T	Clientes	438	-	-	421	-	-
	Fornecedores	-	86	-	-	72	-
	Receita Financeira	-	-	2	-	-	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(1.027)	-	-	(1.049)
	Outras Despesas Operacionais	-	-	(302)	-	-	-
			438	86	(1.327)	421	72
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente	401.236	-	-	428.340	-	-
	Clientes	117	-	-	39	-	-
	Contas a Receber	6	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(7.834)	-	-	(15.254)
	Receita Financeira	-	-	3	-	-	-
	Receita Prestação de Serviço	-	-	70	-	-	45
			401.359	-	(7.761)	428.379	-
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente	201.714	-	-	194.074	-	-
	Clientes	11	-	-	10	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	7.640	-	-	(1.406)
		201.725	-	7.640	194.084	-	(1.406)
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	103.556	-	-	99.341	-	-
	Clientes	7	-	-	6	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	4.215	-	-	(1.252)
		103.563	-	4.215	99.347	-	(1.252)

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

Eletrobras (Controladora)

- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial;
- Ressarcimento de despesas de empregados cedidos;
- Remuneração pelo capital investido.

Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

CGT Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletronorte

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;
- Empregados cedidos.

Eletronuclear

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Fachesf

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

Energética Águas da Pedra S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Energia Sustentável do Brasil S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Construtora Ltda.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Norte Energia S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos de compra de energia;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Contrato celebrado para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Vamcruz I Participações S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Investimento classificado com ativos não circulantes mantidos para venda.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Companhia Energética SINOP S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos de compra de energia.

Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - Amazonas G&T

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão.

Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papaiaio Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2020 está demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	4.135	3.202
Encargos Sociais	1.296	878
Benefícios	399	370
Total	5.830	4.450

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

49 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

49.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31/12/2020 e 31/12/2019.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>
Ativos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Clientes	1.944.527	1.357.566	1.963.986	1.359.889
Títulos e valores mobiliários	8.472	8.350	8.472	8.350
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	487.822
Cauções e depósitos vinculados	160.589	198.663	163.074	200.684
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	9.256	1.312	58.548	118.001
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Investimentos (ativos mantidos para venda)	-	125.816	-	125.816
Total Ativos financeiros	2.610.666	2.053.713	2.681.902	2.174.746
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	1.103.581	1.027.798	1.103.581	1.182.819
Fornecedores	340.824	413.209	345.200	423.773
Debêntures	149.215	150.322	149.215	150.322
Total Passivos financeiros	1.593.620	1.591.329	1.597.996	1.756.914

49.2- GESTÃO DE RISCO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31/12/2020, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivos		
TJLP	300.651	305.352
CDI	247.848	328.632
IPCA	276.212	223.803
Total	824.711	857.787
Passivo líquido exposto	824.711	857.787

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco que decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários conforme detalhado na Exposição ao Risco de Crédito a seguir:

- **Exposição ao Risco de Crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	6	9.256	1.312	58.548	118.001
Títulos e valores mobiliários	7	2.079.504	1.089.805	2.079.504	1.089.805
Clientes	9	1.944.527	1.357.566	1.963.986	1.359.889

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

- **Risco de liquidez**

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	340.824	340.824	340.824	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.103.581	1.555.657	278.677	213.357	496.494	567.129
Obrigações estimadas	104.510	127.765	127.765	-	-	-
Debêntures	149.215	156.086	8.256	37.195	46.629	64.006
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	413.209	413.209	413.209	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.027.798	1.319.891	240.219	244.091	507.918	327.663
Obrigações estimadas	122.504	127.765	127.765	-	-	-
Debêntures	150.322	156.086	8.256	37.195,00	46.629,00	64.006,00

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	345.200	345.200	345.200	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.103.581	1.555.657	278.677	213.357	496.494	567.129
Debêntures	149.215	156.086	8.256	37.195	46.629	64.006
Obrigações estimadas	104.855	104.855	104.855	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	423.773	423.773	423.773	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.182.819	1.319.891	240.219	244.091	507.918	327.663
Debêntures	150.322	156.086	8.256	37.195	46.629	64.006
Obrigações estimadas	123.499	123.499	123.499	-	-	-

49.3 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a

expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2020 e 31/12/2019, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>	31/12/2020	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>
Financiamentos e empréstimos e debêntures	1.252.796	1.178.120	1.252.796	1.333.141
(-)Caixa e equivalentes de caixa	2.088.760	1.091.117	2.138.052	1.207.806
Dívida líquida	(835.964)	87.003	(885.256)	125.335
Patrimônio líquido	16.319.027	17.690.390	16.340.555	17.711.053
Total do capital	15.483.063	17.777.393	15.455.299	17.836.388
Índice de alavancagem financeira	-5,4%	0,5%	-5,7%	0,7%

49.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Controladora				
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Títulos e valores mobiliários	1.955.463	1.955.463	985.488	985.488
Aplicações financeiras	5.083	5.083	-	-
Total	1.960.546	1.960.546	985.488	985.488

Consolidado				
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Títulos e valores mobiliários	1.955.463	1.955.463	985.488	985.488
Aplicações financeiras	53.205	53.205	76.160	76.160
Total	2.008.668	2.008.668	1.061.648	1.061.648

O cálculo do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários e aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros de papéis similares.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	1.459.533	-	-	1.459.533
Aplicações financeiras	5.083	-	-	5.083
Total	1.464.616	-	-	1.464.616
	31/12/2019 <i>Reapresentado</i>			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Títulos e valores mobiliários	659.488	-	-
Total	659.488	-	-	659.488

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	1.459.533	-	-	1.459.533
Aplicações financeiras	53.205	-	-	53.205
Total	1.512.738	-	-	1.512.738
	31/12/2019			
	Reapresentado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	659.488	-	-	659.488
Aplicações financeiras	76.160	-	-	76.160
Total	735.648	-	-	735.648

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

49.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício de 2020 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Depreciação dos índices

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2020	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Passivos							
TJLP	300.651	4,55	3,41	2,28	314.331	310.903	307.506
IPCA	276.212	4,38	3,29	2,19	288.310	285.299	282.261
CDI	247.848	1,90	1,43	0,95	252.557	251.392	250.203
Efeito líquido	(824.711)				(855.198)	(847.594)	(839.970)

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Passivos							
TJLP	300.651	4,55	3,41	2,28	314.331	310.903	307.506
IPCA	276.212	4,38	3,29	2,19	288.310	285.299	282.261
CDI	247.848	1,90	1,43	0,95	252.557	251.392	250.203
Efeito líquido	(824.711)				(855.198)	(847.594)	(839.970)

Apreciação dos índices

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2020	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
Passivos							
TJLP	300.651	4,55	5,69	6,83	314.331	317.758	321.185
IPCA	276.212	4,38	5,48	6,57	288.310	291.348	294.359
CDI	247.848	1,90	2,38	2,85	252.557	253.747	254.912
Efeito líquido	(824.711)				(855.198)	(862.853)	(870.456)

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
Passivos							
TJLP	300.651	4,55	5,69	6,83	314.331	317.758	321.185
IPCA	276.212	4,38	5,48	6,57	288.310	291.348	294.359
CDI	247.848	1,90	2,38	2,85	252.557	253.747	254.912
Efeito líquido	(824.711)				(855.198)	(862.853)	(870.456)

50 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS (NÃO AUDITADO)

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.233.762	3.344.042	6.577.804	2.987.410	1.832.953	4.820.363
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(351.735)	-	(351.735)	(298.903)	-	(298.903)
Encargos de uso da rede de transmissão	(807.515)	-	(807.515)	(712.357)	-	(712.357)
Custo de construção	-	(447.789)	(447.789)	-	(470.751)	(470.751)
Custo de melhoria	(80.141)	-	(80.141)	(40.028)	-	(40.028)
Custo de operação						
Pessoal, material e serviços de terceiros	(57.925)	(365.759)	(423.684)	(52.051)	(430.284)	(482.335)
Outros	(1.493)	(6.840)	(8.333)	6.729	(11.792)	(5.063)
Depreciação e amortização	(49.444)	(178)	(49.622)	(80.656)	25.203	(55.453)
	(1.348.253)	(820.566)	(2.168.819)	(1.177.266)	(887.624)	(2.064.890)
LUCRO BRUTO	1.885.509	2.523.476	4.408.985	1.810.144	945.329	2.755.473
DESPESAS OPERACIONAIS						
Pessoal, material e serviços de terceiros	(296.236)	(630.321)	(926.557)	(371.945)	(792.768)	(1.164.713)
Outros	(368.879)	(30.871)	(399.750)	(129.482)	(15.572)	(145.054)
Depreciação e amortização	(29.765)	(24.780)	(54.545)	(4.294)	(51.970)	(56.264)
Provisões operacionais	(751.921)	(176.206)	(928.127)	(540.454)	(326.821)	(867.275)
	(1.446.801)	(862.178)	(2.308.979)	(1.046.175)	(1.187.131)	(2.233.306)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	438.708	1.661.298	2.100.006	763.969	(241.802)	522.167
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(115.413)	114.563	(850)	14.475	149.634	164.109
RESULTADO FINANCEIRO	196.642	78.954	275.596	97.618	7.273	104.891
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	519.937	1.854.815	2.374.752	876.062	(84.895)	791.167
Imposto de renda e contribuição social	(161.708)	(105.270)	(266.978)	648.682	1.393.799	2.042.481
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	358.229	1.749.545	2.107.774	1.524.744	1.308.904	2.833.648
Lucro básico por ação (R\$)	6,41	31,30	37,70	4,09	0,70	4,79
Lucro diluído por ação (R\$)	6,41	31,30	37,70	4,09	0,70	4,79

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.312.054	3.344.042	6.656.096	2.997.008	1.889.919	4.886.927
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(355.478)	-	(355.478)	(307.340)	-	(307.340)
Encargos de uso da rede de transmissão	(807.515)	-	(807.515)	(712.357)	-	(712.357)
Custo de construção	-	(447.789)	(447.789)	-	(471.275)	(471.275)
Custo de melhoria	(80.141)	-	(80.141)	(40.028)	-	(40.028)
Custo de operação						
Pessoal, material e serviços de terceiros	(69.007)	(365.759)	(434.766)	(52.051)	(435.147)	(487.198)
Outros	(1.848)	(6.840)	(8.688)	6.729	(12.799)	(6.070)
Depreciação e amortização	(91.938)	(178)	(92.116)	(80.656)	25.203	(55.453)
	(1.405.927)	(820.566)	(2.226.493)	(1.185.703)	(894.018)	(2.079.721)
LUCRO BRUTO	1.906.127	2.523.476	4.429.603	1.811.305	995.901	2.807.206
DESPESAS OPERACIONAIS						
Pessoal, material e serviços de terceiros	(306.416)	(630.321)	(936.737)	(381.470)	(797.739)	(1.179.209)
Outros	(372.211)	(30.871)	(403.082)	(133.183)	(68.346)	(201.529)
Depreciação e amortização	(29.805)	(24.780)	(54.585)	(4.328)	(51.994)	(56.322)
Provisões operacionais	(751.921)	(176.206)	(928.127)	(540.454)	(328.099)	(868.553)
	(1.460.353)	(862.178)	(2.322.531)	(1.059.435)	(1.246.178)	(2.305.613)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	445.774	1.661.298	2.107.072	751.870	(250.277)	501.593
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(119.434)	114.563	(4.871)	32.386	171.441	203.827
RESULTADO FINANCEIRO	196.032	78.954	274.986	91.536	2.284	93.820
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	522.372	1.854.815	2.377.187	875.792	(76.552)	799.240
Imposto de renda e contribuição social	(163.278)	(105.270)	(268.548)	648.682	1.385.457	2.034.139
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	359.094	1.749.545	2.108.639	1.524.474	1.308.905	2.833.379
Resultado atribuível aos acionistas controladores	358.229	1.749.545	2.107.774	1.524.744	1.308.904	2.833.648
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	865	-	865	(269)	-	(269)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	6,41	31,30	37,70	4,09	0,70	4,79
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	6,41	31,30	37,70	4,09	0,70	4,79

51 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2020 e o das Eólicas a partir de 29/08/2020, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Apólices	Importâncias Seguradas	Prêmios Anuais
- Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	7.461.992	10.100
- Riscos operacionais (Eólicas)	116.400	162
- Riscos aeronáuticos	47.188	698
- Transporte	163.500	117
	7.789.080	11.077

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

O objeto do seguro de riscos operacionais compreende a cobertura de danos materiais para os ativos das usinas eólicas de Casa Nova II e III e possui cobertura adicional de lucro cessantes no cujo limite máximo indenizável é de R\$ 25.000.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 17.140 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 5.354 para responsabilidade civil e R\$ 24.693 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

52 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES (NÃO AUDITADO)

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31/12/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração de empregados (R\$)		
Maior remuneração de empregados	64.455,38	63.974,37
Menor remuneração de empregados	1.993,38	1.925,78
Remuneração média de empregados	11.255,99	10.856,86
Salário médio	8.033,35	7.975,47
Remuneração de dirigentes (R\$)		
Maior remuneração de administradores	71.699,70	53.717,86
Menor remuneração de administradores	4.595,75	50.023,61
Remuneração média de administradores	25.310,02	42.422,27

Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

53 – MEIO AMBIENTE (não auditada)

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2020			31/12/2019
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	1.124	4.618	5.742	7.696
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	-	2.041	2.041	3.266
Educação ambiental para a comunidade	-	1.398	1.398	1.354
Outros projetos ambientais	-	81	81	170
Total	1.124	8.138	9.262	12.486

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 48.840, com previsão de desembolso de R\$ 24.658 para o exercício de 2021 e R\$ 24.182 a partir de 2022.

54 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2020	31/12/2019
Empregados treinados	2.111	3.051
Homem/hora treinados	68.415	120.023
Média/hora treinamento	21,43	31,45
Índice de empregados treinados (%)	66,11	79,95
Força de trabalho treinada (%)	1,12	1,64
Investimento total (R\$ mil)	2.457	3.615
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	769	947

55 – EVENTOS SUBSEQUENTES**55.1 – Aquisição de participação acionária de SPE**

Em 26/01/2021, foi concluída a compra da totalidade das ações pertencentes a Sequoia Capital Ltda., nas Sociedades de Propósito Específico (“SPE”) dos Complexos Pindaí I, II e III. Pela compra mencionada, a Companhia pagou o valor de R\$ 20.615. A etapa seguinte será a incorporação das SPEs pela Companhia.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Elvira Baracuhy Cavancanti Presta
Presidente

Fabio Lopes Alves
Conselheiro

Luiz Roberto Bezerra
Conselheiro

Fabio Malina Losso
Conselheiro

Renê Sanda
Conselheiro

Robstaine Alves Saraiva
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Hélio Mourinho Garcia Júnior
Presidente

Felipe Baptista da Silva
Conselheiro

Henrique Alves Santos
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabio Lopes Alves
Diretor-Presidente

Jenner Guimarães do Rêgo
Diretor Financeiro

Roberto Pordeus Nóbrega
Diretor de Engenharia e de Regulação e
Comercialização

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Diretor de Operação

Adriano Soares da Costa
Diretor de Gestão Corporativa

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE

José Henrique Mendes de Oliveira
Superintendente
CRC-PE-017904/O-0 PE - Contador

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

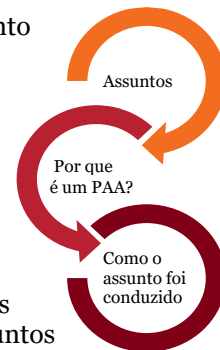
Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota nº 22.6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas Norte Energia S.A. e Vamcruz I Participações S.A., apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevantes em 31 de dezembro de 2020. As circunstâncias das controladas demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão de PAA sobre benefício pós-emprego.



Porque é um PAA

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 23) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 22)

Os relevantes saldos do ativo imobilizado consolidados são compostos, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas, termoeletrica e nuclear, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Companhia.

Porque é um PAA

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 12)

A Companhia e alguma de suas controladas e controladas em conjunto possuem base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias.

Para o reconhecimento do ativo, foram preparadas projeções de resultados tributáveis futuros, a partir de projeções e que consideram premissas de receitas decorrentes dos contratos atuais nos ambientes regulado e livre, custos operacionais e resultado financeiro.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos a governança em torno desse processo, incluindo a aprovação dos orçamentos utilizados nesse cálculo.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos dos processos de avaliação do registro de tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas internos em temas tributários, testamos as bases de cálculo dos impostos, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Também analisamos a razoabilidade das projeções, o que inclui premissas financeiras e operacionais tais como: receitas, quantidade de energia comercializada, receitas, custos, encargos financeiros, entre outros.

Porque é um PAA

Face aos julgamentos significativos em relação a estimativa dos resultados tributáveis futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como a relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

Mensuração do ativo contratual transmissão (Nota 16)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro esperadas em relação às obrigações de performance e a identificação das taxas de remuneração, que representam o componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros, também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração e afetam a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas e sua revisão a partir das melhores práticas no mercado pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Em 2020, a administração procedeu ajustes retrospectivos na mensuração do ativo contratual e dos tributos envolvidos, que resultaram substancialmente, da alteração na taxa de remuneração dos contratos e da reclassificação dos ativos relacionados aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") de ativo financeiro para ativo contratual. Essas alterações decorrem de mudança de prática contábil e foram efetuadas em conexão com a aplicação do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 04/2020.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração nas projeções de lucros tributáveis futuros são razoáveis, bem como as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis do preço do contrato.

Com o suporte da nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos, testamos a consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares com os dados constantes nos contratos de transmissão.

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição da taxa de remuneração utilizada; e (ii) margem do contrato.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Porque é um PAA
Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais
(Nota 35)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e fiscais e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Porque é um PAA
Benefício pós emprego (nota explicativa 32)

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 6.505.673 mil.

A Companhia possui planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Os planos possuem características de “benefício definido, “contribuição variável” e “benefício saldado”, os quais geram passivos relevantes, líquidos dos ativos plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade e taxa de crescimento salarial, entre outros, aplicada sobre a base de assistidos total dos referidos planos.

Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na valorização dos ativos e na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego, (ii) testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2020; (iii) a avaliação dos principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e, (iv) a avaliação das hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial.

Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 19 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 19 de março de 2021, homologada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2021, analisou o **Relatório da Administração**, relativo ao Exercício de 2020, e, assistido pelo Superintendente de Contabilidade da Companhia, José Henrique Mendes de Oliveira e pelo Representante da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, Vinicius Ferreira Britto Rego, CPF 929.336.105-15, RG 0708506402 SSP/BA, analisou as **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 19 de março de 2021, sem ressalvas, com ênfase para o seguinte item: “Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto”.

Tomou, ainda, conhecimento da proposição a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, sobre a Destinação do Lucro Líquido do Exercício, que inclui a distribuição de dividendos no montante de R\$ 408.859 mil, equivalente aos dividendos mínimos obrigatórios e, do saldo remanescente do Lucro Ajustado, a constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos, no montante de R\$ 1.226.577 mil, nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76, pois sua distribuição se mostra incompatível com a atual situação financeira da Companhia, conforme parecer específico constante na Proposta da Administração. Adicionalmente, foi destinado o valor de R\$ 1.398.023 mil como dividendos adicionais, advindo, do saldo de Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos.

Desta forma, com base nas informações e esclarecimentos recebidos e no Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal é de opinião de que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e considera que estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Recife, 19 de março de 2021.

Hélio Mourinho Garcia Júnior
Presidente

Henrique Alves Santos
Conselheiro

Felipe Baptista da Silva
Conselheiro